

REVISTA ESPAÇO E TEMPO MIDIÁTICOS



Revista do Grupo de Pesquisa Mídias e Territorialidades Ameaçadas
VOL. 3, nº. 01, JUL-DEZ/2018



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins – SISBIB/UFT

R454 Revista Espaço e Tempo Midiáticos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Tocantins, Grupo de Pesquisa Mídias e Territorialidades Ameaçadas (MITAS). V. 3, n. 1 (jan./jun. 2018) – Dados eletrônicos. – Palmas/TO: UFT, 2016-.

Semestral

E-ISSN: 2526-5725

Modo de Acesso:

<<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/midiaticos/index>>

Texto em inglês e português.

1. Comunicação. 2. Geografia. 3. Sustentabilidade. 4. Desenvolvimento. I. Universidade Federal do Tocantins. II. Grupo de Pesquisa Mídia e Territorialidades Ameaçadas.

CDD 302.2



MITAS

REVISTA ESPAÇO E TEMPO MIDIÁTICOS

Expediente

Editoras

Prof. D.Sc. Maria de Fátima de Albuquerque Caracristi – UFT

Prof. D.Sc. Cynthia Mara Miranda – UFT

Gerente de Edição

M.Sc. Danilo Gualberto Zavarize

Suporte de Edição

Luana Nunes

Capa e Design

Mayara Arruda Brito Sousa



EDITORIAL

Prof. D.Sc. Maria de Fátima de Albuquerque Caracristi – UFT
Prof. D.Sc. Cynthia Mara Miranda – UFT

A nova edição da **Revista Espaço e Tempos Midiáticos** vem inovada, com uma diagramação em colunas para facilitar a leitura e novo layout. Os artigos refletem uma gama de interesses de pesquisadores de áreas distintas, espaços diversos do Brasil e da América Latina.

Páginas 1 a 14

No artigo da Professora D.Sc. Iracy Coelho Martins, em colaboração com os pesquisadores M.Sc. Fernanda Silva Rêgo e M.Sc. Danilo Gualberto Zavarize: “**Estudo Geohidroambiental como Ferramenta para Gestão Territorial Sustentável de Bacias Hidrográficas: O Caso da Microbacia do Córrego Brejo Comprido em Palmas – TO**”, são enfatizados os levantamento e processamento dos dados fisiográficos para o cálculo de parâmetros físicos que constituem a dinâmica geológica e geomorfológica presente nesta microbacia.

Páginas 15 – 23

O artigo “**Estado, Políticas Públicas e Território no Brasil**”, dos pesquisadores Rafael Freire de Paula e Vanessa Teixeira, mestres em Geografia, ele professor em Taraíba, São Paulo, ela interessada pelas temáticas da Geografia Política Brasileira, no Centro oeste, discorrem sobre as diferentes leituras e perspectivas relativas ao Estado e seu papel na sociedade, o Estado em ação por meio das políticas públicas.

Páginas 24 – 35

O estudo realizado pelo Mestre em Planejamento Territorial e professor da rede de ensino do Estado da Bahia, Ozeias de Almeida Santos e da acadêmica Thayná dos Santos Almeida, ela moradora da comunidade Quilombola de Paus Altos – BA: “**O Impacto da Não-Implementação da Educação Escolar Quilombola e a sua Relação com as Perdas dos Saberes e Práticas Tradicionais**”, discute sobre a não-implementação da Educação Escolar Quilombola e sua relação com as perdas dos saberes e práticas tradicionais, em interface com a realidade sociocultural do município de Antônio Cardoso – BA.

Páginas 36 – 46

“**Acreditando no que se Faz: O Desafio Cotidiano de Jornalistas diante da Crise do Jornalismo Impresso**” é o artigo do Professor D.Sc. Geder Luís Parzianello e das acadêmicas Renata da Silva, Nadia Martins e Carolina Rodrigues da Universidade Federal do Pampa. A crise vivenciada pelo meio impresso só pode ser superada pela “crença naquilo que fazemos”, esta foi a principal conclusão de uma pesquisa de

iniciação científica que buscou ouvir o que pensam e sentem os profissionais que atuam ou atuaram em jornais impressos.

Páginas 46 – 53

“Do Desenho Narrativo à Teoria da Narração: uma Discussão Necessária à Compreensão do Processo em Duas Formas de Expressão” é o ensaio do Professor D.Sc. Carlos Franco, do curso de jornalismo da Universidade Federal do Tocantins, que trata das relações entre as imagens e o texto, tendo no pano de fundo a narração como um encadeamento de informações em função do tempo. Observa os elementos presentes na linearidade simbólica do texto e a presença das audiovisualidades.

Páginas 54 – 64

“A Paradiplomacia Transfronteiriça: Realidade e Perspectivas das Relações entre Brasil – Bolívia e Brasil – Paraguai” é o artigo da mestranda em Estudos Fronteiriços Ela Rainne Feitoza Nascimento, que discute sobre a paradiplomacia como um fenômeno recorrente nas relações internacionais contemporâneas. Tem por objetivo discutir a realidade contemporânea e perspectivas para as atividades da paradiplomacia nas regiões de fronteira entre Puerto Quijarro/Puerto Suárez (Bolívia) – Corumbá (Brasil) e Ponta Porã (Brasil) – Pedro Juan Caballero (Paraguai).

Páginas 65 – 79

O artigo **“Projeto Experimental e Realidade a Vocação do Jornalismo”** da Professora D.Sc. Maria de Fátima de Albuquerque Caracristi e das acadêmicas Lys Apolinário Reis e Sarah Melisa Barros de Souza tem o objetivo de ressaltar a importância das produções experimentais do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT), visando também evidenciar a construção da criticidade, que está inerente à disciplina que promove o olhar atento do jornalista em formação, além das questões de gênero enfatizadas neste projeto.

Páginas 80 – 88

No artigo **“A Audiência quer “Interagir”! e os Telejornais como Lidam com essa “Interatividade”?”**, um estudo de caso realizado pela Professora D.Sc. Giovana Borges Mesquita, da Universidade Federal de Pernambuco, que reflete sobre as relações estabelecidas entre jornalistas e o que se denomina “audiência potente”, lastreado por discussões de conceitos de interatividade utilizados no campo da comunicação, utilizando com objeto os telejornais JMTV (TV Mirante, Maranhão) e NETV (TV Globo Nordeste, Pernambuco).

Páginas 89 – 97

A pesquisa desenvolvida pelo Professor D.Sc. Dermeson de Sousa Lima, intitulada **“O Turismo Revalorizando e Integrando o Patrimônio Histórico-Cultural e Ambiental na Amazônia Sul-Occidental”** revela a busca pela compreensão das relações entre o patrimônio histórico-cultural e ambiental e a relação com a oferta turística no Estado do Acre, ao vislumbrar as potencialidades e perspectivas do turismo focadas na relação história/cultura/ambiente, para valorização das paisagens locais.

Boa Leitura!



ESTUDO GEOHIDROAMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DE BACIAS HIDROGRÁFICAS: O CASO DA MICROBACIA DO CÓRREGO BREJO COMPRIDO EM PALMAS – TO

FERNANDA SILVA RÊGO¹ | DANILO GUALBERTO ZAVARIZE² | IRACY COELHO DE MENEZES³

RESUMO

A microbacia do córrego Brejo Comprido tem grande importância para a cidade de Palmas – TO pela multiplicidade de utilização como o abastecimento público, recreação, irrigação de jardins, diluição de efluentes, etc. Faz-se necessário, então, o conhecimento sobre as características geofísicas dessa microbacia, para que se possa gerir o uso e ocupação do solo, bem como conserva-la de forma sustentável para o futuro. A ferramenta SIG – Sistema de Informações Geográficas, juntamente com o software ArcGIS, cartas topográficas da SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Orçamento do Tocantins (escala 1:250.000) e imagens SRTM – *Shuttle Radar Topography Mission*, possibilitaram o levantamento e processamento dos dados fisiográficos para o cálculo de parâmetros físicos que constituem a dinâmica geológica e geomorfológica presente nesta microbacia. Assim, por meio do geoprocessamento realizado, concluiu-se que a microbacia é de 2ª ordem, possui tendência à forma alongada (coeficiente de compactidade = 1.311; fator de forma = 0.32 e índice de sinuosidade = 0.931), pouca susceptibilidade a enchentes, padrão de drenagem dendrítico e pouca sinuosidade.

Palavras-Chave: Uso e Ocupação do Solo; Geoprocessamento; SIG.

GEOHYDROENVIRONMENTAL STUDY AS TOOL FOR SUSTAINABLE LAND MANAGEMENT OF HYDROGRAPHIC BASINS: THE CASE OF BREJO COMPRIDO'S MICROBASIN IN PALMAS, TOCANTINS, BRAZIL

ABSTRACT

Brejo Comprido's micro basin has a great matter to the city of Palmas, in the state of Tocantins, Brazil because of its multiple utilizations as public water supply, recreation, garden irrigation, wastewater dilution, etc. Therefore, it turns to be necessary to know about its geophysics characteristics in order to help manage the use and occupation of the land, as well as sustainable conserving it for the future generations. The GIS – Geographic Information System toll, jointed with ArcGIS software, "SEPLAN" – Tocantins' Budget and Planning Secretary topographic letters (scale 1:250.000) and SRTM – Shuttle Radar Topography Mission images, enabled the raising and processing of the physiographic data for the calculation of physic parameters that constitute this micro basin's geologic and geomorphologic characteristics. As conclusive results were found that the Brejo Comprido' micro basin is classified as 2nd order, having a tendency to an elongated shape (compactness coefficient of 1.311, shape factor of 0.32 and sinuosity index of 0.931), as well as low susceptibility for flooding, dendritic draining standard and low sinuosity.

Keywords: Land Use and Occupation; Geoprocessing; GIS.

¹ Mestre em Agroenergia pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail: fernandarego@mail.uft.edu.br

² Mestrando em Agroenergia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: profzavarize@outlook.com

³ Doutora em Ciências Florestais pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. E-mail: ds.imartins@hotmail.com

1. Introdução

A cidade de Palmas – TO, capital do estado do Tocantins, possui atualmente uma população de 223.817 habitantes, em uma área de 2.219 km², sendo assim a maior cidade do estado (IBGE, 2012). A microbacia do córrego Brejo Comprido está parcialmente inserida no plano diretor da cidade, no qual se pode perceber o uso incorreto da água para irrigação de canteiros públicos, barragens e represas pequenas, captação ou drenagem de águas pluviais, recepção de efluentes, além dos aspectos físicos degradados por assoreamento, queimadas e desmatamento da mata ciliar, tornando a área da microbacia desprotegida e vulnerável a impactos antrópicos (ARRAIS, 2009).

Dezenove nascentes formam o microbacia do córrego Brejo Comprido, todas localizadas na área rural da cidade de Palmas, fazendo-se assim necessária a averiguação do uso inadequado das terras que as compõe, visto que boa parte da dessa área rural possui conflitos quanto à correta finalidade do ambiente e como ele é gerenciado, podendo ser solucionado por meio de um mapeamento dos solos em um estudo ambiental de evolução e potencial de utilização dessas áreas (INTERTINS, 1990; ALVES, 1993; COSTA *et al.*, 1996; MOREIRA, 1999; GUIMARÃES, 2000; MOREIRA *et al.*, 2003).

O principal curso d'água da microbacia caracterizada, o córrego Brejo Comprido, apresenta percentual de comprimento de vazão (Q90) de 112,5%, sendo que destes são utilizados cerca de 49.8% para abastecimento público e 48.72% para irrigação de parques e jardins, não havendo intervenção ou planejamento para tal uso, podendo desencadear consequências que diminuirão a durabilidade da microbacia com perdas ao ecossistema local (SEPLAN, 2004).

As características morfométricas dos cursos d'água são imprescindíveis para a gestão adequada de uma bacia ou microbacia hidrográfica, as quais consistem em uma caracterização de parâmetros fisiográficos, podendo ser indicadores de aspectos como grau de vulnerabilidade, susceptibilidade a enchentes, inundações e erodibilidade, além das tendências ao aporte de sedimentos (CARVALHO, 2008; FEITOSA, 2011).

O estudo das interações e do uso do solo nas bacias hidrográficas pode ser realizado por meio de geoprocessamento, possibilitando assim o armazenamento e gerenciamento de dados com rapidez e precisão, além de ainda permitir a identificação das áreas propícias à degradação ambiental e a avaliação das estratégias de manejo possíveis de serem adotadas (CÂMARA e DAVIS, 2002).

A importância da microbacia para a cidade de Palmas – TO retrata a necessidade de se conhecer as características que as constitui, dando suporte para o correto gerenciamento de uso e preservação deste recurso. Desta forma, este trabalho buscou contribuir na geração de dados sobre a microbacia do córrego Brejo Comprido por meio da caracterização de aspectos fisiográficos e morfológicos.

2. Materiais e Métodos

2.1. Delimitação da Área de Estudo

A área da microbacia do córrego Brejo Comprido está incluída na sub-bacia 22, descrita como sendo área de drenagem do rio Tocantins, inserida na cidade de Palmas – TO (SEPLAN, 2004). A localização geográfica da microbacia compreende-se entre as coordenadas UTM (X: 800086, Y: 787670) ao Sul (nascentes), (X: 8869121, Y: 8874527) à Oeste (foz) (Figura 1) (SEMATUR, 2005). Anteriormente o córrego Brejo Comprido era afluente do Ribeirão Água Fria, sendo desmembrado de uma bacia maior devido a formação do reservatório da usina hidroelétrica de Lajeado, conhecido como lago de Palmas, e que hoje deságua diretamente neste (GUARDA, 2006).

2.2. Caracterização do Método

Calculou-se, inicialmente, os parâmetros fisiográficos e morfológicos da microbacia, dentre eles área de drenagem, perímetro, comprimento axial da bacia, comprimento do curso d'água principal, comprimento total dos cursos, número de cursos d'água, altitude máxima e mínima, coeficiente de compacidade, fator de forma, índice de circularidade, densidade da rede de drenagem, densidade hidrográfica, extensão média do escoamento superficial, índice de sinuosidade, amplitude altimétrica, altitude média e índice de rugosidade, todos por meio do mapeamento da região com o Sistema de Informações Geográficas – SIG.

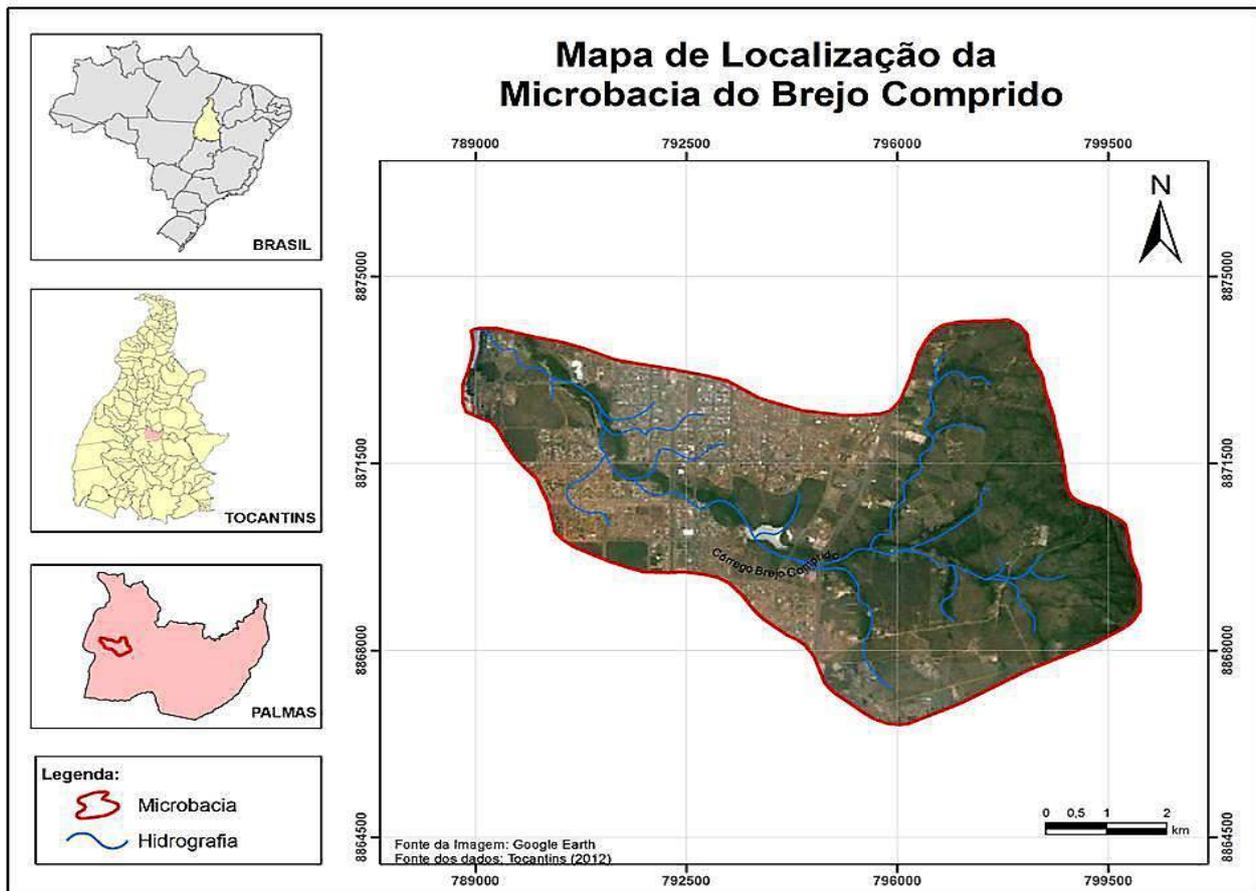


Figura 1. Delimitação da microbacia do córrego Brejo Comprido, Palmas – TO (Os autores, 2018)
Figure 1. Brejo Comprido micro basin's delimitation, Palmas, Tocantins, Brazil (The authors, 2018)

Para a segunda etapa caracterizou-se a região sob aspectos geoambientais com geração de mapas temáticos capazes de fomentar e subsidiar o diagnóstico ambiental em uma perspectiva de gestão integrada da microbacia.

2.2.1. Parâmetros Fisiográficos e Morfológicos

Para a obtenção dos dados relativos à área de estudo – caracterização da microbacia – foram utilizadas bases cartográficas digitais, por meio de *shapes*, obtidas na Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (SEPLAN). Na determinação da área de drenagem (A), e o perímetro da área (P), utilizou-se como ferramenta o SIG, através do software ArcGIS, a partir do qual delineou-se, através das curvas de níveis, o divisor topográfico da microbacia, obtendo-se, assim, a área juntamente com o perímetro da microbacia.

As curvas de níveis foram geradas a partir da imagem SRTM, Carta SC-22-X-D, com articulação compatível com a escala 1:250.000 (IBGE), disponível

no site da EMBRAPA. A partir da imagem gerada, obteve-se a área, perímetro, comprimento do canal principal, comprimento total dos cursos, número de cursos da respectiva microbacia, por meio da função *Calculate Geometry*, enquanto o comprimento axial foi obtido através da ferramenta *measure*. Os demais parâmetros foram calculados a partir dos dados obtidos anteriormente sob aplicação em fórmulas específicas que seguem na Tabela 1.

2.2.2. Caracterização Geoambiental

Para a geração dos mapas que constituem o trabalho, foi utilizado o software ArcGIS, a base de dados fornecida pela Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública - SEPLAN e as imagens SRTM (Shuttle Radar Topography Mission), Carta SC-22-X-D, disponibilizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Com a manipulação destes dados, foram obtidos os seguintes mapas de caracterização: Pedologia, Geologia, Geomorfologia, Declividade, Drenagem, Cobertura vegetal e Usos e Ocupação do Solo.

Tabela 1. Fórmulas para o cálculo dos parâmetros morfológicos**Table 1.** Formulas for the calculation of the morphologic parameters

Fórmulas	Descrição
Coeficiente de Compacidade $Kc = 0,28 \times (P/\sqrt{A})$	Kc = coeficiente de compacidade, adimensional; P = perímetro da bacia, km; e A = área de drenagem, km ² .
Fator de Forma $Kf = A/Lax^2$	Kf = fator de forma, adimensional; A = área de drenagem, km ² ; e Lax = comp. axial da bacia (km).
Índice de Circularidade $Ic = 12,57 \times (A/P^2)$	Ic = índice de circularidade, adimensional; A = área de drenagem, km ² ; e P = perímetro da bacia, km.
Densidade de Drenagem $Dd = Ltot/A$	Dd = densidade de drenagem, km/km ² ; Ltot = comp. total de todos os cursos d'água, km; e A = área de drenagem, km ² .
Densidade Hidrográfica $Dh = N/A$	Dh = densidade hidrográfica; N = número de cursos d'água; e A = área de drenagem, km ² .
Extensão Média do Escoamento Superficial $L = A/4 \times Ltot$	L = ext. média do escoamento superf. (Km); A = área de drenagem, km ² ; e Ltot = comp. total de todos os cursos d'água, km.
Índice de Sinuosidade $Is = Lp/Lax$	Is = sinuosidade do curso d'água, adimensional; Lp = comprimento do canal principal (km); e Lax = comprimento axial da bacia (km).
Amplitude Altimétrica $Aa = Amáx - Amin$	Aa = amplitude altimétrica (m); Amáx= altitude máxima (m); e Amin = altitude mínima (m).
Altitude Média $Aa = (Amáx - Amin)/2$	Hm = altitude média (m); Amáx= altitude máxima (m); e Amin = altitude mínima (m).
Índice de Rugosidade $HD = Aa \times Dd$	HD = índice de rugosidade, adimensional; Aa = amplitude altimétrica (m); e Dd = densidade de drenagem, km/km ² .

3. Resultados e Discussão

3.1. Fisiografia

A caracterização fisiográfica de uma bacia hidrográfica consiste na descrição sucinta dos fatores topográficos, geológicos, geomorfológicos e de ocupação do solo intervenientes na geração de escoamento e na determinação de coeficientes definidos da forma, drenagem, declividade da bacia, entre outros (FEITOSA, 2011). A fim de entender as inter-relações existentes entre esses fatores de forma e os processos hidrológicos de uma bacia hidrográfica, torna-se necessário expressar as características da bacia em termos quantitativos (CARVALHO, 2008). Com o auxílio das ferramentas (Calculate Geometry e Measure) do aplicativo ArcGIS foi possível, então, o cálculo dos parâmetros fisiográficos da microbacia do Brejo Comprido, com os seguintes resultados para os parâmetros analisados na caracterização física (Tabela 2). A

microbacia do Brejo Comprido foi classificada como uma unidade pequena, pois sua área de drenagem, perímetro e comprimento axial foram de 48.262 km², 32.527 km e 11.44 km, respectivamente (Tabela 2), desse modo, com boas possibilidades de controle dos fatores hidrológicos que interferem na microbacia.

Em estudo sobre a dinâmica de duas sub-bacias foi encontrado as seguintes áreas e perímetros para as respectivas sub-bacias: A (10.157,67 km²) e P (551,21 km); A (2.499,84 km²) e P (248,71 km) (FEITOSA, 2011). Desta forma, comparando com a classificação da microbacia do Brejo Comprido percebe-se que a mesma possui uma menor unidade do ecossistema. Isto posto, Mosca (2003) alega que em microbacias com menor unidade pode ser observada a delicada relação de interdependência entre fatores bióticos e físicos, portanto facilitando a identificação e o monitoramento de forma orientada dos impactos ambientais.

Tabela 2. Parâmetros fisiográficos da microbacia do córrego Brejo Comprido, Palmas – TO**Table 2.** Brejo Comprido's micro basin physiographic parameters in Palmas, Tocantins, Brazil

Parâmetros Fisiográficos	
A – Área (km ²)	48,26
P – Perímetro (km)	32,53
Lax – Comprimento Axial da Bacia (km)	12,28
Lp – Comprimento do Canal Principal (km)	11,44
Ltot – Comprimento Total dos Cursos D'água (km)	33,82
N – Número de Cursos D'água	15

3.2. Morfologia

A partir dos dados fisiográficos da microbacia, obteve-se os dados morfológicos (Tabela 3). Segundo Villela e Mattos (1975) pode-se determinar a forma de uma bacia por meio de índices como coeficiente de compacidade (Kc), fator de forma (Kf) e índice de circularidade (Ic), pelos quais correlacionam formas geométricas conhecidas, conhecendo-se também a forma superficial dessas bacias hidrográficas, que se faz importante para a determinação do tempo de concentração, ou seja, o tempo necessário para que toda a bacia contribua para a saída da água após a precipitação, desta forma, quanto maior o tempo de concentração menor será a vazão máxima de enchente, ao manterem-se constantes outras características.

A microbacia do córrego Brejo Comprido apresenta tendências aleatórias, ou seja, poucas, a grandes enchentes, evidenciada pelo Kc na ordem de 1.3110, conforme intervalo proposto por Silva e Melo (2008), que se dá entre 1.25 e 1.5. O estudo feito por Feitosa (2011) em duas sub-bacias revelou um coeficiente de compacidade (Kc) na ordem de 1.53 e 1.39 e índice de circularidade na ordem de 0.42 e 0.51, respectivamente, desta forma a primeira estando indicada como não tendente a grandes enchentes e de morfologia alongada, e, a segunda, tendente tanto a grandes enchentes como para morfologia circular.

Por vez, o fator de forma Kf na ordem de 0.3200 revela um risco mínimo a inundações, tendo-se como referência o valor proposto por Borsato (2005), em torno de 0.5. Para tal proposição, Borsato (2005), fundamentado na teoria de Horton (1945), cita que valores de fator de forma abaixo de 0.5 indicam que a bacia e/ou microbacia apresenta menores tendências para inundações, assoreamento de canais e degradação do ambiente, além de indicar uma

fisiografia mais alongada do que circular, primariamente provada pelo valor do índice de circularidade.

A densidade de drenagem encontrada neste estudo foi na ordem de 0.7007 km/km², classificada como leve conforme proposto por Christofolletti (1969), Villela e Mattos (1975), Silva e Mello (2008) e Feitosa (2011), nos quais apresentam um intervalo que varia de 0.5 km/km² (para bacias levemente drenadas) a 7.5 km/km² (para bacias altamente drenadas), que é simplesmente a relação entre o comprimento dos canais e área da microbacia, na qual pode refletir, segundo Silva *et al.* (2010), um eficiente escoamento de fluxo, boa infiltração no terreno, ausência de carreamento intenso de nutrientes e indicativo de solos férteis para a microbacia estudada.

O índice de densidade hidrográfica, conforme Christofolletti (1980), representa um dos aspectos fundamentais sobre o comportamento hidrográfico de uma bacia/microbacia estando associado a criação de novos canais, tendo então, por finalidade, comparar a frequência ou a quantidade de cursos de água existentes em uma área de tamanho considerado padrão. Na microbacia do córrego Brejo Comprido foi encontrado um índice hidrográfico de 0.3108 canais/km², considerado baixo frente a classificação de ordenamento de Strahler (1957) e Teodoro *et al.* (2007), ou seja, menos de um canal por km² de área.

Segundo Teodoro *et al.* (2007), a extensão média do escoamento superficial, ou seja, a distância média que a água precipitada teria de escoar em linha reta sobre o terreno, desde o ponto onde precipitou-se até o ponto mais próximo do leito de um canal qualquer, que no caso da microbacia em estudo foi de 0.3567 km, é considerada pequena e deixa a microbacia sujeita a alagamentos por curtos espaços de tempo em dias de precipitação intensa.

Tabela 3. Parâmetros fisiográficos, morfológicos e geométricos da microbacia do córrego Brejo Comprido, Palmas – TO**Table 3.** Brejo Comprido's micro basin physiographic, morphologic and geometric parameters in Palmas, Tocantins, Brazil.

Resultados	
Kc – Coeficiente de Compacidade (adimensional)	1,31
Kf – Fator de Forma (adimensional)	0,32
Ic – Índice de Circularidade (adimensional)	0,57
Dd – Densidade de Drenagem (km/km ²)	0,701
Dh – Densidade Hidrográfica (curso/km ²)	0,311
L – Extensão Média do Escoamento Superficial (km)	0,357
Is – Índice de Sinuosidade (adimensional)	0,932
Aa – Amplitude Altimétrica (m)	386
Amax – Altura Máxima (m)	607
Amin – Altura Mínima (m)	215
Hm - Altitude Média da Microbacia (m)	411
HD - Índice de Rugosidade (adimensional)	270,47

A microbacia do córrego Brejo Comprido apresentou um índice de sinuosidade na ordem de 0.931, sendo este parâmetro um dos fatores controladores da velocidade de escoamento no canal, sofrendo influência de variáveis como carga de sedimentos, compartimentação litológica, estruturação geológica e declividade dos canais, e que, para valores iguais a 1.0 indica-se que o canal segue exatamente a linha do talvegue (ALVES e CASTRO, 2003), o que no caso da microbacia, por estar abaixo de 1, tende a ter canais mais transacionais retilíneos (FEITOSA, 2011).

A amplitude altimétrica na microbacia foi de 386 m, com altitude variando entre 215 a 607 m, e altitude média de 411 m, sendo estes parâmetros diretamente influenciadores na precipitação, evaporação e transpiração, e, conseqüentemente, sobre o deflúvio médio, por interferirem na quantidade de radiação solar recebida pela área da bacia, desequilibrando o balanço de energia e a temperatura (CASTRO e LOPES, 2001).

Sobre o índice de rugosidade, a microbacia do córrego Brejo Comprido apresentou um valor na ordem de 270.4702, o que segundo Campos (2006) é

considerado alto e indica que ambas as variáveis utilizadas no cálculo (amplitude altimétrica e densidade de drenagem) estão com valores elevados, isto é, quando as vertentes do relevo são íngremes e longas.

3.3. Caracterização Geoambiental

3.3.1. Geologia

Na figura 2 observa-se a predominância de bacias sedimentares (82,16%), que, segundo EMBRAPA (1999), são deposições que têm origem na desagregação ou decomposição de outras rochas, podendo apresentar camadas espessas que recobrem áreas de plataformas, no que tange as Coberturas Inconsolidadas, as quais sofrem diretamente o impacto da ocupação antrópica, expondo as suas vulnerabilidades aos processos de degradação decorrentes dessa ocupação, retratando a realidade em que a microbacia está inserida.

Os outros 17,84% correspondem a Embasamentos em Estilos Complexos, que, ainda segundo EMBRAPA (1999), são rochas de composição granítica a tonalítica, textura com cristais de feldspatos bem desenvolvidos; os principais litotipos são granitoides, gnaisse granodiorítica, metabasitos e diatexitos.

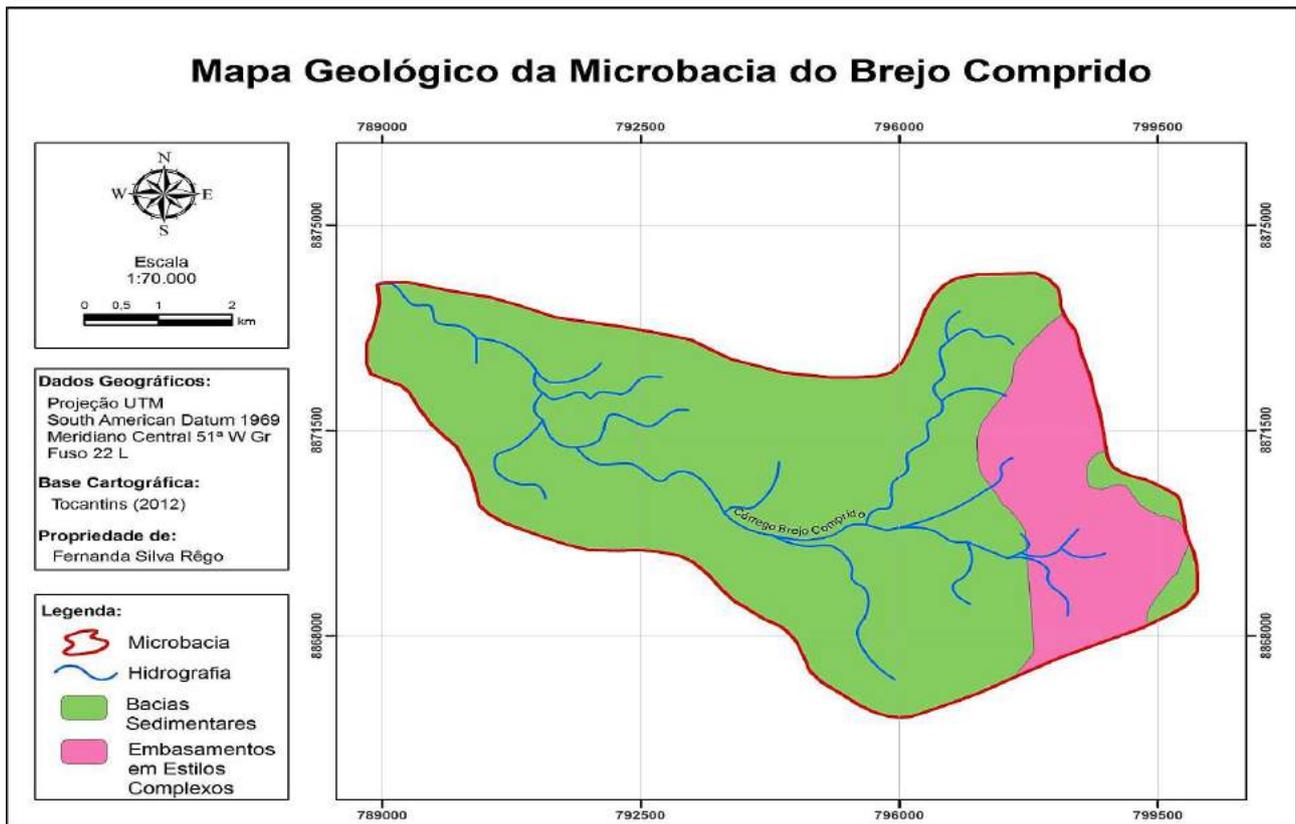


Figura 2. Geologia da microbacia do Córrego Brejo Comprido, Palmas – TO (Os autores, 2018)
Figure 2. Brejo Comprido's micro basin geology, Palmas, Tocantins, Brazil (The authors, 2018)

3.3.2. Geomorfologia

A Figura 3 apresenta como geomorfologia principal a Depressão do Médio Tocantins (90.82%), caracterizada como, segundo Barbosa (2004), relevo plano à suave ondulado, com altitude compreendida entre 200-350 metros, onde predominam-se as formas de dissecação tabulares, compondo relevos de topo aplainado com diferentes ordens de grandeza e de aprofundamento da drenagem tipicamente dendrítica, podendo estes relevos serem separados por vales de vertentes simétricas ou não, cujos interflúvios são sustentados por camada de carga laterítica acompanhando os cursos d'água.

O Planalto Dissecado do Tocantins, que compõe 9.18% do relevo da microbacia, representa a Serra do Lajeado, que é individualizada pela presença de superfícies estruturadas tabulares, com reverso da "cuesta" caindo para leste e cota de altitude máxima na ordem de 694 m, situando-se a leste da cidade de Palmas, percorrendo-a de norte a sul e tendo como características a dissecação em formas aguçadas, encostas ravinadas e vales profundos (RADAMBRA-SIL, 1981).

3.3.3. Pedologia

A Figura 4 indica os tipos de solo encontrados na microbacia do córrego Brejo Comprido, sendo eles denominados Plintossolos (5.41%), Cambissolos (6.89%) e Latossolos (87.58%). Segundo Ranzani (2002) os plintossolos encontrados na área de estudo caracterizam-se pela restrição à percolação da água, sujeitos ao efeito temporário do excesso de umidade, de maneira geral imperfeitamente ou mal drenados, caracterizando-se fundamentalmente pela apresentação de expressiva plintização (com ou sem petroplintita ou horizonte petroplíntico), atribuindo estabilidade a Serra do Lajeado e reduzindo assim os processos de erosão naturais.

Conforme Borges *et al.* (1981), os cambissolos tem suas características materiais muito variadas devido à heterogeneidade do material de origem, das formas de relevo e das condições climáticas, assim como a classe que os comporta, partindo desde solos fortemente à imperfeitamente drenados, de rasos à profundos, de alta a baixa saturação por bases e atividade química na fração coloidal, ocorrendo em relevos mais acidentados, acima de 40% de declividade.

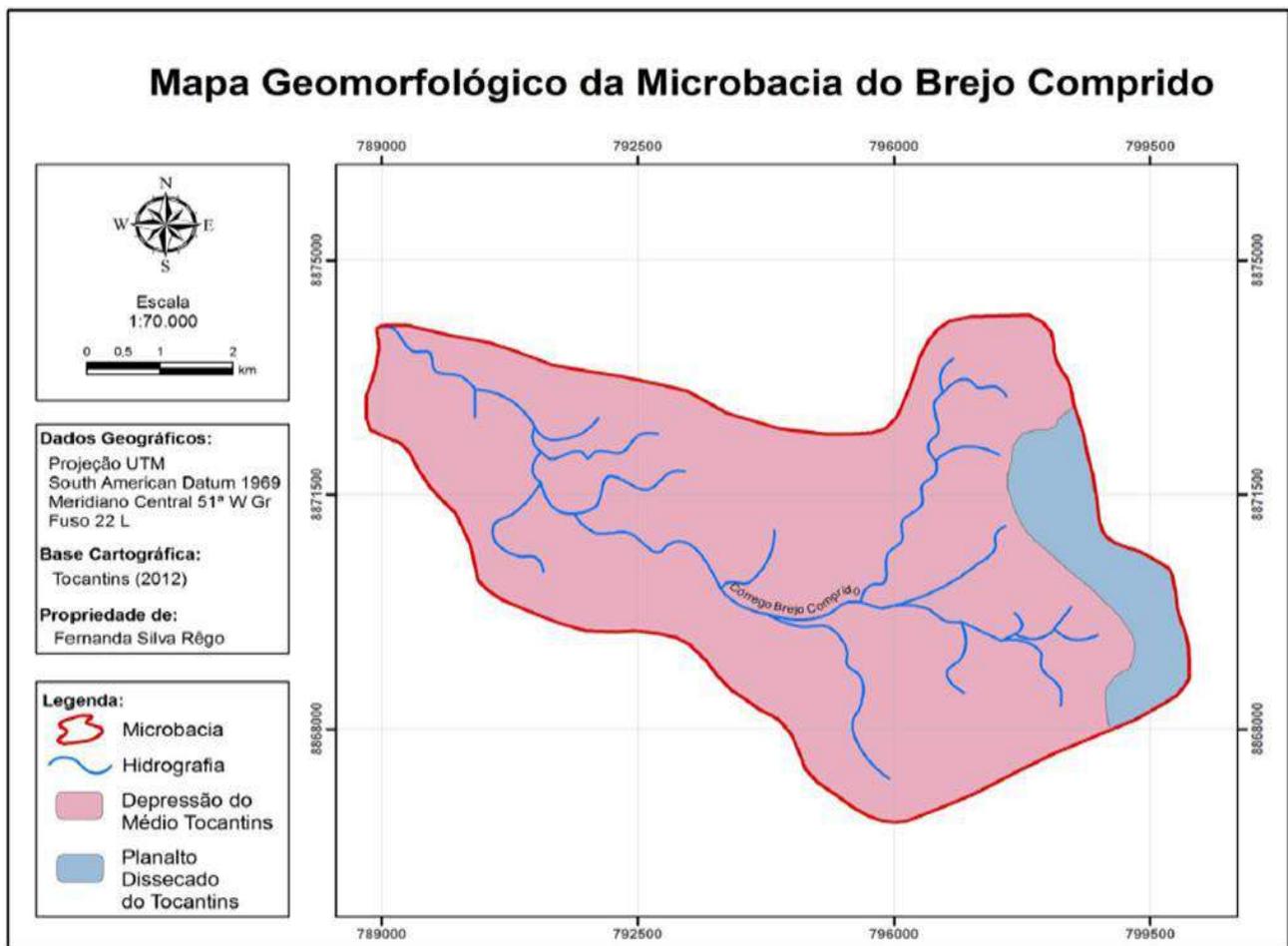


Figura 3. Geomorfologia da microbacia do Córrego Brejo Comprido, Palmas – TO (Os autores, 2018)
Figure 3. Brejo Comprido's micro basin geomorphology, Palmas, Tocantins, Brazil (The authors, 2018)

Segundo Oliveira (2002) e EMBRAPA (1999) os latossolos são profundos, muito permeáveis e porosos, constituídos essencialmente por materiais minerais secundários, além de outras características como o avançado estágio de intemperismo, materiais coloidais com baixa capacidade para troca de cátions, baixos teores de minerais primários, pouca reserva de nutrientes e encontrados principalmente em relevos com declividade menor que 40% acima dos 1000 m de altitude.

3.3.4. Drenagem

A Figura 5 mostra um padrão de drenagem formado por cursos d'água do tipo dendrítico, com baixo grau de ramificação (ordem 2), ocorrendo em função do tipo de rocha e das estruturas geológicas e tectônicas presentes na microbacia, padrão encontrado em altitudes elevadas, nas quais as rochas de origem oferecem resistência relativamente uniforme à erosão (BORGES, 2000). Em relação à geologia, esse padrão ocorre preferencialmente quando a rocha dos

substratos é homogênea, como rochas graníticas ou, ainda, no caso de rochas sedimentares ou metassedimentares com estratos horizontais (RICCOMINI *et al.*, 2001).

Já a rede de drenagem da microbacia demonstrou angularidade baixa, ou seja, há mudança pouco evidente e geralmente suave e gradual em relação à direção dos cursos d'água, sendo que esta característica se encontra intimamente relacionada ao elemento orientação, podendo-se mencionar que o rio principal da microbacia - córrego Brejo Comprido - apresentou-se orientado, ou seja, possui basicamente uma direção, conforme descrito por Campos (2006).

No entanto, segundo Strahler (1952), seus tributários são classificados como levemente não orientados em relação à rede de drenagem principal da microbacia, ressaltando-se que a microbacia apresenta grau de controle pequeno nos tributários, o que significa dizer que há uma direção quase predominante no seu padrão de drenagem.

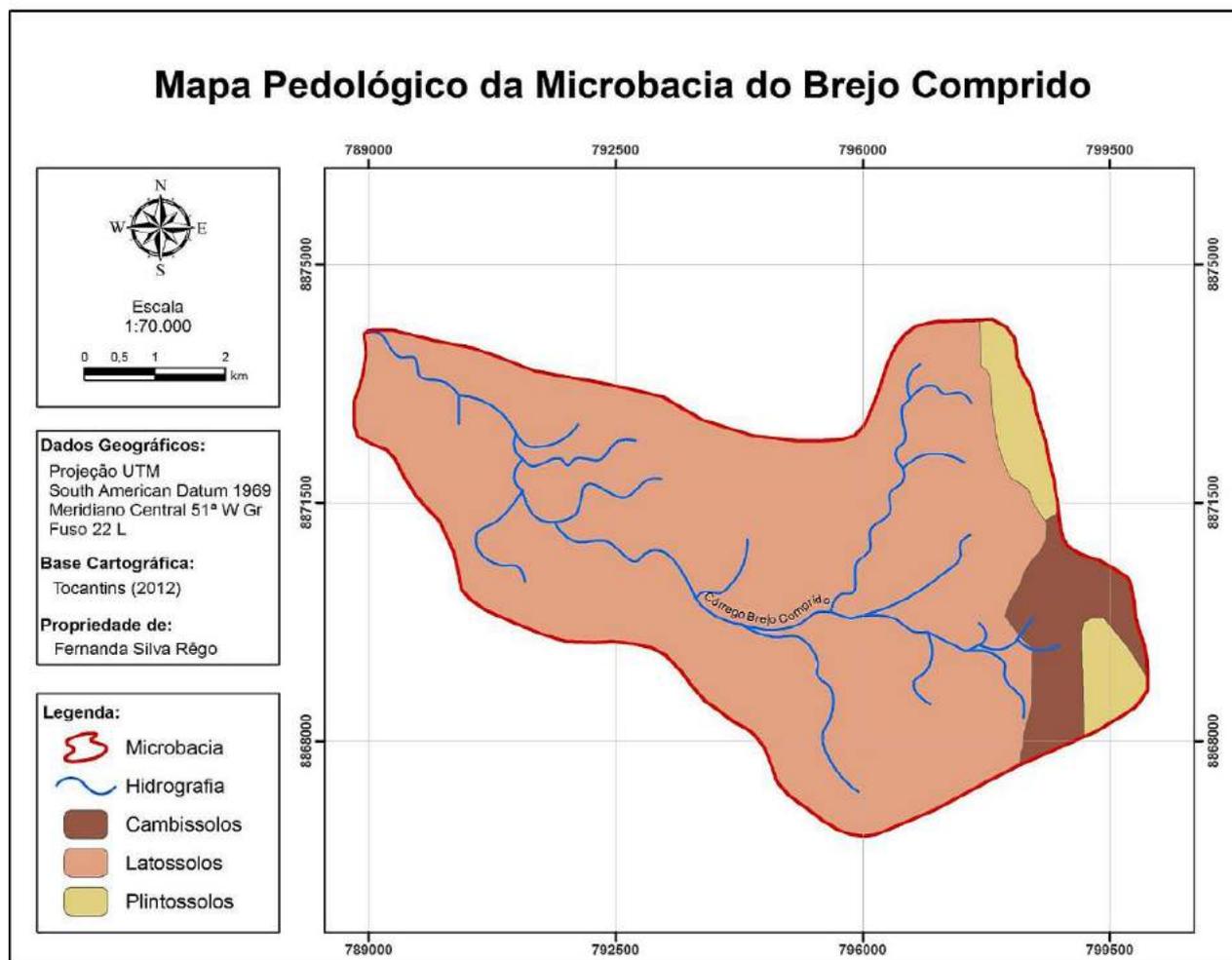


Figura 4. Pedologia da microbacia do Córrego Brejo Comprido, Palmas – TO (Os autores, 2018)

Figure 4. Brejo Comprido's micro basin pedology, Palmas, Tocantins, Brazil (The authors, 2018)

3.3.5. Declividade

Foram constatadas diferentes classes de declividade na microbacia, obtido a partir da extração da base de dados da SEPLAN (2004). A declividade dentro da microbacia varia de 10 a 45%, conforme observado na Figura 6, cuja declividade média é de 6%, sendo esse valor condizente com o relevo suavemente ondulado da região, nos quais o escoamento superficial, para a maior parte dos solos, é médio ou rápido. Fato que pode ser evidenciado conforme a classificação da EMBRAPA (1979) (Tabela 4), onde a bacia se enquadra dentro de "relevo suavemente ondulado".

3.3.6. Cobertura Vegetal

Regionalmente, a vegetação de cerrado com encravos de matas ripárias junto às drenagens caracteriza muito bem o tipo da vegetação onde se localiza a área de estudo, sobressaindo-se coberturas

vegetais de baixa densidade, gramíneas nativas, com vegetação de maior porte apenas nas margens dos cursos d'água e encostas, como visto na Figura 7.

As matas ripárias variam quanto à largura e composição, mas a vegetação é sempre alta e densa. Na mata ripária da microbacia é comum a presença de palmeiras como o Buriti (*Mauritia* sp.), Inajá-cabeçudo (*Maximiliana* sp.), Macaúba (*Acrocomia* sp.) e Babaçu (*Orbygnia* sp.) (PROJETO OLHO D'ÁGUA, 2005).

O cerrado sentido restrito ralo percorre o curso d'água da microbacia, como pode ser visto na Figura 7, sendo classificado como um tipo de vegetação arbóreo-arbustiva, com a cobertura arbórea de 5% a 20% e altura média de 2 m a 3 m, representando a forma mais baixa e menos densa do Cerrado sentido restrito, no qual o estrato arbustivo-herbáceo é mais destacado que nos outros subtipos de Cerrado em sentido restrito (RIBEIRO e WALTER, 1998).

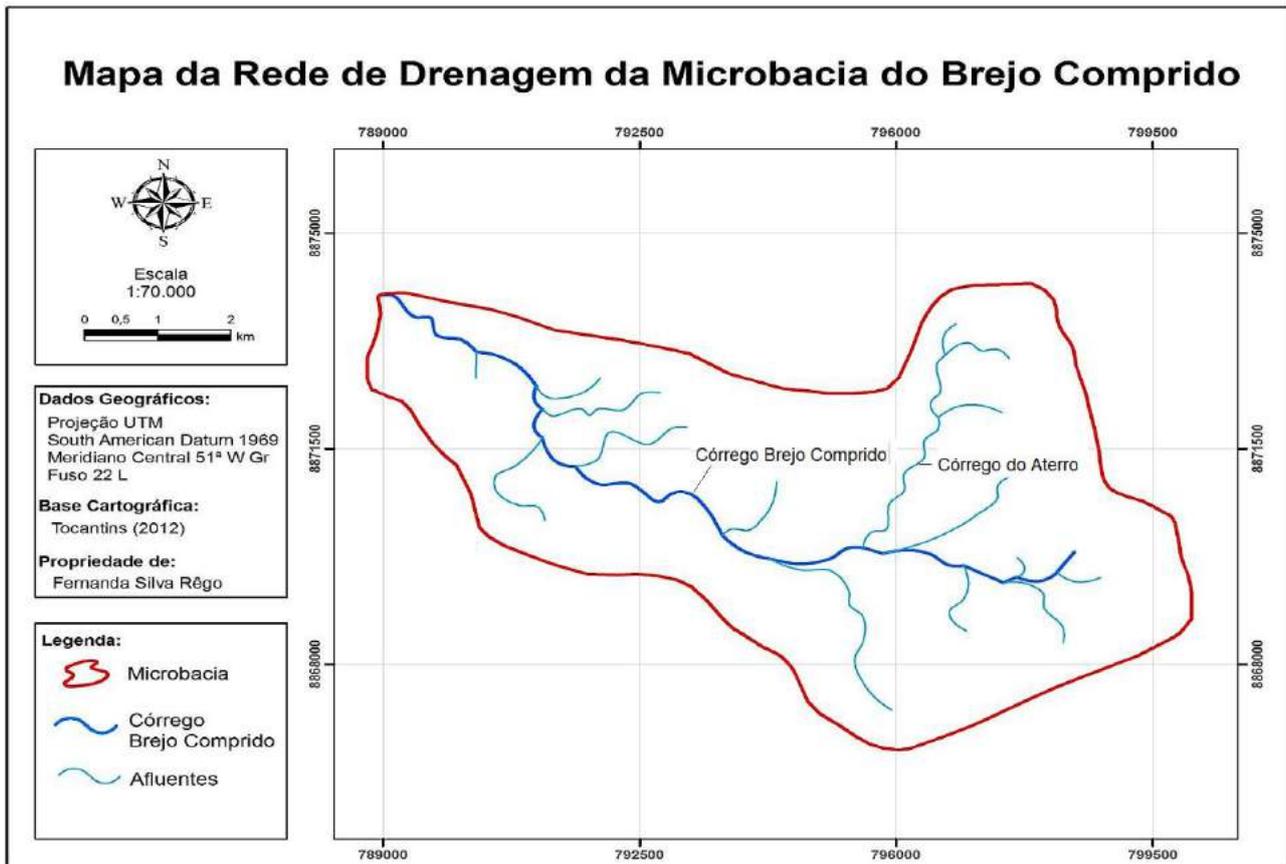


Figura 5. Drenagem da microbacia do Córrego Brejo Comprido e seu principal afluente, em Palmas – TO (Os autores, 2018)

Figure 5. Brejo Comprido's micro basin water drainage and its main affluent in Palmas, Tocantins, Brazil (The authors, 2013)

Tabela 4. Classificação da distribuição da declividade (EMBRAPA, 1979)

Table 4. Declivity distribution classification (EMBRAPA, 1979)

Declividade (%)	Classificação	%
0 - 3	Relevo Plano	3%
3 - 8	Relevo Suavemente Ondulado	8%
8 - 20	Relevo Ondulado	28%
20 - 45	Relevo Fortemente Ondulado	51%
45 - 75	Relevo Montanhoso	10%
> 75	Relevo Fortemente Ondulado	1%

3.3.7. Uso e Ocupação do Solo

O mapa de uso e ocupação do solo (Figura 8) apresenta duas classes principais de uso, sendo elas, a área urbana, com 77,08 %, e os outros 22,92% ocupados por mata preservada, correspondendo à Serra do Lajeado, apresentando habitats úteis à flora e a fauna regional, ao passo que as encostas, nesta região, constituem as áreas com melhores índices de

conservação ambiental, devido à menor interferência antrópica (PROJETO OLHO D'ÁGUA, 2005).

Na área rural da microbacia, de acordo com a SEPLAN, existem 23 propriedades rurais, sendo que nestas há culturas de ciclo curto ou longo e pecuária intensiva, são áreas produtivas sob o ponto de vista agrícola, pastagens e culturas diversas (TOCANTINS, 2011).

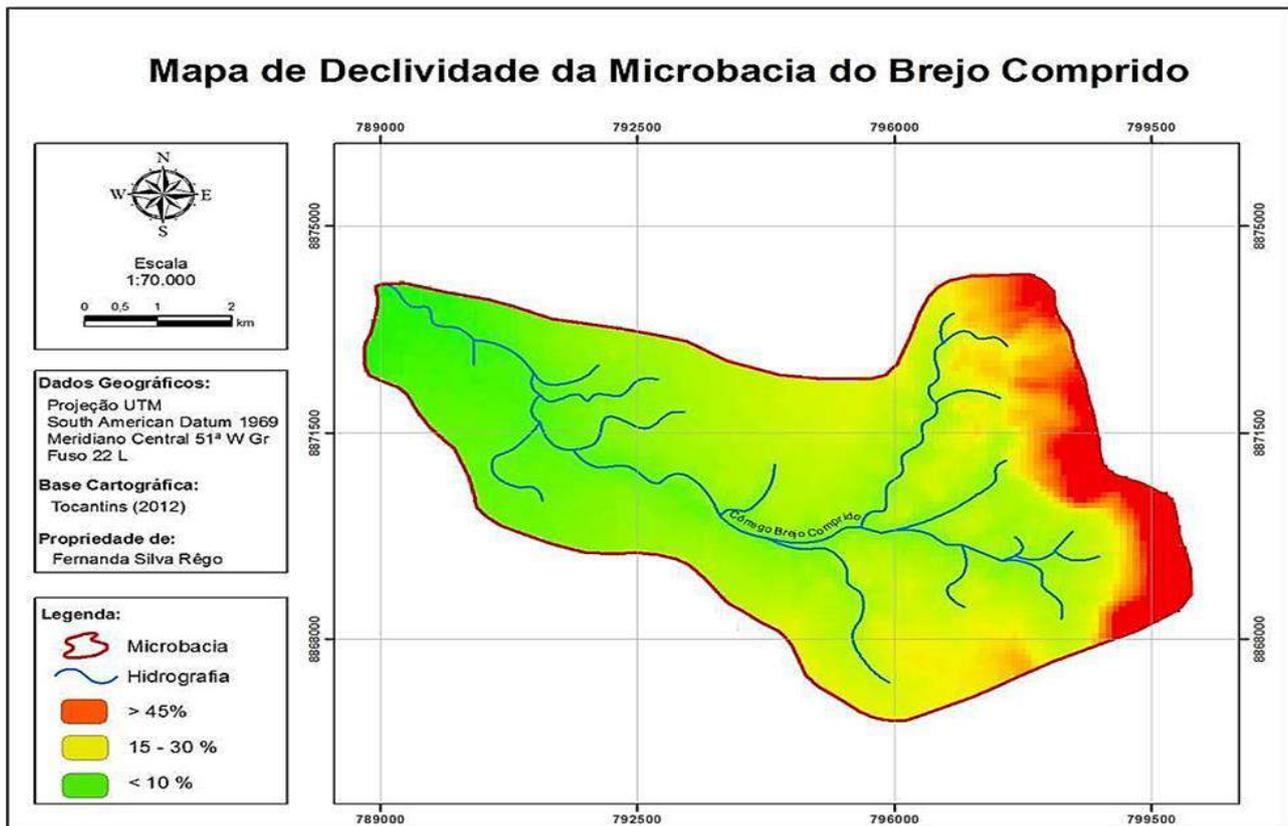


Figura 6. Declividade da microbacia do Córrego Brejo Comprido, Palmas – TO (Os autores, 2018)
Figure 6. Brejo Comprido's micro basin declivity, Palmas, Tocantins, Brazil (The authors, 2018)

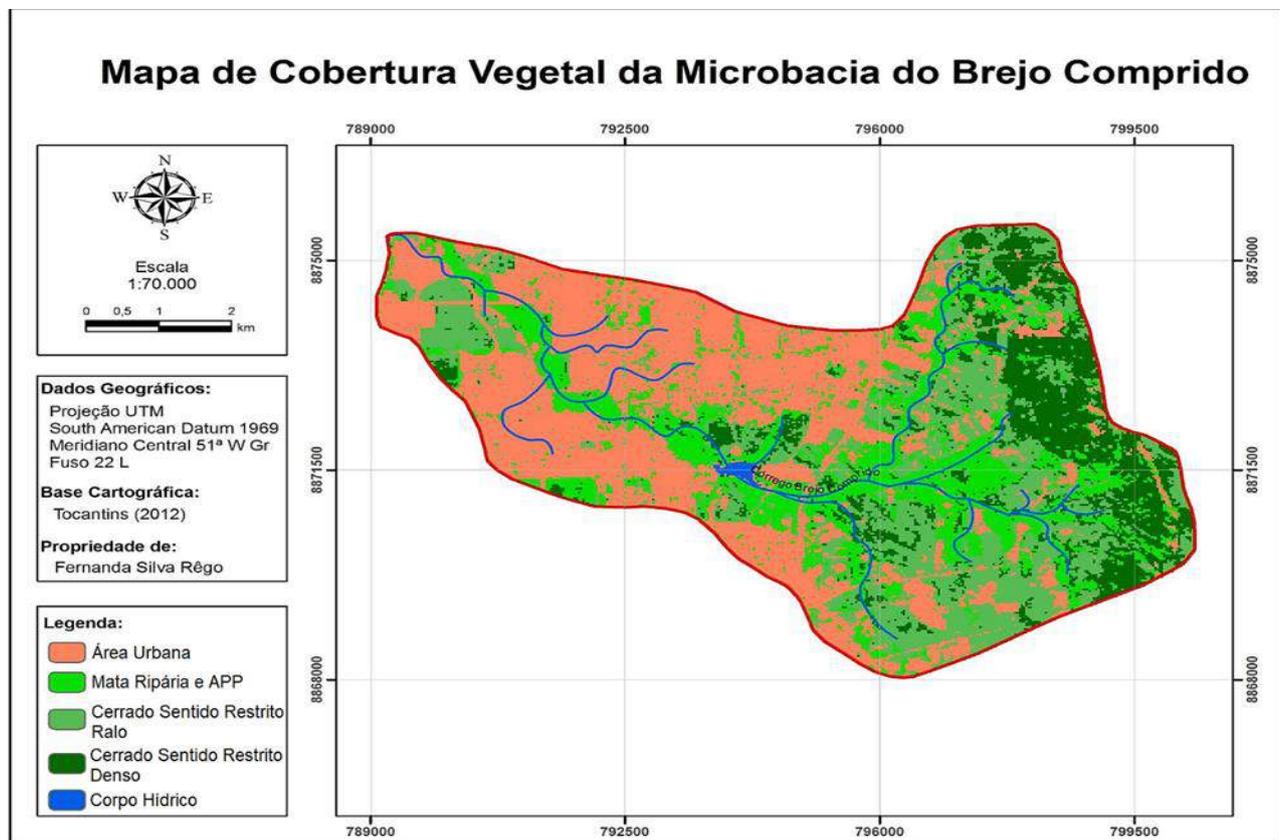


Figura 7. Cobertura vegetal da microbacia do Córrego Brejo Comprido, Palmas – TO (Os autores, 2013)
Figure 7. Brejo Comprido's micro basin vegetal cover, Palmas, Tocantins, Brazil (The authors, 2013)

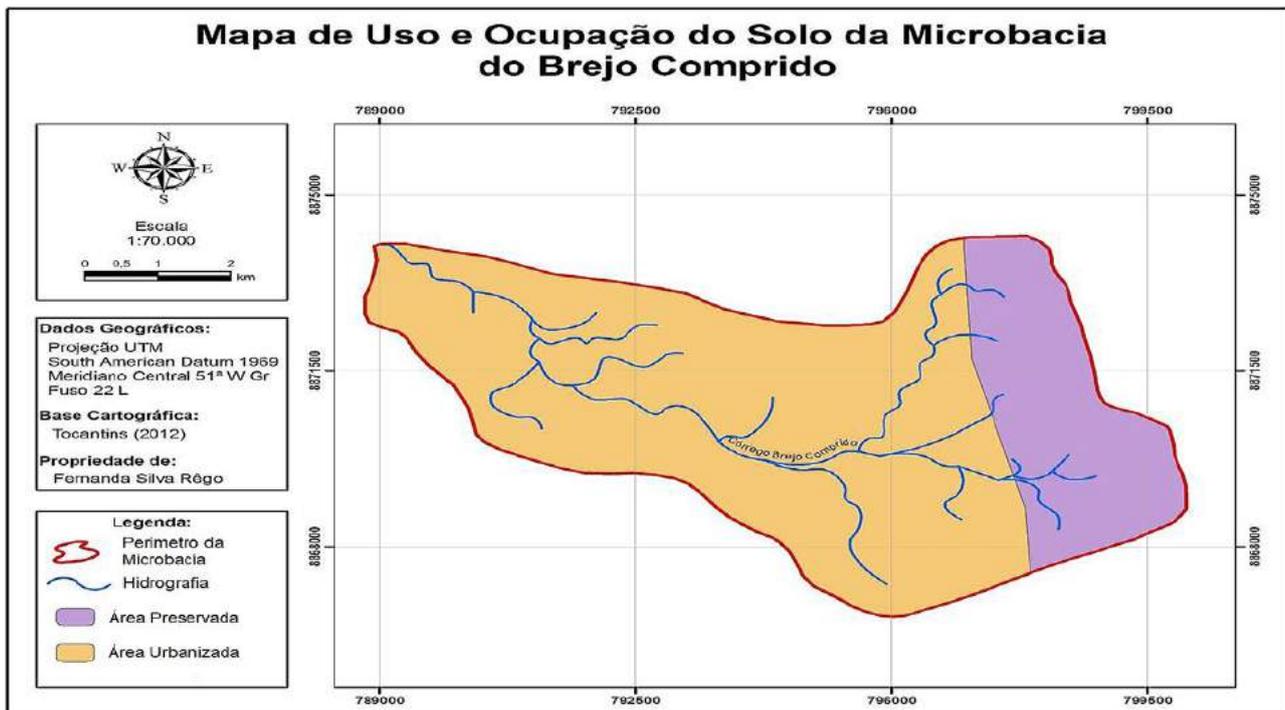


Figura 8. Uso e ocupação do solo na microbacia do Córrego Brejo Comprido, Palmas – TO (Os autores, 2018)
Figure 8. Brejo Comprido's micro basin land using and occupation, Palmas, Tocantins, Brazil (The authors, 2018)

4. Conclusão

Os mapas temáticos produzidos neste trabalho poderão ajudar no embasamento econômico-político e administrativo de informações, e na tomada de decisão para projetos que visem conhecer e utilizar, de forma sustentável, os recursos naturais da microbacia do Córrego Brejo Comprido. Ferramentas em SIG, para tanto, se fazem fundamentalmente úteis ao controle da exploração do meio ambiente e na estimativa de ações transformadoras futuras. Recomenda-se a execução de estudos futuros que explorem isoladamente cada um dos fatores abordados, a fim de ampliar a gama informacional sobre os ambientes naturais da cidade de Palmas – TO e seu entorno, abrindo vieses para a preservação conjunta dos recursos naturais locais.

5. Referências Bibliográficas

ALVES, L. M. Sistemas de informações geográficas como instrumentos para o planejamento de uso da Terra, em bacias hidrográficas. 1993. 112 p. (**Tese – Doutorado em Ciência Florestal**) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

ALVES, J. M. P.; CASTRO, P. T. A. Influência de Feições Geológicas na Morfologia da Bacia do rio

Tanque (MG) baseada no estudo de Parâmetros Morfométricos e Análise de Padrões de Lineamentos. **Revista Brasileira de Geociências**, v. 33, n. 2, p. 117-127, 2003.

ARRAIS, M. A. Estudo para a preservação e uso sustentável da área verde urbana do córrego Brejo Comprido em Palmas – TO. **Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo**, Universidade de Brasília, 2009. 243p.

BARBOSA, J. A. Diagnóstico Ambiental e elaboração de uma proposta de plano de uso como subsídio à implantação do parque municipal do Sussuapara, Palmas -TO. **Palmas: UFT**, 2004. 90p.

BORGES, J. D.; MATEUCCI, M. B. A; OLIVEIRA, J. P. J.; TIVERRON, D. F.; GUIMARÃES, N. N. R., Recomposição da vegetação das matas ciliares do rio Meia Ponte e córrego Samambaia na área da Várzea da escola de Agronomia da **UFG**, Goiânia. 1981.

BORGES, J. D.; SILVA, N. F.; XIMENES, P. A.; PINHEIRO, J. B.; CARNEIRO, M. F; SOUZA, E. R. B; SOARES, R. A. B. Estabelecimento e desenvolvimento de espécies arbóreas em recomposição de matas ciliares. **Pesquisa Agropecuária Tropical**. Goiânia, v.30, n. 5, 2000.

- BORSATO, F. H.; MARTONI, A. M. Estudo da Fisiografia das Bacias Hidrográficas Urbanas no Município de Maringá, Estado do Paraná. In: **Rev. Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences. v.26, n°2, p.273-285, 2004.
- BRASIL. Projeto RADAMBRASIL: Levantamento de Recursos Naturais. Vol. 22, folha SC 22 Tocantins. **MME – Ministério de Minas e Energia**, Rio de Janeiro 1981. 520p.
- CARVALHO, P. E. R. Técnicas de recuperação e manejo de áreas degradadas. In: GALVÃO, A. P. M. (Org.). Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais. **Colombo: Embrapa Florestas**. 2000. p. 251 - 268.
- CASTRO, P.; LOPES, J. D. S. Recuperação e conservação de nascentes. Viçosa, MG: **CPT**, 2001. 84p.
- CHRISTOFOLETTI, A. Análise morfométrica de bacias hidrográficas. **Notícia Geomorfológica**, n. 18, p. 35-64, 1969.
- CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. 2ª ed. São Paulo, **SP: Edgard Blücher**, 1980.
- COSTA, T. C. C., SOUZA, M. G., BRITES, R. S. Delimitação e caracterização de áreas de preservação permanente por meio de um sistema de informações geográficas (SIG). **Revista Árvore**, v.20, n.1, p.129-135, 1996.
- CÂMARA, G.; DAVIS, C. Capítulo 1: Apresentação. In: CÂMARA, G; DAVIS, C. e MONTEIRO, A. M. V. **Introdução à Ciência da Geoinformação**. 2002.
- EMBRAPA, Zoneamento Agroecológico do estado do Tocantins, 1999. Disponível em: <http://www.zaeto.cnpm.embrapa.br/html>
Acesso em: 12 de Out de 2011.
- FEITOSA, T. B. Dinâmica hidrossedimentológica de duas sub-bacias hidrográficas localizadas no Estado do Tocantins. **ABES**, Palmas Tocantins, n., p.121-129, 18 ago. 2011.
- GUARDA, S, D, M. Expansão Urbana do Entorno do Lago do Município de Palmas – TO (1990, 1993, 1999, 2002, 2005): Acompanhamento por dados de sensoriamento remoto. **Dissertação de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente – Universidade Federal do Tocantins**, Palmas – TO. 2006. 129p.
- GUIMARÃES, L. T. Utilização do sistema de informação geográfica (SIG) para identificação de áreas potenciais para disposição de resíduos na bacia do Paquequer, município de Teresópolis – RJ. 2000. 163 p. **Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro.
- HORTON, R.E. Erosional development of streams and their drainage basins; hydro physical approach to quantitative morphology. **Bulletin of the Geological Society of America**, v.56, pp. 275-370, 1945.
- IBGE, Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=17.
- MOREIRA, A. A. Identificação de conflito no uso da Terra em uma microbacia hidrográfica. 1999. 61 p. **Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal de Viçosa**, Viçosa, MG.
- MOREIRA, A. A.; SOARES, V. P.; Ribeiro, J. C.; SILVA, E.; RIBEIRO, C. A. A. S. Determinação de áreas de preservação permanente em uma microbacia hidrográfica a partir de fotografias aéreas de pequeno formato. In: **XI SBSR**, 2003, Belo Horizonte, MG. Anais INPE, 2003. p. 1381-1389.
- MOSCA, A. A. O. Caracterização hidrológica de duas microbacias visando a identificação de indicadores hidrológicos para o monitoramento ambiental de manejo de florestas plantadas. 2003. 96p. **Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luís de Queiroz”, Universidade de São Paulo**, Piracicaba, 2003.
- OLIVEIRA, M. J. Proposta metodológica para delimitação automática de Áreas de Preservação Permanente em topos de morro e em linha de cumeada. 2002. 53p. **Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa**, Viçosa, 2002.
- RANZANI, G. Solos e Aptidão Agrícola das Terras do Município de Palmas. 2002. 85p. **Rede de Sementes do Cerrado**. Disponível em: www.rededesementes-docerrado.com.br. Acesso em: 03 de jun. 2013.
- RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de

(Ed.). Cerrado: ambiente e flora. Planaltina, DF: **Embrapa-CPAC**, 1998. cap.3, p.89-166.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE (**SEPLAN**). Serviços de consultoria para elaboração do plano das bacias hidrográficas do entorno de Palmas- Tocantins (Estratégias de usos das águas superficiais e subterrâneas). Palmas, 2004. 73p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO (**SEMATUR**). Projeto Olho d'água. Recuperação e proteção ambiental compartilhada da microbacia do córrego Brejo Comprido. SEMATUR, Palmas, 2005.

SILVA, A. M.; MELLO, C. R. Apostila de Hidrologia. **Universidade Federal de Lavras**. 1998. Disponível em: www.deg.ufla.br/Irriga%C3%A7%C3%A3o/Disciplinas/ENG%20170/hidrologia_eng_170.htm. Acesso em: 10 maio 2013.

SILVA, L. *et al.* Caracterização geomorfométrica e mapeamento dos conflitos de uso na bacia de drenagem do Açude Soledade. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 3, p. 112-122, 2010.

STRAHLER, A. N. Quantitative analysis of watershed geomorphology. **Transactions American Geophysical Union**, Washington, v. 38, n.6, p. 913-920, 1957.

TOCANTINS. **Governo do Tocantins**. Disponível em: <http://to.gov.br/palmas/661>>. Acesso em: julho, 2013.

TEODORO, V. L. I.; TEIXEIRA, D.; COSTA, D. J. L.; FULLER, B. B. O conceito de bacia hidrográfica e a importância da caracterização morfométrica para o entendimento da dinâmica ambiental local. **Revista Uniara**, v.20, p.137-157, 2007.

VILLELA, S. M.; MATTOS, A. Hidrologia aplicada. São Paulo: **McGraw-Hill do Brasil**, 1975. 245p.



ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E TERRITÓRIO NO BRASIL

RAFAEL FREIRE DE PAULA¹ | VANESSA TEIXEIRA²

RESUMO

O presente ensaio trata das relações entre as imagens e o texto, tendo no pano de fundo a narração como um encadeamento de informações em função do tempo. Observa os elementos presentes na linearidade simbólica do texto e a presença das audiovisuais, ou seja, as sugestões imagéticas contidas; elemento fundamental para, por exemplo, os processos de adaptação de linguagem. Discute as dimensões do tempo nos processos audiovisuais, bem como signos da mesma natureza dentro do texto. Conclui que os processos adaptativos devem ter no tempo sugestivo a base para uma fidedignidade rítmica.

Palavras-Chave: Estado, Políticas públicas, Geografia.

STATE, PUBLIC POLICY AND TERRITORY IN BRAZIL

ABSTRACT

This article aims to relate the different interpretations and perspectives on the status and role in society, that is, the State action through public policies that, in turn, do not reach a homogeneous territory and / or neutral, but yes, diverse, heterogeneous and disputed by powerful groups within it. In order to achieve with the proposed objectives of the study were used Melozzo (2010); Souza (2006; 2003) Trevisan; Bellen (2008); Klaus Frey (2000); Serpa (2011); Bobbio (2007); Harvey (2006); Steinberger (2013); Resende (2014) and others.

Keywords: State, Public policies, Geography.

1. Introdução

Discutir sobre a temática de política pública não é uma tarefa fácil, a começar pelas inúmeras definições que são atribuídas a ela. Celina Souza em seu estudo faz uma relação de vários pesquisadores e definições de políticas públicas defendidas por eles, apresenta a abordagem Lynn (1980); Mead (1995); Peters (1986); Dye (1984). Entretanto, a autora afirma que a definição mais conhecida permanece sendo a do pesquisador Laswell (1936), que partilha pela ideia que as “decisões e análises sobre política pública

implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (SOUZA, 2006). Além disso, o pesquisador Harold Laswell, junto com Henry Simon; Charles Lindblom e David Easton são considerados os quatro principais pais fundadores da área de Políticas Públicas.

Considerando os pesquisadores apresentados acima, entendemos que não existe uma única e melhor definição sobre o que consiste como política pública (SOUZA, 2006). Desta forma, nossa reflexão busca enxergar a noção “políticas públicas”

¹ Mestre em Geografia pela Universidade do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus Guarapuava/PR. Professor de Geografia no município de Taraíba-SP. Área de interesse: Geografia do Trabalho e Geografia Política. E-mail: freire_depaula@yahoo.com.

² Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO (2016). Atua em pesquisas voltadas a temáticas afins às Ciências Humanas, a saber, Geografia, ao pensamento Geográfico Brasileiro e em temáticas da Geografia Política Brasileira. E-mail: vanessateixeira1904@hotmail.com

prioritadamente aos interesses do coletivo, assim, os interesses particulares e individuais não devem extrapolar esses limites, e ainda, deve ser uma expressão em discussão pública/aberta a população, entretanto, para sua formulação e execução necessita-se de certo grau de legitimidade por parte dos autores (MELAZZO, 2010).

As políticas públicas constituem em diversos países uma importante ferramenta para a organização/gestão e planejamento território, no Brasil as mesmas só passaram a receber maior incidência nas últimas duas décadas, particularmente, pelas ações dos governos das questões sociais, mudanças da ampliação de experiências de participação popular, cidadania e gestões públicas a partir da década de 1980 no Brasil e na América Latina. Assim, são ações do Estado para promover o desenvolvimento em diferentes escalas e redefinidas em concordância ao cenário econômico/político e grupos de poder, isto é, estão longe de ser o resultado unicamente dos atores instituídos de poder, mas estão ligadas diretamente a uma espécie de arena de disputa, embates de ideias, preferências e interesses.

Sendo assim, este estudo tem por objetivo relacionar as diferentes leituras e perspectivas relativas ao Estado e seu papel na sociedade, isto é, o Estado em ação por meio das políticas públicas que, por sua vez, não atingem um território homogêneo e/ou neutro, mas sim, diverso, heterogêneo e em disputa pelos grupos de poder que o integram.

A partir disso, nossa intenção é discutir algumas políticas públicas desenvolvidas atualmente no Brasil, sejam elas já aplicadas, em aplicação ou em discussão, relacionando-as com o conceito de território em sua amplitude, ou seja, não o reduzir a um simples recorte mensurável pela sua dimensão ou responsabilidade administrativa. Ainda, é fundamental ressaltarmos que uma mesma política pública pode ter alcance e objetivos diferentes ao longo de sua aplicação, ou inclusive ser capturada para responder a interesses não estipulados em sua origem.

Steinberger (2013) nos mostra as diferentes perspectivas a respeito do Estado e sobre como o mesmo deve posicionar-se frente a questões políticas, econômicas e sociais de um país diverge significativamente entre autores (e seus seguidores) que

lidaram com esta questão direta ou indiretamente, tais como Weber, Locke, Rousseau e Marx.

Quando pensamos o Estado democrático atual verificamos que suas ações nem sempre são contínuas ou semelhantes ao longo dos anos, tendo em vista as orientações de cunho político ideológico que orientam o grupo de poder dominante em determinados períodos. É possível citarmos os partidos políticos nesse sentido, mas de modo algum reduzir a questão dos grupos de poder a apenas grupos partidários. Como exemplo, Steinberger (2013) cita a retomada, por parte do Estado, na elaboração, controle e aplicação de políticas públicas no Brasil pós 2003, desse modo, temos, segundo a autora, uma forma de agir do Estado antes e após 2003, algo que veremos com mais detalhes posteriormente.

A partir das leituras, arriscaremos defender a noção de inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território, como indica Steinberger (2013), ao mesmo tempo em que discutimos os novos desafios das políticas públicas na superação do alcance setorial para um quadro em que diferentes políticas públicas setoriais sejam dirigidas e caminhem juntas para a construção de um país mais justo e democrático.

2. Estado e Políticas Públicas

O debate sobre as questões das políticas públicas neste trabalho se coloca para integrar uma discussão sobre uma das ações no território de uma instituição política por excelência, o Estado. A propósito, este se vale e possui intencionalidade e interesses instituídos dentro de um sistema de objetivos, adquirindo materialidade no espaço a partir do sistema de ações (CASTRO, 2012). Para Santos (2009, p.95) as ações não acontecem sem “um objeto, e quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto”, esta concepção pode ser segmentada no sentido da atuação do Estado na organização de um determinando território.

Aliás, as ações estão acompanhadas pelas intencionalidades, que a princípio, segundo Santos (2009), são uma espécie de corredor entre o sujeito e o objeto. Toda ação sobre o território contém uma intencionalidade, é uma conduta para atingir um objeto - revelam finalidades - um movimento consciente e voluntário que envolve diferentes agentes, são

expressas nas estratégias de ação, práticas e discurso. A intencionalidade pode ser verificada nas formas das coisas, ideias, pessoas, etc. (SANTOS, 2009).

De início, ao discutirmos a questão do Estado, devemos ir ao seu início, mesmo que alguns autores discordem uns dos outros sobre sua origem. Bobbio (2007), ao reconhecer tal fato, reduz a importância dessa discordância, afinal

O problema real que deve preocupar todos os que têm interesse em compreender o fenômeno do ordenamento político não é portanto o de saber se o Estado existe apenas a partir da idade moderna, mas sim o de saber se existem analogias e diferenças entre o assim chamado Estado moderno e os ordenamentos políticos precedentes, se devem ser postas em evidência mais umas do que outras, qualquer que seja o nome que se queira dar aos diversos ordenamentos (BOBBIO, 2007, p.69).

Nessa perspectiva, podemos, por exemplo, entender o surgimento do Estado a partir da dissolução da comunidade primitiva fundamentada nos laços de parentesco e, a partir disso, da união de vários grupos familiares por razões outras, como o sustento ou a defesa. Por outro lado, historiadores contemporâneos relacionam o nascimento do Estado com o início da era moderna (BOBBIO, 2007).

Harvey (2006) relaciona o fato de que o trabalhador, mediante o trabalho, cria capital com instrumento de sua dominação, ao passo que a sociedade cria o Estado com esse mesmo propósito. Ainda na perspectiva marxista, o Estado é um instrumento de dominação de classe, portanto, dominado pela classe dominante burguesa que faz uso do poder para a manutenção do status quo e defende o discurso de união para o bem de todos, ou seja, cria um interesse geral ilusório (HARVEY, 2006). Todavia, analisar o Estado pela ótica marxista não o reduz a um estruturalismo imutável, o que ocorre, como indica Steinberger (2013), é predomínio do Estado Classista em Marx

O Estado que se origina da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle, mas que também se origina no meio da luta entre as classes, é, normalmente, o Estado da classe economicamente dirigente, que, por seus recursos, torna-se também a classe politicamente dirigente, e, assim, obtém novos meios de controlar e explorar as classes oprimidas. [...] no entanto,

ocorrem períodos excepcionais – quando classes antagonicas quase se igualam em forças – em que o poder do Estado, como aparente mediador, adquire, naquele momento, certa independência em relação a ambas as classes (HARVEY apud ENGELS, 1941, p. 157).

Para Lênin (2007), a existência do Estado é o produto e a prova de que as contradições entre as classes sociais são irreconciliáveis. Nesse sentido, vemos que o Estado é, na visão marxista, produto e produtor dos antagonismos de classe, ao passo que a classe dominante, em geral detentora do poder do Estado, utiliza-se de sua legitimidade (da coerção, elaboração e aplicação de leis, etc.) para defender seus interesses, como o da propriedade privada. Ao defender a revolução, Poulantzas (2000) aponta a importância, a priori, da tomada do poder do Estado, mesmo que para boa parte dos teóricos marxistas, a necessidade do Estado desaparecia com a eliminação das classes, pois seu propósito (de instrumento de dominação) estaria acabado.

Steinberger (2013) cita outros “Estados” que não o Classista oriundo do marxismo, tais como o Estado Liberal em Locke, juiz dos conflitos sociais e instrumento de garantia da liberdade e direitos individuais e o Estado Contratualista, que delega a legitimidade ao Estado via contrato social, todavia, optamos por destacar a via do Estado Classista por sua semelhança ao atual momento político do Estado brasileiro.

Podemos partir das contribuições de Castro (2013) para entender o momento vivido pelo Estado brasileiro, pois “a política é a administração dos conflitos e não a promessa de eliminação deles, dentro do contexto democrático, a criação de uma lei não pode, então, pretender-se como um processo marcado pela neutralidade (CASTRO, 2013, p.61)”. Desse modo, a autora reconhece o antagonismo indissociável das classes sociais, mas, também, valoriza a experiência democrática e do embate político via partidos políticos ou movimentos sociais, além do destaque as três esferas político-administrativas: federal, estadual e municipal, sendo a última, lócus principal da atuação cidadã da sociedade civil em prol de melhorias relativas a questões locais (CASTRO, 2005).

O Estado é uma das mais importantes instâncias de poder no território, este último que confere substância ao Estado, isto é, sem o território o Estado

é uma figura jurídica, uma intenção, mas não deixa de ser uma realidade histórica e social (CASTRO, 2009). Dessa maneira, o território é base de poder para o mesmo na organização da sociedade, o Estado que possui característica funcionalista e institucionalista, na primeira faz referência a suas funções, estabelecendo medidas e ações para atender a população, a segunda perspectiva está relacionada ao que compõem institucionalmente - o corpo de funcionário, instituições etc. (RODRIGUES, 2013). É nessa primeira perspectiva que o estudo se encontra pautado.

Quando pensamos a ação do Estado, motivada ou não pelas exigências da sociedade civil organizada, estamos nos referindo a políticas públicas que, assim como a elaboração de leis, estão distantes de representar (ou buscar) objetivos neutros (CASTRO, 2005).

Souza (2006) aponta o período pós 1930 como momento de emergência de ações estatais por meio de políticas públicas, algo que se intensificou no período pós-guerra devido à adoção do modelo keynesiano³ por parte dos países centrais. Para a autora, na área do governo “a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências” (SOUZA, 2006, p.22).

Com o desgaste da economia mundial em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980 temos o incremento de uma maior racionalidade no que se refere aos investimentos públicos, isto é, com o enxugamento da máquina pública defendido pelos neoliberais desse período, houve, por conseguinte a diminuição de recursos destinados a serviços públicos, muitos alvos da privatização, bem como a redução de políticas públicas.

Junto à racionalidade na elaboração e aplicação de políticas públicas, vem a eficiência, que passou a ser o principal objetivo de qualquer política

pública, acompanhado ainda da credibilidade que seria alcançada devido a delegação das políticas públicas a instituições com “independência política”, isto é, neutras (SOUZA, 2006).

A racionalidade aplicada aos recursos públicos passa a ser defendida, desse modo, “o ajuste fiscal implicou na adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesas e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais (SOUZA, 2006, p.20)”. Tal contribuição se assemelha muito ao momento em que vive o Brasil, cujo papel atual do ministério da fazenda, ao menos aparentemente, é reequilibrar as contas públicas, que para os partidos de oposição ao governo foram solapadas por políticas públicas de cunho social, tais como o PROUNI⁴, FIES⁵, Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, etc.

Podemos então, apoiados em Souza (2006), sintetizar a área de políticas públicas

[...] como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

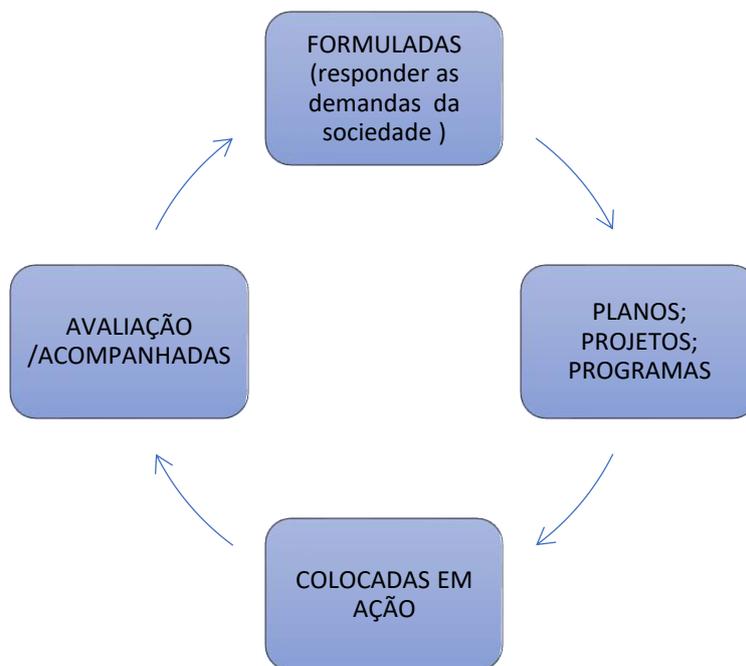
Tendo em vista a independência do Estado no que se refere a elaboração e implementação de políticas públicas, Souza (2006) esclarece que não podemos estabelecer reducionismos, isto é, tomar como parâmetro um Estado produtor apenas de políticas públicas elitistas ou apenas favoráveis as classes subalternas. Para a autora, a produção de políticas públicas é plural e varia segundo a atuação dos diferentes grupos de poder que compõem a sociedade. Além disso, as políticas públicas são organizadas em um ciclo cujos estágios são: definição da agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação (SOUZA, 2006).

³ O Keynesianismo é a corrente de pensamento fundamentada na obra do Economista John Maynard Keynes, que contestou algumas premissas da organização liberal da economia, destacou a importância do papel do Estado na correção dos “desequilíbrios” do mercado, de modo que o Estado seria responsável em realizar fortes investimentos, especialmente em áreas de desinteresse para o capital privado, capazes de aquecer a

economia e ao mesmo tempo disponibilizar grandes remessas de crédito a juros baixos ao capital privado. O modelo keynesiano começa a ser adotado pós 1930 nos Estados Unidos e expande-se para a Europa no período pós II Guerra Mundial.

⁴ Programa Universidade para Todos.

⁵ Fundo de Financiamento Estudantil.



Fonte: SOUZA (2006)

Org.: Teixeira, V (2016)

No Brasil, por exemplo, verificamos essa dualidade do Estado, pois de um lado intensificou, nos últimos anos, suas políticas públicas de cunho social e, de outro, responde aos interesses do capital privado e da elite nacional, sendo um Estado defensor e comprometido com a reprodução do capital. Os atuais debates no cenário político nacional ocorrem justamente nesse sentido, de responsabilidade fiscal, redução ou reorganização de políticas de cunho social, dificultando assim o acesso às mesmas e, desse modo, reduzindo os gastos, além de, por outro lado, buscar formas de fomentar o setor privado, produtivo ou especulativo.

3. Território e Políticas Públicas

Poderíamos nos estender na conceituação de território neste ensaio, mas não é o objetivo do mesmo, então, discutiremos o conceito na forma como ele é entendido aqui. Lembramos, como dissemos anteriormente, que não tomamos como pressuposto o território como área jurídico-administrativa ou, de qualquer modo, mensurável no que se refere as dimensões e responsabilidades, mas sim, numa perspectiva próxima a autores como Souza (2012), em que o território “é um espaço definido por e a partir de relações de poder (p.79)”, sendo ainda um

instrumento de exercício de poder no espaço, de influência e dominação (SOUZA, 2012).

Há uma tendência, muito ligada a geografia tradicional, mas não exclusivamente, que trata o território próximo ao Estado-Nacional e, conseqüentemente, ao território nacional. Souza (2012) reconhece tal fato, mas alerta que

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional; territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2012, p.81).

A diversidade de territórios, para além do território nacional, tem-se mostrado importante para as pesquisas em geografia interessadas nas disputas territoriais nas diferentes escalas. Fernandes (2013) diz que os conflitos no território geram territorialidades de dominação e territorialidades de resistência. Como exemplo de conflito, podemos mencionar as disputas em torno do direito à moradia, em especial nas grandes cidades, marcadas por violentas ações de reintegração de posse que tiveram uma resistência muito

significativa por parte dos moradores e movimentos sociais, como o caso do bairro Pinheirinho, em São José dos Campos – SP, em 2012, cujas imagens da violência foram divulgadas por todo país⁶

As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução socio territorial. A conflitualidade é, portanto, um processo em que o conflito é apenas um componente. Esse processo é formado por diversos componentes polarizados como uno – diverso; consenso – crítica; regra – conflito; padronização – variedade; centralização – centralidades; território – territórios. O âmago da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento⁷ em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia (FERNANDES, 2013, p.174).

Haesbaert (2013) aponta três vertentes básicas para a compreensão do território: (i) Jurídico – Política, como um espaço delimitado e controlado, lócus de poder, em geral do poder político do Estado; (ii) Cultural, marcada pela dimensão simbólica da apropriação e valorização desta territorialidade por um grupo; e (iii) Econômica, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas e da luta de classes, segundo o autor, é menos difundida.

Numa primeira impressão, poderíamos dizer que a postura de Fernandes (2013) enquadra-se na vertente econômica defendida por Haesbaert (2013), porém, se observarmos a fundo as contribuições de Fernandes (2013) apontadas neste texto, veremos, nas entrelinhas, as outras duas vertentes sugeridas, pois a valorização do território, a identidade territorial é marcante nos textos da via campesina, viés de Fernandes (2013), além do papel delegado ao Estado, de modo algum ignorado pela análise do autor.

Apresentar sinteticamente o modo como pensamos o entendimento do território faz-se necessário para compreender algumas das políticas públicas brasileiras, sendo que elas são aplicadas em territórios distintos, onde a aceitação, os resultados e os feedbacks podem ser também diferentes.

A postura do Estado na elaboração e aplicação de políticas públicas gera contradições no seio do território alvo da mesma, pois pode contemplar um segmento da sociedade em detrimento do outro. Em relação a política energética adotada pelo governo federal, estados como o Rio Grande do Norte, por exemplo, possui suas incoerências, tal como a elucidada na Figura 1.



Figura 1. Cartaz de protesto contra a implantação de usina eólica na região das dunas. Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/09/08/moradores-debtem-sobre-instalacao-de-aerogeneradores-em-dunas-no-rio-grande-do-norte.htm>.

Como podemos perceber, a demanda local seria por moradias populares e não a implantação de uma usina eólica (há debates sobre as prioridades). Outro ponto interessante é o local de implantação, que seria uma área a ser protegida e não utilizada por moradias ou atividades econômicas, porém, para o último a área foi liberada, para as moradias não.

Desta maneira, “em uma sociedade de conflitos e interesses de classe, elas [políticas públicas] são o resultado do jogo de poder determinado por leis, normas, métodos e conteúdo que são produzidas pela interação de agentes de pressão que disputam o Estado” (TRAVASSOS; SOUZA; SILVA, 2013, p.148). Tais agentes são identificados como: políticos e partidos políticos, empresários, organizações, sindicatos etc. cada um fazendo parte de um conjunto de perda/ganho com a política em debate, dentro do conjunto de interesses afetados pelas decisões/ações da política pública.

⁶ Para saber mais, acesse: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/01/21/moradores-dizem-que-violencia-na-regiao-do-pinheirinho-diminui-apos-reintegracao.htm>

⁷ O autor debate os diferentes modelos de desenvolvimento defendidos pelo agronegócio, de um lado, e dos camponeses, de outro.

Dentre as políticas públicas adotadas no Brasil, algumas se destacam e serão analisados brevemente neste ensaio, são elas: PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida (MCMV) e PROUNI (Programa Universidade para Todos).

As políticas públicas aqui mencionadas possuem alcance nacional, porém, sua atuação não é uniforme no território e os alvos dessas políticas públicas não respondem da mesma forma as mesmas, pois a partir da noção de território usado defendida por Steinberger (2013), a sociedade faz diferentes usos do que lhes é colocado, como os recursos do PRONAF, que são voltados para diferentes dinâmicas de acordo com as demandas regionais e/ou locais.

Ainda sobre o PRONAF, devemos problematizá-lo do ponto de vista dos recursos a ele direcionados, em torno de 29 milhões na safra 2015/2016, sendo que os financiamentos ao agronegócio chegam a patamares muito maiores, entre 180 e 190 milhões⁸. Desse modo, mesmo uma política pública da importância do PRONAF, ainda possui aplicação limitada em relação aos recursos, ou mesmo nos critérios estabelecidos para repasse dos recursos, que geram contradições, como aponta Resende (2014), quando diz respeito a liderança da região sul no acesso aos recursos do PRONAF, mesmo estando a maior parte dos agricultores familiares concentrados na região nordeste.

Nessa análise da agricultura familiar, é significativo apontar o fato que a mesma “nunca apresentou organização e força a ponto de influenciar as instituições governamentais que tomam as principais decisões de política agrícola” (DENARDI, 2001, p.57). Assim, mesmo tendo problemas reconhecidos na agenda política, por confluir a interesses e lideranças dominantes (ao agronegócio), não são implementadas e sofrem com limitações em grandes medidas a distribuição de recursos.

Criado em 2003, o *programa Bolsa Família* atende milhões de famílias por todo o Brasil, seu foco é o combate à fome e à miséria, sendo fundamental

para a retirada do Brasil do mapa da fome mundial divulgado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura). O custo anual do programa Bolsa Família aproxima-se de 27 bilhões de reais ao ano, o que representa menos de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro.

O programa funciona, na grande maioria dos casos, como um complemento de renda para as famílias que se enquadram nos critérios estabelecidos pelo órgão estatal responsável, o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. Neste ano em específico, discussões relacionadas a possíveis cortes nos benefícios foram recorrentes no cenário político nacional, uma clara ameaça as conquistas sociais dos últimos anos, pois mesmo que parte da sociedade não apoiasse o programa, desde sua criação o mesmo não fora tão ameaçado.

Ainda, a espacialização dos recursos destinados a este programa é variada⁹, mesmo que concentrada obviamente na faixa litorânea brasileira e suas proximidades, onde a maioria da população reside. Lembramos disso porque essa espacialização auxilia no combate a disseminação de preconceitos ou inverdades sobre o programa, como os posicionamentos que indicam que o mesmo “*só atua no nordeste brasileiro*”, “*em São Paulo o povo trabalha e não precisa*” etc.

O programa MCMV teve início em 2009, tem como objetivo combater o déficit habitacional do país por meio de construção de casas populares ou facilidade para financiamento habitacional. Há diferentes critérios segundo a faixa de renda das famílias, facilitando para aqueles cuja renda é menor, pois não conseguiriam se adequar aos padrões de financiamento exigidos pelo mercado.

Para um país cujo déficit habitacional é muito representativo, especialmente nas grandes cidades, frear este programa é um impasse importante a ser pesquisado, assim como sua aplicação tem sido alvo de estudos em diversas áreas da ciência, inclusive para a geografia.

⁸ Ver PRONAF em <http://www.mda.gov.br/> e sobre os créditos destinados ao agronegócio em <http://www.agricultura.gov.br/>.

⁹ Consultar a pesquisa de Resende (2014).

Matrículas em cursos de graduação presenciais por região (1995-2010)							
		Matrículas em cursos de graduação presenciais (números absolutos)					Taxa de crescimento médio anual (1995-2010) (%)
		1995	2000	2005	2010	Varição 1995-2010	
Norte	Pública	48.386	71.412	124.763	152.469	104.083	8,0
	Privada	15.806	43.646	136.384	199.889	184.083	18,4
Nordeste	Pública	183.872	271.795	352.757	438.090	254.218	6,0
	Privada	85.582	141.914	385.505	614.071	528.489	14,0
Sudeste	Pública	255.762	304.691	377.053	493.881	238.119	4,5
	Privada	717.686	1.093.348	1.832.580	2.162.350	1.444.664	7,6
Sul	Pública	160.525	161.729	223.378	242.367	81.842	2,8
	Privada	169.531	380.706	621.963	650.763	481.232	9,4
Centro-Oeste	Pública	51.995	77.399	114.238	134.889	82.894	6,6
	Privada	70.558	147.605	284.535	360.351	289.793	11,5
Brasil		1.759.703	2.694.245	4.453.156	5.449.120	3.689.417	7,8

Fonte: Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Figura 2. Matrículas em cursos de graduação presenciais por região (1995-2010). Fonte: Resende, 2014

Em relação ao PROUNI, criado em 2004, é voltado à concessão de bolsas a estudantes da rede pública ou particular, sejam elas integrais ou parciais. Até o segundo semestre de 2014, o programa atendeu 1,4 milhão de estudantes, sendo 70% deles com bolsas integrais. A criação desta política pública alterou o quadro geral dos cursos de graduação no Brasil, tal como é mostrado por Resende (2014).

É perceptível que o aumento das matrículas em instituições privadas é muito superior às matrículas nas instituições públicas em todas as regiões do país. Tal fato recebe muitas críticas atualmente, que argumentam em uma suposta terceirização do ensino superior no Brasil, pois são repassados montantes de recursos públicos para instituições privadas de ensino, o que também levou ao surgimento de grandes grupos empresariais no ensino superior brasileiro.

Nesse sentido, a política pública está inserida em um contexto amplo e interligada a vários atores. Olhar as políticas públicas é se deparar que os fundamentos de sua relação são políticos, estabelecendo estratégias e táticas frente aos outros membros da sociedade para impor critérios e formas de atuação.

Desta maneira, é inegável que a mesma impõe um conjunto de interações e estratégias em ações para o desenvolvimento do território, como explica Castro (2013) quando afirma que a produção territorial correlacionada a aplicações de recursos públicos demonstra o fazer político no espaço, evidenciam uma visibilidade as organizações da sociedade e suas decisões, que procedem em políticas públicas.

4. Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi estabelecer um diálogo entre algumas das políticas públicas atuais no Brasil. Não optamos por focar em uma ou outra política pública em específico, pois tratamos de um panorama geral enquanto uma ações políticas promotoras para o desenvolvimento, buscando garantir acesso a bens, serviços públicos aos habitantes (RODRIGUES, 2014) atuando para minimizar as desigualdades socioespaciais, primando por um desenvolvimento local, regional ou nacional a áreas que estavam inconscientes na agenda pública.

A discussão de notícias veiculadas pela mídia e o trabalho de campo realizado em Brasília-DF¹⁰, auxiliaram nas análises que fizemos aqui, de modo a

¹⁰ Trabalho de Campo realizado em Brasília-DF no mês de novembro no período de 2015.

valorizar os pontos positivos e mostrar as contradições, limites ou deficiências da ação do Estado brasileiro por meio das políticas públicas, geridas por ministérios ou secretarias diferentes que nem sempre dialogam durante as diversas fases de suas ações.

Faz-se necessário, enfim, o devido destaque ao território na elaboração, aplicação e avaliação das políticas públicas brasileiras, pois a diversidade territorial brasileira, pensando-a a partir dos embates entre classes sociais e/ou grupos de poder, interfere diretamente nas diferentes fases dessas políticas públicas. O Estado, sua ação por intermédio das políticas públicas e o território não podem ser analisados separadamente, são contraditórios, espaços de disputa e reflexos imperfeitos uns dos outros.

5. Referências Bibliográficas

- BOBBIO, Norbert. **Estado, governo e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- CASTRO, I.E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, I. E (org.). **Espaços da Democracia: para a agenda da geografia política contemporânea – 1**. Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, FAPERJ, 2013.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente, 2013, 398 p. Livre Docência. Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP.
- HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 29: 11–24, jan., 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>. Acesso em 27 jan. 2015.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço** – São Paulo: Annablume, 2005.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução/ V. I. Lenin – 1**. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LOW-BEER. J. O Estado e as políticas públicas: uma revisão histórica (1950 a 1997) **Espaço & Geografia**, V.5, n 2, p.65 -100, 2002
- MELAZZO, E. S. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. **Revista Tópos**, Presidente Prudente/SP, v. 4, p. 9-32, 2010.
- POULANTZAS, Nicos. As lutas políticas: o Estado, condensação de uma relação de forças. In: POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. São Paulo: Graal, 2000.
- RESENDE, Guilherme Mendes. **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. v. 1.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 2. Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O território e a sociedade no início do século XXI**. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20- 45, 2006.
- SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista brasileira de ciências Sociais**, v18, n 51, 2003
- SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- STEINBERGER, Marília (org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais** / Marília Steinberger et al – Brasília: Ler Editora, 2013.



O IMPACTO DA NÃO-IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E A SUA RELAÇÃO COM AS PERDAS DOS SABERES E PRÁTICAS TRADICIONAIS

THAYNÁ DOS SANTOS ALMEIDA¹ | OZEIAS DE ALMEIDA SANTOS²

RESUMO

O presente artigo visa trazer discussões sobre o impacto da não-implantação da Educação Escolar Quilombola e sua relação com as perdas dos saberes e práticas tradicionais, em interface com a realidade sociocultural do município de Antônio Cardoso-BA. Desse modo, foi apresentada uma breve abordagem da formação histórica de Antônio Cardoso e suas respectivas comunidades quilombolas, trazendo para a discussão a definição de quilombo, a fim de compreender o processo de construção social e político da Educação Quilombola e seu espaço de luta e vivência. Assim foi apresentada a Lei 10.639/2003, o Estatuto da Igualdade Racial, e as Políticas Educacionais referentes a Educação Quilombola. Ainda foram apresentadas a realidade do Colégio Estadual Antônio Carlos Magalhães, localizado no município de Antônio Cardoso-BA. Por fim apresentamos os saberes e práticas tradicionais das comunidades quilombolas. Desse modo o estudo aqui apresentado é fruto de análises e observações realizadas em pesquisas de campo anteriores realizadas nas comunidades e na escola, enquanto estudantes da unidade escolar e moradores de uma das comunidades quilombolas. O levantamento bibliográfico foi realizado através de entrevistas e conversas com os sujeitos da pesquisa, neste caso, os alunos. Constatou-se, portanto, por meio da coleta e análise dos dados, a real necessidade de um diálogo sobre a importância da implementação de um currículo voltado para a Educação Quilombola que possa contribuir para que a escola seja o espaço de pertencimento dos estudantes, a fim de que valorizem suas identidades.

Palavras-Chave: Educação Quilombola, Ensino médio, Saberes e Práticas Tradicionais.

THE IMPACT OF THE NON-IMPLEMENTATION OF QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION AND ITS RELATION TO THE LOSSES OF TRADITIONAL PRACTICES AND KNOWLEDGE

ABSTRACT

This article aims to bring discussions about the impact of non-implementation of Quilombola School Education and its relation with the losses of traditional knowledge and practices, in interface with the sociocultural reality of the municipality of Antônio Cardoso-BA. In this way, a brief approach was presented to the historical formation of Antônio Cardoso and his respective quilombola communities, bringing to the discussion the definition of quilombo, in order to understand the process of social and political construction of Quilombola Education and its space of struggle and experience. Thus Law 10.639 / 2003, the Statute of Racial Equality, and Educational Policies concerning Quilombola Education were presented. The reality of Antônio Carlos Magalhães State College, located in the municipality of Antônio Cardoso-BA, was also presented. Finally, we present the traditional knowledge and practices of quilombola communities. Thus, the study presented here is the result of analyzes and observations made in previous field research carried out in the communities and at the school, as students of the school unit and residents of one of the quilombola communities. The bibliographic survey was conducted through interviews and conversations with the research subjects, in this case, the students. Therefore, through the collection and analysis of the data, the real need for a dialogue on the importance of the implementation of a curriculum focused on Quilombola Education that could contribute to the school as the space of students' so that they value their identities.

Keywords: Quilombola Education, High School, Traditional Knowledge and Practices.

¹ Graduada em Direito Pela Universidade Federal da Bahia. Ex-aluna do Colégio Estadual Antônio Carlos Magalhães e Moradora da Comunidade Quilombola de Paus Altos. E-mail: thaynasantosac52@gmail.com.

² Mestre em Planejamento Territorial Pela Universidade Estadual de Feira de Santana; Professor da Rede estadual de ensino do Estado da Bahia. Ex-aluno do Colégio Estadual Antônio Carlos Magalhães; morador da comunidade Quilombola de Paus Altos. E-mail: ozeiasgeo.santos@gmail.com.

1. Introdução

A temática referente ao estudo está relacionada às novas práticas educacionais específicas para um tipo de comunidade tradicional, as comunidades quilombolas, com base na implementação e efetivação da Lei 10.639/2003, o Estatuto da Igualdade Racial e as diretrizes curriculares da Educação Quilombola, que perpassam pela questão de valorização da cultura e construção histórica do processo de formação do povo brasileiro, e em específico no espaço escolar.

Assim, é fundamental tal compreensão a respeito da construção sociocultural desses sujeitos, e a necessidade da importância da implementação da Educação Quilombola visando a realidade das comunidades remanescentes de quilombo, caracterizados por seus aspectos econômicos, sociais e culturais representados em suas diversas relações sociais. De acordo com Campos (2002), as práticas educativas em interface com a realidade sociocultural de um quilombo passam a ser elemento categórico nesta discussão, uma vez que se constitui em grupos sociais representados por elementos históricos, econômicos, sociais e culturais imbricados nas relações de sociabilidade representadas por seus hábitos e costumes.

Os estudos sobre Educação Quilombola partem inicialmente de inquietações surgidas, enquanto membros de uma comunidade quilombola e alunos do Colégio Estadual Antônio Carlos Magalhães, e as contradições vividas em diferentes espaços, como no ambiente escolar, e na comunidade. No ambiente escolar observava-se estudantes negros que não se reconheciam como tal, e que os mesmos mostravam resistência quando uma professora abordava as questões étnico-raciais em sala de aula e assim, resistiam estudar e debater sobre esses assuntos a fim de fortalecer a identidade negra e quilombola no município de Antônio Cardoso. O cenário de investigação escolhido são as comunidades quilombolas de Gavião e Paus Altos, ambas localizadas no Município de Antônio Cardoso, pertencente a microrregião de Feira de Santana, na qual se tem como lócus, em específico, a escola pesquisada situada na sede do município. Nesse contexto, a problematização levantada trás o seguinte questionamento: Qual o impacto da não-implementação da Educação Quilombola em relação as perdas dos saberes e práticas tradicionais?

Possíveis indagações foram apresentadas à problemática em questão: Como estes saberes da cultura quilombola se relacionam com os saberes escolares? Um colégio que tenha alunos quilombolas, mas não está dentro do território pode implantar a Educação Escolar Quilombola? Existem ações da SEC/BA específicas para os alunos quilombolas? Porque as escolas só trabalham a questão do negro no dia da 20 de novembro? Dessa maneira, para o início deste estudo a apropriação de um referencial teórico para a construção do trabalho é de extrema relevância para compreender o objeto de estudo. Sendo assim, o referencial teórico adotado fundamenta-se na seguinte afirmação:

As Representações Sociais são um conjunto de explicações, crenças e ideias que nos permitem evocar um dado, acontecimento, pessoa ou objeto (MOSCOVICE, 1981).

As representações sociais são a forma com que as pessoas se relacionam se expressão vista de um ponto científico e psicológico a fim de analisar as manifestações sociais que é das mais variadas formas, pois a sociedade é formada de pessoas diferentes, com costumes e pensamentos diferentes e por isso é classificada como uma sociedade heterogenia. Os diferentes pensamentos formadores de uma sociedade, sejam crenças religiosas, manifestações culturais e exposição de pensamentos e com esses estudos é possível observar que mesmo em uma sociedade ampla com diversas formações há muitos pensamentos que se cruzam, pois mesmo em grupo social que se opõem em alguns aspectos eles podem se sentirem representados em alguns atos.

A opção por este referencial se deve ao fato que as Teorias das Representações Sociais são capazes de apreender as questões levantadas pelo objeto proposto de modo que, segundo Sá (1995), o objeto de estudo deve está implicado de forma consistente em alguma prática do grupo, o que denota sua importância cultural relativas às práticas culturais. Diante disso é possível concluir que se utilizou as Representações Sociais dos alunos quilombolas sobre a temática, pois entende-se que é fundamental que os sujeitos de estudo definam o que é a Educação Quilombola. Podendo assim contribuir para a aplicação e efetivação da Educação Quilombola que visem fortalecer a história e as tradições culturais das comunidades remanescentes de quilombo.

Tal reflexão levou a necessidade em fazer conhecimento científico, por meio desta proposta de estudo e pesquisa, buscando assim, possíveis respostas em torno do objeto investigado, a partir das definições dos sujeitos da pesquisa. Tal perspectiva permitiu que a pesquisa fosse desenvolvida a partir de um processo investigativo de abordagem qualitativa, que segundo Minayo e Sanches (1993) admite que essa abordagem realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatias aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

Com isso, foi realizado um estudo de campo, orientado pelos pressupostos da abordagem qualitativa em pesquisa jurídico-exploratória, tendo como escopo a familiarização do investigador com o objeto de estudo. O estudo de campo consiste em uma observação direta de um grupo em estudo, com entrevistas aos sujeitos para captar suas informações e explicações do que ocorre em seu meio, seus procedimentos podem ser através de análises de documentos, fotografias, filmagens, etc. (CAMPOS, 2002). Esse tipo de pesquisa:

[...] focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, poder uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer, ou voltada para qualquer outra atividade humana (...) o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. [...] pois somente com essa imersão na realidade, é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado (Gil, 2002, p. 53).

Utilizamos no processo de sistematização e coleta de dados, técnicas e instrumentos com objetivos exploratórios: observações diretas e entrevistas semiestruturadas. Percebemos que esse tipo de entrevista foi, portanto, uma forma de transformar “objetos de estudo” em sujeitos da pesquisa, estimulando a participação desses sujeitos na elaboração do conteúdo da mesma.

Dessa forma, as observações e as entrevistas semiestruturadas foram feitas com um roteiro pré-redigido a fim de compreender os sujeitos pesquisados a respeito de suas representações sociais da

Educação Quilombola. Com esse enfoque temos como participantes do processo educativo, 27 alunos quilombolas da escola analisada. Dessa maneira, a respectiva pesquisa foi desenvolvida de acordo com tais elementos, procurando sempre compreender e analisar o significado do processo investigativo em questão.

2. De onde estamos falando: as Comunidades Quilombolas de Antônio Cardoso e sua formação histórica.

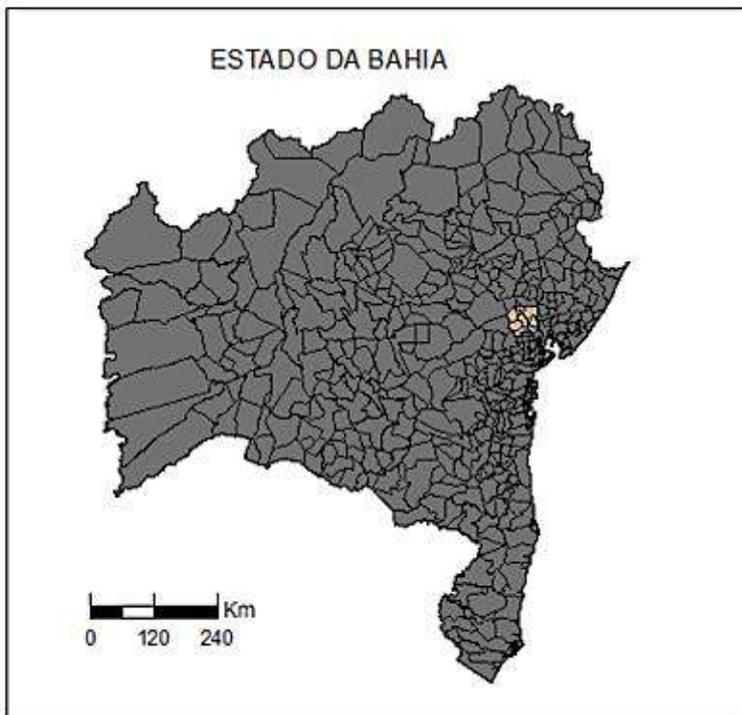
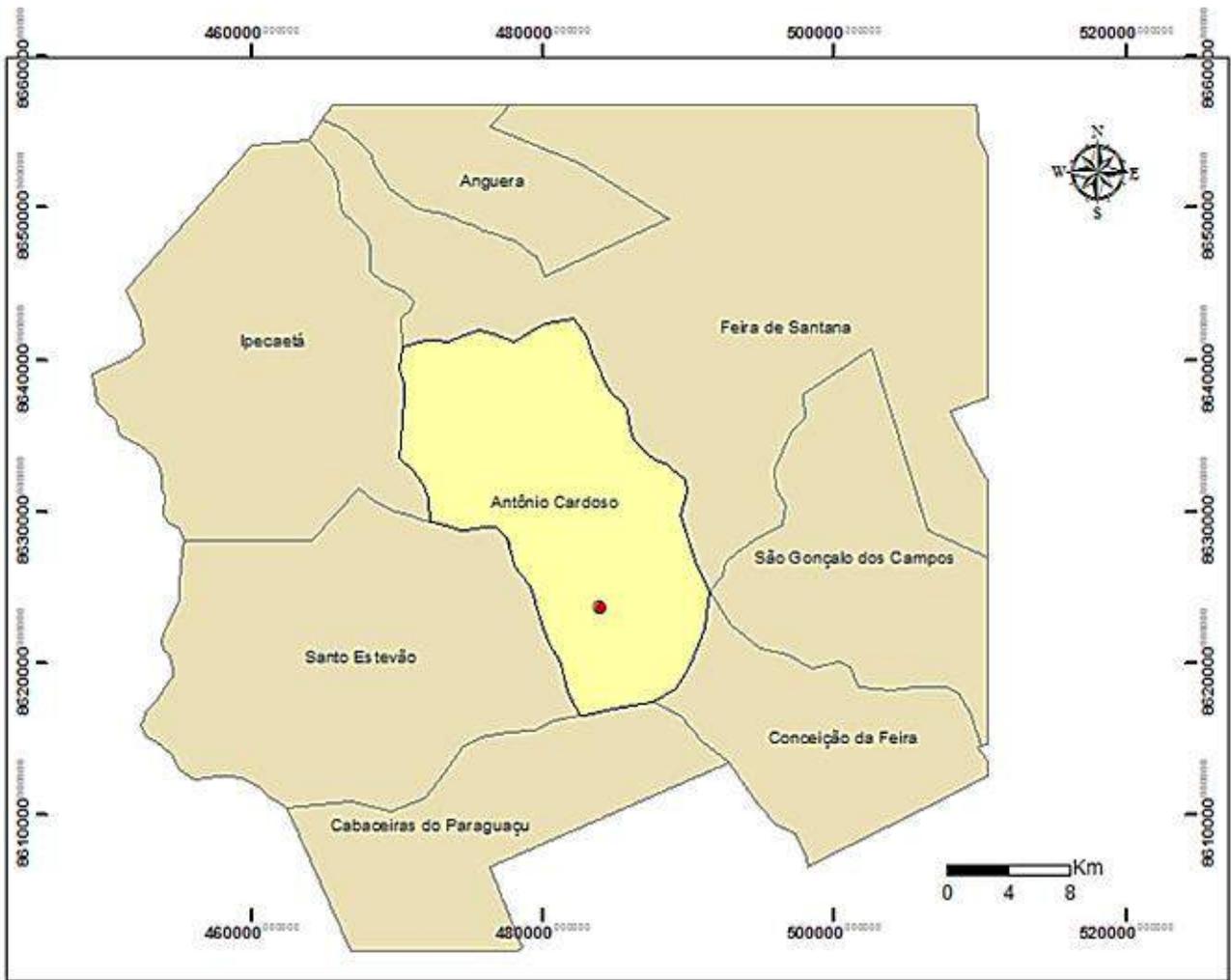
O município de Antônio Cardoso está situado no Território Portal do Sertão, Estado da Bahia, pertencente à Área de Expansão Metropolitana de Feira de Santana, localiza-se à margem esquerda do rio Paraguaçu.

Ocupa uma área de 293,217 km², situando-se a uma distância de 139 km da capital do Estado (distância rodoviária), sendo tangenciado pela BR 116 sul que é responsável pelo contato com o norte e o sul do país (SANTOS, 2010) (Figura 1).

Atualmente sua população é estimada em 11.554 habitantes, está entre os 100 municípios mais pobres do Estado da Bahia. As principais atividades econômicas são a agricultura de subsistência e pecuária, o que contribui para a migração da população, principalmente dos jovens para outras cidades em busca de oportunidade de emprego.

O município foi emancipado em 18 de abril de 1962. Antes era chamado de Tinguatinga, Uberlândia e Umburanas, porém seu nome atual foi uma homenagem ao primeiro prefeito Antônio Cardoso de Souza e também grande latifundiário, nome esse que não agrada maioria da população.

A região ao oeste do encontro do Paraguaçu com o Jacuípe era ocupada pelos nativos (índios Paiá e outros que vinham recuando do litoral forçados pelos ataques dos brancos). Depois os negros escravizados, senhores de escravos e descendentes miscigenados dessas três etnias foram se instalando.



- Municípios do Estado da Bahia
- Antônio Cardoso - Bahia
- Municípios limítrofes de Antônio Cardoso
- Sede de Antônio Cardoso - Ba

Fonte: SIG - BAHIA, 2003
BASE CARTOGRÁFICA
Datum: SAD 69
Projeção: UTM 24

Elaborado por Ozeias de Almeida Santos, 2016.

Figura 1. Localização do município de Antônio Cardoso no estado da Bahia (Os autores, 2018)

2.1. Formação histórica das comunidades quilombolas de Antônio Cardoso

No último censo do IBGE, realizado em 2010, 50,65% dos 11.554 habitantes de Antônio Cardoso se autodeclararam negros. O percentual coloca o município como único de todo o Brasil em que a maioria da população se vê (e se diz) negra. Parte significativa desse percentual está concentrada na zona rural em comunidades quilombolas (PEREIRA apud ALMEIDA, 2015).

A quantidade de negros em Antônio Cardoso está ligada à ocupação da região no final do século XIX. Em 1888 a Lei Áurea deu liberdade aos escravos, mas não deu trabalho aos negros. Assim muitos permaneceram nas fazendas dos velhos senhores labutando em troca de poder plantar algo para comer (SANTOS, 2010).

O Decreto 4.887/03 conceitua, em seu artigo 2º, as comunidades quilombolas ou remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida e que a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade.

Por isso, é considerada como uma comunidade quilombola todo grupo negro que habite área rural, desde tempos que remontam, pelo menos, às primeiras décadas do século XX, tendo nela se instalado por qualquer razão histórica e ali vivido até os dias atuais, compartilhando um território e uma identidade, e que assim se auto reconheça (SOUZA in ARAUJO, p. 2).

Esses espaços são caracterizados pela presença da agricultura familiar de subsistência, desenvolvida nas pequenas áreas das propriedades, em sua maioria com características ambientais com restrições para a agricultura. As comunidades quilombolas de Antônio Cardoso se formaram a partir da ocupação de terras devolutas, por escravos libertos ou fugidos das fazendas de Umburanas, a partir de 1888, porém em meados do século XX ainda existia compra e venda de escravos, segundo registros do cartório do município (SANTOS, 2010).

O município de Antônio Cardoso tem pelo menos 8 comunidades quilombolas: Crumataí, Orobó, Gavião, Mata, Paus Altos, Perí, Santo Antônio e Tócos. Dentre essas apenas Gavião e Paus Altos são reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

As comunidades quilombolas de Antônio Cardoso apresentam moradias precárias e simples, pequenas propriedades familiares, estruturas de produção tradicionais.

O trabalho coletivo, o uso comunal da terra e o trabalho braçal características das “roças de comuns” representam as ações técnicas que associadas aos objetos produzem o espaço geográfico dessas comunidades, revelando sua natureza contraditória quando comparado a outros espaços rurais dentro do mesmo estado e até mesmo do município (SANTOS, 2010).

2.2. Formação histórica da Comunidade Quilombola do Gavião

Gavião é uma comunidade quilombola certificada pela Fundação Cultural Palmares registrada no Livro de cadastro geral n. 012, Registro n. 1.309 fl. 124 e a mesma está localizada na zona rural do município, as margens da BR- 116 sul. Na comunidade residem atualmente 68 famílias e aproximadamente 340 pessoas (SANTOS, 2010).

Geograficamente a área é caracterizada por terreno com inclinação moderadamente alta, o que acarreta comprometimentos na qualidade do solo. As propriedades em maioria possuem área inferior à 1,0 tarefa (equivalente a 0,44 hectares), (idem).

Segundo Santos (2010), renda proveniente da propriedade não é suficiente para o sustento da família, pois as áreas disponíveis para o plantio não possuem a extensão territorial necessária para uma produção e a produtividade que garanta a sustentabilidade econômica das famílias. A falta de terra foi apontada em entrevistas, como a principal causa da situação de pobreza da comunidade e essa expropriação fundiária está relacionada ao processo de escravidão, pois quem não detém da posse de terra são em sua maioria significativamente negros com histórico remanescente de quilombo.

2.3. Formação histórica da Comunidade Quilombola de Paus Altos

A comunidade de Paus Altos tem sua configuração espacial marcada pelos usos das terras que predominam desde o período da escravidão. A comunidade tem boa parte do seu território localizado num tabuleiro que apresenta solo com pouca produtividade e baixa concentração de matéria orgânica em boa parte do plantio (SANTOS, 2010).

De acordo com estudos realizados por Santos (2010), afirmam que após a abolição legal da escravidão em 1888, grande parte dos escravos libertos, por não terem acesso ao trabalho assalariado, terras, educação e outros direitos civis, permaneceram nas fazendas trabalhando na condição de “rendeiros”, ou mesmo em troca de alimentação e moradia.

Os fazendeiros mantiveram suas fazendas nas áreas planas e baixas, com maior porção de solo fértil, onde faziam plantações e criavam gado. Os escravos libertos ou fugidos se fixaram na região ao tabuleiro na condição de rendeiros e posteriormente compraram essas terras, que tem com a característica básica a baixa fertilidade do solo, principalmente pela composição pedológica formada por pedregulhos (SANTOS, 2010).

3. A população negra e a Educação Escolar Quilombola

Para começo de conversa, as Diretrizes Curriculares para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, traz referências aos mecanismos de repressão que foram utilizados pelo Estado para impedir a escolarização dos grupos escravizados. Dentre eles há o Decreto nº. 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecendo que nas escolas públicas do país não fossem admitidos escravos:

Art. 69. Não serão admitidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1º Os meninos que padecerem moléstias contagiosas.

§ 2º Os que não tiverem sido vacinados.

§ 3º Os escravos.

Diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos espaços escolares (BRASIL, 2005). Desse modo, de acordo com Mariléia Cruz (2005), existem registros de experiências de escolas voltadas para a população negra neste período, mesmo com os mecanismos utilizados pelo Estado, devido ao interesse deste grupo em exercer sua cidadania quando libertos e de apropriar-se dos saberes exigidos pela sociedade da época e também com a finalidade de ascensão social. Até então, em todo o processo histórico da sociedade brasileira, a ação educativa formal sempre esteve, explícita ou implicitamente, condicionada aos interesses de um grupo dominante, predominantemente branco e rico (SOUZA, 2015). Nos dias atuais foram apresentados avanços na educação, trata-se de uma educação diferenciada para a população negra e neste caso especialmente para a população quilombola. Como resultado destas lutas, foi criada em 2003 a Lei 10.639 que garante a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica, em estabelecimentos públicos e privados. O Estatuto da Igualdade Racial em seu artigo 11 reafirma que nos

estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil (BRASIL, 2010, art. 11).

Nesse sentido, contempla princípios que estavam presentes apenas no Parecer nº 03, de 2004 e na Resolução nº 01, de 2004, ambos do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP), alegando a necessidade da formação inicial e continuada de professores e de uma política de elaboração de material didático específico. Desse modo, a inclusão da Educação Quilombola como modalidade de ensino na Educação Básica foi uma grande conquista, porém, por si só toda essa luta não se faz suficiente, pois ainda existem diversos desafios para a garantia do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e a educação escolar quilombola é um ponto ainda em construção. Sendo imprescindível a participação da população nas decisões que perpassa por essas questões. Segundo Maurício Arruti (2010), desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até o ano de 2003 pouco havia se avançado no que se refere às políticas públicas para os quilombos.

Como resultado desse processo histórico a Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010) através de suas discussões resultaram na inclusão da educação escolar quilombola como modalidade básica, que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica. De acordo com tais Diretrizes:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (p.42).

Sendo assim, uma lei que garanta uma política curricular específica para as comunidades quilombolas.

3.1. As Diretrizes Curriculares Estaduais e Nacionais para a Educação Escolar Quilombola

De acordo com as DCNEEQ, a Educação Escolar Quilombola deve desenvolver-se na Educação Básica, em suas etapas e modalidades, compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação Especial, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação à Distância, e destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica (CAMPOS, 2002).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola - DCNEEQ, no seu art. 9º, fazem referência ao que compreende a Educação Escolar Quilombola, sendo ela não apenas aquela situada na comunidade quilombola, mas também a que atendem estudantes oriundos de território quilombola, mesmo estando localizada em outra comunidade ou na cidade:

Educação Escolar Quilombola é a modalidade de educação que compreende as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. Nesse caso,

entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola (BRASIL, 2012, p.27).

Segundo Sarita Albagli (2004) “o território é um espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões.” (p.27).

Desse modo, o território não pode ser reduzido a um pedaço de terra, ele é construído historicamente pelas pessoas que o ocupam, assim, se pensarmos o território quilombola este deve ser compreendido como parte da identidade do grupo, envolvendo suas relações sociais, religiosas, econômicas, entre outras (SOUZA, 2015). No artigo 34, as DCNEEQ afirmam que:

O currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades (BRASIL, 2012, p.13).

Em relação ao Projeto Político Pedagógico e ao currículo para as escolas quilombolas, as Diretrizes destacam que é preciso considerar:

I - Os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola; II - as formas por meio das quais as comunidades quilombolas vivenciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade mais ampla (BRASIL, 2012, p.12).

Assim sendo, as educações escolares devem levar em consideração as demandas das comunidades quilombolas, suas histórias, identidade, culturas, práticas, saberes, de modo que venha garantir o direito de se apropriarem dos conhecimentos construídos tradicionalmente em seus territórios, de modo a garantir seu reconhecimento, valorização e manutenção. Neste sentido, a Educação Escolar Quilombola busca uma educação diferenciada para os oriundos das comunidades remanescentes de quilombo, visando contribuir para que a escola seja o espaço de pertencimento dos estudantes.

4. A Escola Atual: Precarização e Qualidade da Educação

Atualmente no Município existe apenas um colégio que ofereça ensino médio. A escola oferece anos finais do ensino fundamental, com aproximadamente 145 matrículas, e ensino médio, com 264 estudantes na modalidade regular. Possuem 14 professores, dentre esse número apenas uma professora negra, já os funcionários são em sua grande maioria são negros. De início destacam-se os problemas apontados no grupo de professores e de estudantes com relação à estrutura da escola. Primeiro, o difícil acesso à escola, que possui apenas uma rota de chegada realizada por uma linha de ônibus, atrapalha os horários das aulas, pois estudantes e professores chegam com atraso e encerram as aulas mais cedo para retornarem as suas residências (pesquisa de campo, 2015).

Os problemas na infraestrutura da escola são extensos: os sanitários feminino e masculino e o feminino na maioria das vezes não têm água. A biblioteca estava bastante desorganizada e os estudantes não têm acesso a ela por falta de profissional capacitado. A cozinha da escola é pequena e o fogão está com metade das bocas quebradas, na qual trabalham cinco merendeiras. Não há um refeitório, os estudantes merendam espalhados por outros espaços da escola. Não há laboratórios de informática e tampouco de ciências. A escola tem dois pavilhões com salas de aula, sendo que o primeiro e mais antigo é bem pequeno e não é muito utilizado. O prédio da escola não era pintado há 10 anos, porém no respectivo ano a direção com recursos próprios fez a pintura da unidade.

Os professores reafirmaram a falta de estrutura e de segurança adequadas para trabalhar e a necessidade de maior apoio pedagógico e reorganização do transporte escolar que as leva para o trabalho. Os três participantes ainda demonstraram bastante desânimo com a profissão, que foi escolhida por falta de outras opções profissionais. Ainda assim, destacaram que o ensino médio é uma etapa em que a comunicação com estudantes é melhor e mais livre, por causa da maturidade deles. É no ensino médio também que os professores se dão conta da defasagem de conteúdos e aprendizagens dos adolescentes e

jovens. A principal dificuldade na relação está na rigidez que os professores precisam ter com os estudantes para estimulá-los na busca pela continuidade dos estudos no futuro.

O grupo de diálogo com adolescentes e jovens contou com a presença de 27 estudantes, sendo a maior parte do grupo formada por estudantes quilombolas. Os estudantes veem a escola como um espaço importante, “instrumento de guia”, mas que deve ser “um lugar de pertencimento”, que as histórias locais e deles (quilombolas) devem estar representadas e incluídas na metodologia de ensino e currículo. Um ponto negativo apontado pelos estudantes está nas condições de estrutura física da escola e também na metodologia de ensino. Há incentivos de familiares e de professores por meio de conselhos e palavras de apoio, mas que não se traduzem em ações, na visão deles.

Há um sentimento de desmotivação que os estudantes já sentem a partir das aulas vagas e da insegurança do ambiente escolar, por exemplo. A preocupação com a falta de aulas e as consequências disso apareceram em diversas falas. Os problemas de infraestrutura, a necessidade de espaços adequados e a falta de acesso à tecnologia também preocupam estudantes e professores, em uma percepção de que a escola não acompanha o movimento acelerado do mundo globalizado ou, pelo menos, não aproveita para desencadear novos conhecimentos e metodologias para si.

As discussões sobre discriminação de gênero e raça se demonstraram mais sensíveis e polêmicas entre estudantes. Já discriminações sobre sexualidade aparentam ser mais tabu – esse foi o único tópico em que os professores disseram ter presenciado discriminações na escola. Algumas questões relevantes apareceram para além das perguntas realizadas, sobretudo concernentes às relações raciais na educação. Entre elas, um questionamento sobre a representação de negros e negras nos livros didáticos e a importância de se estudar modos positivos para o reconhecimento de si e a construção da autoestima. Muitas das contribuições de estudantes reivindicavam uma escola que considerasse suas vivências, identidades e saberes.

Pelo fato que no Município só existir uma unidade que ofereça ensino médio, e diante muitas reivindicações, dentre elas o fato da Secretaria Municipal de Educação em 2013 querer proibir que os estudantes do município que residem em comunidades distantes da sede, onde está localizado o Colégio ACM, fossem estudar no distrito de Bomfim de Feira, e em Santo Estevão questionando que a verba que o estado mandaria para o município estava sendo distribuídas entre Feira de Santana e Santo Estevão, porém mesmo assim muitas mães continuaram a matricular seus filhos no Colégio dos municípios vizinhos. Dessa maneira, como tentativa de resolver esse problema no início do presente ano, a SEC/BA implantou o EMI-TEC em uma escola municipal no distrito do Poço para que fossem ofertadas para os estudantes do ensino médio, aulas via satélite transmitidas de Salvador. O programa conta atualmente com 19 matriculados. Segundo depoimento de um dos monitores do programa:

Os alunos estão gostando...vejo um resultado positivo pela qualidade das aulas, pena que os nossos alunos não estão preparados para enfrentarem as séries pois o conteúdo não acompanha a formação anterior que eles tiveram (Ma-noel, pesquisa de campo 2017).

Por estarmos falando de educação Quilombola, faz-se necessário fazer algumas colocações a respeito da Educação Infantil. Dentre as duas comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares, apenas gavião possui escola em seu território que oferece aulas para a Educação Infantil e para o ensino Fundamental, porém a comunidade de Paus Altos não possui escola em seu território, sendo assim a escola mais próxima está localizada na fronteira com outras comunidades, se distanciando das residências da maioria dos estudantes, um problema observado pelas mães dos alunos da Educação Infantil que levam suas crianças no transporte escolar e precisam retornar para casa realizando todo o trajeto e a pé, e depois retornam para buscar seus filhos e voltam para suas residências caminhando mais uma vez. As Diretrizes em seu artigo 11, § 2º dizem que “a oferta da Educação Infantil na Educação Escolar Quilombola deverá ser garantida à criança o direito a permanecer com o seu grupo familiar e comunitário de referência, evitando-se o seu

deslocamento” (BRASIL, 2012). Desse modo a Secretaria Municipal de Educação, no contexto da comunidade quilombola de Paus Altos, ferem as normas das diretrizes e do Estatuto da Criança e do Adolescente, (art.53, par. Único, inc. v), violando o direito de o menor estudar próximo a suas residências e forçando o seu deslocamento sem oferecer transporte escolar para o retorno dessas crianças para suas moradias.

5. Saberes e Práticas Tradicionais

O povo negro do Município de Antônio Cardoso, no decorrer da sua história de luta e resistência, tem preservado práticas culturais africanas no âmbito dos povoados negros que permaneceram como quilombos praticamente intactos, transmitindo suas músicas, danças e toques de geração para geração, no estilo samba-batuque, apesar do trabalho pesado, um comportamento que continua até hoje entre os mais velhos, que têm consciência e orgulho da sua negritude. A identidade étnica é tratada no currículo escolar de maneira superficial e em ocasiões comemorativas. Ao abordar as manifestações culturais das comunidades quilombolas do município de Antônio Cardoso para pensarmos sobre pedagogias quilombolas a abordagem será feita através de blocos. Em relação às culturas tradicionais, nos remetemos a premissa literária, como por exemplo as cantorias de verso em que as moças e os rapazes tiravam nos sambas como maneira de “paquera”, como também os versos tirados pelos vaqueiros. Além disso destacam-se as cantigas de roda, brincadeira antigamente bastante presente nas brincadeiras das crianças, sobretudo as meninas. Algumas dessas manifestações ainda se mantem vivas diante desse mundo globalizado, como a “queima de judas’ que ocorre no sábado de páscoa, a queima da lapinha(monta em dezembro simbolizando o nascimento do menino Jesus e queima em janeiro época dos santos reis), o “rei roubado” mais conhecido como reisado,(um grupo de amigos ou vizinhos se organizam contratam tocadores, e mestres de samba para no início da madrugada ir cantar rei, ou seja, fazer um samba na frente da casa da pessoa enquanto toda a família está dormindo, e assim poder entrar e fazer o samba. Quem recebeu o “rei” em casa deve roubar rei a outra pessoa) e o samba de roda na sua modalidade de “piega” e o samba na sua modalidade de cultuar os orixás do candomblé.

Nesse sentido é característica marcante do povo afrodescendente, principalmente no interior da Bahia, realizar o samba de candomblé da seguinte maneira: primeiro pagam a promessa na maioria das vezes a São Cosme e Damião e a Santa Bárbara através da novena/reza, e logo depois distribui o “caruru dos 7 meninos”, onde na maioria das vezes o orixá criança baixa, e a partir daí as entidades sambam através do corpo das pessoas. A novena de São Roque, protetor dos doentes, é muito comum nas comunidades, principalmente pelo fato do santo ser o copadroeiro da cidade atraindo romeiros de outras cidades do Estado. Esses saberes e conhecimentos repassados de geração em geração tem o grande papel de fortalecer o pertencimento a essas comunidades. Nesse sentido Stuar Hall (2009) afirma que:

Em sua expressividade, sua musicalidade, sua oralidade e na sua rica, profunda e variada atenção à fala; em suas inflexões vernáculas e locais; em sua rica produção de contra narrativas; e, sobretudo, em seu uso metafórico do vocabulário musical, a cultura popular negra tem permitido trazer à tona, até nas modalidades mistas e contraditórias da cultura popular ministram, elementos de um discurso que é diferente – outra forma de vida, outras tradições de representação (p.324).

No contexto quilombola e rural a coletividade é algo bastante presente, principalmente nas trocas de favores que a anos se faz presentes na zona rural, nesse sentido podemos apontar a marra e pesa de fumo como encontro de prosa para reunir amigos, parentes e vizinhos; raspagem de mandioca, os dijitórios para plantar feijão e milho, e a bata de feijão. O interlocutor Paulo de Almeida, também professor da Ensino Fundamental da escola localizada na fronteira da comunidade de Paus Altos nos apresentou o canto da bata de feijão: *olá bata de feijão que mandaro me chamar, os homem pra bater e as mulher pra biatar*” (pesquisa de campo, 2017). Além disso, existem tradições populares herdadas do estilo de vida campestre que combina trabalho e diversão, como a argolinha, a calvada, e o passeio de carroça. Durante todos esses anos pudemos perceber que a comunidade ainda mantém muitas práticas tradicionais que estão relacionadas principalmente à manutenção da saúde e à cura de doenças. Assim, algumas dessas práticas e

saberes tradicionais que vamos relatar muitas vezes envolve não apenas conhecimentos sobre remédios caseiros, mas também sobre a manipulação de energias ou conhecimentos espirituais. Esta temática abre várias possibilidades de diálogo dentro e fora do ambiente escolar e se faz fundamental para pensar as cosmovisões dos quilombolas, bem como a construção de suas pedagogias. Dentre estas práticas, iniciamos a falar sobre o ofício milenar das parteiras e os saberes por elas manipulados, em que a duas décadas passadas era prática constante na zona rural, e principalmente nas comunidades quilombolas. As rezadeiras, benzedeadas e curandeiros tem um papel fundamental nos problemas de saúde física e espiritual. As rezadeiras e benzedeadas mesmo não sendo consideradas curandeadas ou pais e mães de santo, possuem o dom de curar através de suas rezas algumas “doenças” como a “espinhela caída”, “vento caído de criança”, terçol, e também distanciar o mal da vida das pessoas, como por exemplo “rezar de olhado” que livra do olho gordo/inveja, em que a pessoa começa a ficar cansada, sonolenta e sem ânimo. Na maioria das vezes, essas rezas são realizadas com folhas. Alguns os problemas de saúde estão atribuídos à feitiçaria muitas vezes sem diagnóstico médico, o que resulta a procura de um curador (a) para obter uma cura espiritual. Sobre as práticas de feitiçaria, Silva (2010), em sua tese de doutorado “Rio das Rãs e Mangal: Feitiçaria e poder em territórios quilombolas do Médio São Francisco”, concluiu que nos dois quilombos estudados, “a feitiçaria é vista como a capacidade atribuída a alguém de provocar voluntária ou involuntariamente o mal a outrem” (p.08). Nas comunidades quilombolas os curandeiros, rezadeiras, parteiras, e a população em geral utilizam plantas medicinais de forma bastante sábia e verdadeiramente eficaz. Dessa forma, Camargo (2014) admite a existência no Brasil, de uma medicina popular de conotações mágico-religiosas, presa a um universo sacralizado controlador das forças sobrenaturais, de certa forma responsáveis pelo aparecimento e cura das doenças do corpo e do espírito. Segundo a pesquisa denominada “Avaliação do conhecimento etnobotânico das plantas medicinais na percepção dos alunos quilombolas” realizada em 2015 no colégio estudado, mostra que 100% dos alunos pertencentes as comunidades quilombolas guardam um saber significativo a respeito do uso das plantas medicinais, e que o conhecimento sobre as

plantas medicinais tem base na tradição familiar, sendo ainda a comunicação oral o principal transmissor desse conhecimento.

Nessa esfera é importante ressaltar que a juventude atual não vem valorizando o saber popular dos integrantes das comunidades tradicionais. Nesse sentido podemos concluir que o ambiente escolar torna-se um lugar propício para a realização das pesquisas que visam a investigação etnobotânica, fornecendo subsídios para a implantação de programas que integrem o conhecimento popular com o saber científico, uma vez que essas informações podem contribuir para a manutenção do saber popular sobre as plantas medicinais, e podem ser contextualizadas no ensino de disciplinas ligada ao meio ambiente, como a biologia, ecologia e geografia, bem como aplicando as diretrizes curriculares para a Educação Escolar Quilombola. Os moradores mais antigos das comunidades quilombolas de Antônio Cardoso, principalmente os mestres de samba, e rezadeiras relataram com que os jovens não têm apresentado interesse pelas manifestações culturais, como as rezas, os festejos de santos e o samba de roda. Isso faz com que o legado histórico se perca, principalmente pela influência das mídias (televisão, internet, celular, smartphones), uma questão que preocupa (PEREIRA e ALMEIDA, 2015, p. 16). Dessa maneira a implementação da Educação Escolar Quilombola fornecendo aos estudantes o conhecimento dos saberes e práticas tradicionais de suas comunidades, podendo resgatar todas essas tradições que estão se perdendo.

6. Considerações Finais

No presente estudo foi possível realizar descobertas que responderam algumas inquietações. Compreendemos que os elementos propostos na Educação Quilombola da comunidade estão presentes nos vários momentos do cotidiano dessas comunidades, como quando a avó ensina suas netas a rezar de olhado, a fazer uso das plantas medicinais (indicação, tipo de planta, parte utilizada e modo de preparo), quando a família segue toda para fazer o preparo e plantio da lavoura e dos dijitórios entre amigos e vizinhos para bater o feijão, quando o respeito aos mais velhos é praticado, quando a criança é levada até um mais velho para ser rezada contra vento caído ou espinhela caída, quando a parteira é chamada pra fazer um parto e se torna a “mãe de

umbigo”, quando as ervas são utilizadas nas curas das doenças, quando, na preparação dos festejos, toda a comunidade está envolvida, quando, no samba de roda, quando a comunidade se une para lutas coletivas principalmente através das associações comunitárias, enfim, a Educação Quilombola é aquela que está no dia-a-dia local e faz com que aquela comunidade seja única, que tenha sua identidade. De acordo com a técnica de associação livre de palavras utilizada para coletar as representações sociais dos alunos quilombolas sobre a temática, as palavras que os educandos associam ao que seja a Educação Escolar Quilombola são respectivamente: história, tradição e cultura. Nesse sentido a parte inicial desse estudo foi descobrir as representações sociais dos estudantes para depois pensar na possibilidade de exigir do Estado e dos órgãos competentes a implementação da Educação Escolar Quilombola no colégio investigado já que por ter discentes oriundos das comunidades quilombolas ele passa a ser uma escola quilombola, pois trata-se aqui da obrigação de educar, fazendo necessário que a lei seja efetivada.

Partindo dessa premissa é imprescindível a necessidade de um diálogo junto com os membros das comunidades quilombolas afim de apresentar a essa população o que realmente seja essa educação específica para esse público reforçando a importância da implementação de um currículo voltado para a Educação Escolar Quilombola que possa contribuir para que a escola seja o espaço de pertencimento dos estudantes, a fim de que valorizem suas identidades contribuindo para que o educando se torne mediador da história dos seus ancestrais e de toda beleza e riqueza cultural do seu povo, além de que se tornem sujeitos no processo de construção do conhecimento, levando em consideração as colocações desses membros. Assim fazendo com que a Educação Escolar Quilombola seja apropriada pelas comunidades e também pela equipe escolar, de modo a garantir que ela realmente aconteça.

7. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, T. S. **Avaliação do conhecimento etnobotânico sobre plantas medicinais na percepção dos alunos quilombolas**. SEC/BA: Salvador, 2015.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola**. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012.

BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: outubro de 2009.

BRASIL. **Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília: 2004.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: Conselho Nacional de Educação. Brasília: 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003.

CAMPOS, L. R. **Educação Escolar Quilombola e o currículo escolar histórico-cultural: olhares sobre as práticas educativas de um quilombo em São Miguel (PA)**; Belém, 2002.

GUSTIN, M. B. S.; DIAS, M. T. F. **(Re) pensando pesquisa jurídica**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.) **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000

MOSCOVICI, On Social Representation. In: FORGAS, J. P. **Social Cognition: perspectives on everyday understanding**. Londres: Academics Press, 1981.

NETO, C. S.; SOARES, E; COQUEIRO, E. **Do quilombo à escola: ancestralidade e práticas pedagógicas**. Curitiba: 2007.

PEREIRA, B. S; ALMEIDA, T. S. **O Fortalecimento da Identidade Negra e Quilombola em Antônio Cardoso**. Salvador: SEC/BA, 2015.

SANTOS, O.A. “A Produção do espaço rural no Estado da Bahia: uma leitura da concentração fundiária de comunidades quilombolas do município de Antônio Cardoso”. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, Práxis e Autonomia: Espaços de Resistência e de Esforços. Espaço de Diálogos e Práticas**. Porto Alegre: ENG, julho/2010.

SILVA, V. S. **Rio das Rãs e Mangal: Feitiçaria e poder em territórios quilombolas do Médio São Francisco**. Salvador, 2010. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

SOARES, E. L. R. **As vinte e uma faces de Exu na filosofia afrodescendente da educação: imagens, discursos e narrativas**. Fortaleza, 2008. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Ceará.

SODRÉ, M. **Claros e Escuros – identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, S. P. **Educação Escolar Quilombola: as pedagogias quilombolas na construção curricular**. Salvador, 2015.



ACREDITANDO NO QUE SE FAZ: O DESAFIO COTIDIANO DE JORNALISTAS DIANTE DA CRISE DO JORNALISMO IMPRESSO

GEDER LUIS PARZIANELLO¹, RENATA DA SILVA², NADIA MARTINS³, CAROLINA RODRIGUES⁴

RESUMO

A crença naquilo que fazemos pode ser o único caminho para podermos realmente enfrentar a crise vivida no meio impresso. Esta foi a principal conclusão de uma pesquisa de iniciação científica que buscou ouvir o que pensam e sentem os profissionais que atuam ou atuaram em jornais impressos. O objetivo da pesquisa foi descobrir como eles enxergam a atividade que realizam e se acreditam no valor daquilo que eles próprios produzem. Buscamos compreender se eles se sentem afetados por crises conjunturais do jornalismo e como lidam com suas expectativas em relação ao futuro e sobrevivência dos jornais impressos. Para pensarmos esta questão nos baseamos em conhecimentos interdisciplinares da semiótica ao jornalismo e da comunicação ao campo da filosofia e da sociologia.

Palavras-Chave: Jornalismo. Jornais. Impresso. Crença. Crise.

WE BELIEVE IN WHAT WE DO: THE DAILY CHALLENGE BY JOURNALISTS FACING THE CONJUNCTURE OF PRINT JOURNALISM

ABSTRACT

The belief in what we do may be the only way we in order to face the crisis in the print. This was the main conclusion of a scientific initiation research that sought to describe what feel professionals who work or worked in print newspapers. The goal of the research was to discover how they recognize the activity they do and how much they believe in the value of what they themselves produce. We seek to understand if they are affected by the conjuncture crisis of journalism and how they deal with their expectations regarding the future and the survival of print newspapers. In order to reflect on that question, we developed an approach based on interdisciplinary studies since the journalism to the semiotics and from social communication to the philosophy and sociology.

Keywords: Journalism. Newspaper. Print press. Belief. Crisis.

¹ Pós-doutorado em Medienwissenschaft junto à Universität Paderborn. Foi Gastprofessor na Universität zu Köln e Visiting Professor na Università di Roma. Professor Associado da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) no Rio Grande do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa. gederparzianello@yahoo.com.br

² Estudante de Jornalismo e membro do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa Unipampa/CNPq. renata_starsea@outlook.com

³ Estudante de Jornalismo e membro do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa Unipampa/CNPq. nadiamartins169@gmail.com

⁴ Estudante de Jornalismo e membro do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa Unipampa/CNPq. carol-helfstein@hotmail.com

1. Introdução

Quando Sísifo, na mitologia grega, cumpria a tarefa ingrata determinada pelos deuses de empurrar uma pedra maior que ele montanha acima e só considerar sua missão concluída depois que a pedra estivesse no topo da montanha, acreditava fielmente que ao tentar empurrá-la estava de fato realizando sua tarefa. O trabalho de Sísifo, no entanto, nunca chegava ao fim. Toda vez que estava com a pedra lá em cima, quase no cume da montanha, ela rolava outra vez para baixo e novamente Sísifo recomeçava sua tarefa. Esta passagem mitológica pode ter forte analogia com a realidade cotidiana de boa parte dos profissionais que atuam no jornalismo e serve para ilustrarmos o quanto a crença no que fazemos pode ser determinante do valor da atividade que realizamos e que existe sempre mais de uma forma de interpretar a realidade que aquela primeira e que parece mais óbvia ao nosso pensamento.

O semiótico Charles Sanders Peirce (1993) definiu que a percepção humana que leva ao conhecimento pela interpretação da realidade tem três fases nas quais o mundo lido por signos faz algum sentido a quem esteja nele. A estas fases Peirce deu os nomes de primeiridade, secundidade e terceiridade do signo. Retomamos esta noção básica em semiótica para pensar que a primeiridade em relação à figura de Sísifo é mesmo a de um ícone de trabalho pouco inteligente ou de servidão escrava, associado ligeiramente à percepção de uma tarefa inútil (secundidade), de um serviço inválido e sem sentido, que se estende de forma a poder até a simbolizar (terceiridade) um fazer marcado por uma ordem injusta e cruel. Na compreensão da lenda mitológica, desde nosso ponto de vista e por uma leitura semiótica, passa-se facilmente da percepção do trabalho à ideia de seu valor e dele à compreensão de suas condições morais e contextuais.

Para uma compreensão plena do que Sísifo representa é preciso conhecer estas condições morais e contextuais em que a mitologia o inscreve e que remetemos a uma terceiridade do signo. Zeus o estava de fato punindo como sabemos, por conta de

sua vingança contra o irmão Salmoneu, de quem ele não gostava. O escritor francês Albert Camus, em um ensaio publicado em 1942, retoma a personagem mitológica de Sísifo e dali extrai reflexões como a de que grande parte da nossa vida é construída sobre a esperança do amanhã e com essa analogia o autor francês do século XX retrata o vazio em que vivemos e nossa consequente falta de liberdade. Assim se dá com o jornalismo impresso um destino não muito diferente. Quem trabalha no meio parece confinado a empurrar pedras montanhas acima todos os dias e destinado a fazê-lo até o seu fim.

Uma série de fatores explica a forte crise que vem se abatendo contra os jornais impressos e que preconizam a sua finitude: O fechamento de empresas devido à queda no número de assinantes e também de anunciantes; o custo da impressão em papel e o alto custo da mão-de-obra qualificada, de equipamentos e serviços, bem como questões que vão desde a formação de leitores ao crescimento vertiginoso das mídias sociais com a revolução digital, enfim, todo este contexto tem feito acreditar que o jornalismo impresso venha perdendo seu papel e sua função na participação da vida cotidiana das comunidades e o transformado muitas vezes em uma atividade de menor valor, ingrata, como se o jornal impresso fosse o patinho feio entre os meios de comunicação na realidade contemporânea.

No entanto, jornais impressos e revistas impressas continuam sendo produzidos, elaborados e continuam em circulação. Profissionais de imprensa escrita estão se reorganizando para se adaptar a novos modelos de comunicação, é verdade, e para conseguir enfrentar esses mesmos desafios. Não desistem do que eles entendem seja, afinal, a sua tarefa, quase que como uma predestinação divina, assinalada por destino, ou por talento, ou mesmo alguma missão. Mesmo com dificuldades, eles parecem seguir acreditando no que fazem. Pelo menos foi este o sentimento que conseguimos identificar em boa parte dos profissionais que entrevistamos, em uma pesquisa de iniciação científica com orientação de professor e que resulta no presente artigo. A pesquisa buscou

saber como os profissionais que trabalham ou já trabalharam em meios impressos lidam com a ideia de uma tarefa em extinção ou mesmo ingrata, que já não desfruta da mesma influência que teve no passado.

A hipótese de que este descrédito em relação à produção de jornalismo impresso possa estar presente no sentimento de quem trabalha no meio decorre principalmente de dois dados a priori: já nos cursos de graduação em jornalismo parece haver um pessimismo em relação a perspectivas do jornalismo impresso mediante previsões de sua vida útil ser menor em média que a de mais três décadas; seria preciso lutar contra isso desde as primeiras aulas de graduação. Outro fator nos parece ter sido a observação empírica e assistemática que tínhamos de que existem profissionais que exercem uma atuação continuada no meio impresso apenas por fatores relacionados à acomodação de espaço de trabalho na forma de emprego e nem sempre por uma identificação maior com o meio pelo que têm muitas vezes dificuldade de reconhecer a sua atividade como efetivamente profissional e não depositando nela o mesmo empenho e dedicação que seria de se esperar.

2. A Pesquisa Empírica

Optamos por uma pesquisa de metodologia baseada em técnica de entrevista por instrumento na forma de questionário para saber de profissionais de comunicação o que eles pensam e como enxergam a sobrevivência dos meios impressos e sua atividade profissional nestes espaços, tendo em vista a revolução digital e a ameaça do desaparecimento iminente das mídias em suporte papel.

Delimitamos, por razões de restrição geográfica em uma primeira pesquisa, entrevistarmos apenas profissionais em atuação no Estado, o que nos pareceu permitir alguma isonomia na interpretação de suas afirmações em resposta ao questionário. Restringimos os critérios de composição do perfil dos entrevistados na pesquisa no mesmo objetivo de garantir esta isonomia.

Assim, definimos quem poderia fazer parte da amostra desta investigação e a restringimos apenas a profissionais que tenham trabalhado ou ainda atuem em impressos (revistas ou jornais) e cuja atuação tenha sido de pelo menos três anos, sendo eles formados ou não. Excluímos dessa pesquisa estudantes e ou estagiários na área; recém-formados ou profissionais com menor tempo de experiência; e também excluímos ouvir professores ainda que tenham trabalhado em meios impressos.

A presente pesquisa teve como principal intuito identificar como estes profissionais restritos à amostra empírica determinada afirmariam sua percepção frente aos desafios instituídos no campo do jornalismo impresso relativamente ao destino da profissão e suas principais dificuldades diante do cenário que se instalou com novas tecnologias digitais e mediante a crise vivenciada por eles desde a constatação de novas gerações de leitores mais voltadas a um consumo de informação em outros suportes que a mídia em papel. O espectro da amostra reuniu sujeitos cujas idades variaram entre 23 e 57 anos e cujas experiências se estendiam de três a 33 anos de atuação.

Entramos em contato com 165 profissionais por meio de quatro formas diferentes de consulta: pelas redes sociais (Facebook, WhatsApp e Twitter); por e-mails; via ligações telefônicas; e ou através dos próprios sites dos jornais nas suas plataformas online, conforme o caso. As entrevistas foram feitas através desses mesmos canais e deste universo da amostra 32 profissionais responderam afirmativamente à pesquisa e se enquadravam no perfil que delimitamos. Alguns deles foram recomendados por colegas e outros identificados por nossa consulta nos quadros dos jornais impressos e em suas plataformas online nas abas de “Colunas”, sobre a “Equipe” ou seu “Expediente”.

Os dados obtidos com os questionários foram analisados por meio de uma análise comparativa, efetuada diretamente no cruzamento das respostas a doze perguntas, enviadas na mesma ordem para todos os profissionais que compunham o

recorte da amostra. A elaboração das questões seguiu uma ordem supostamente lógica de respostas, compondo um questionário que foi primeiramente testado em sua funcionalidade antes de ser aplicado a sujeitos reais que participariam da pesquisa. Toda sequência de perguntas tinha um objetivo de possibilitar que na sensibilidade dos pesquisadores fosse compreendida a forma como os entrevistados responderiam sem saber a uma pergunta-chave: você acredita no trabalho que faz?

Nossa pesquisa comprovou que quem continua atuando no meio segue acreditando no que faz. Pela amostra que conseguimos alcançar, identificamos que 81,25% chegaram a afirmar claramente que possuem grande entusiasmo na tarefa que realizam. Dos entrevistados, 3% não quiseram se manifestar e apenas 15,72% disseram estar sem incentivos suficientes para continuar na área e que só seguiam trabalhando em impressos por conta da regularidade de receber o próprio salário, mas que mesmo assim, estariam com a sua motivação diminuindo com o passar dos anos devido diversos fatores, entre eles a baixa remuneração, a burocracia nas condições de produção e as limitações impostas à área por conta das condições de tempo, estrutura e espaço. Nossa hipótese inicial estava, portanto, não confirmada.

Os entrevistados que se disseram motivados ainda pela atividade, disseram que este sentimento de motivação decorre do gosto que desenvolveram pela profissão, da dinâmica do dia a dia, do retorno que recebem dos leitores e do conhecimento que a profissão oportuniza cotidianamente a jornalistas. Cada uma destas razões renderia por certa uma oportuna reflexão. Por hora, cumpre apenas ressaltar que no seu conjunto elas delineiam o contexto no qual um jornalista encontraria a motivação para trabalhar e indicam que esta motivação não estaria, portanto, apenas em uma ou outra condição ou experiência. Dos entrevistados que disseram que possuem motivação para continuar na área do jornalismo impresso, 42,30% não se imaginam em outra área; ou seja, quase metade deles está realmente realizado com o que faz. Ainda que

motivados, pelo menos 57,7% dos entrevistados já admitem imaginar a si mesmos atuando em outro setor do jornalismo ou já exercem função em outra área da Comunicação. Disso resulta em nossa análise que eles conseguem entender como naturais os processos de transformação no mercado de trabalho. Dos que não têm motivação, somente um não se vê em outra área fora do jornalismo.

Com motivação ou não, os profissionais confirmam que se atualizam sobre as mudanças dentro da profissão, por meio de cursos, palestras, leituras e viagens, com a finalidade de se aperfeiçoar nas funções que executam. Mesmo em crise, todos os entrevistados dizem que se esforçam para fazer um bom jornalismo, que nomeiam como um jornalismo regido por sua utilidade pública (na opinião de 32% dos entrevistados), na imparcialidade (segundo 22% deles) e na ética (para pelo menos 16% deles). Estes dados reforçam no seu conjunto ainda mais nossa compreensão na direção da conclusão maior a que chegamos: de fato a crença na qualidade do que produzem é que impele profissionais do meio a continuar produzindo um jornalismo de valor e seguir apostando no trabalho com o jornalismo impresso.

Os preceitos deontológicos continuam fortemente lembrados por quem trabalha no meio como sendo sinais de um trabalho no qual se acredita feito com qualidade e profissionalismo. Apareceram na pesquisa elementos como a checagem da informação, a confiabilidade da fonte, a necessária diversidade de pontos de vista na apuração da notícia, a fidelidade ao real, o comprometimento com os leitores e a incitação ao debate público entre as características que na avaliação dos entrevistados melhor definiriam para o que seja um jornalismo de qualidade. De acordo com estes profissionais, o jornalismo não pode ser superficial, sensacionalista nem irresponsável.

Para 16% apenas dos entrevistados o jornalismo está em crise por consequência das “Fake News”, as notícias falsas, plantadas na opinião pública como boatos com aparência de verdade e que vêm ocupando a atenção de leitores

principalmente através das mídias sociais. O jornalismo impresso ainda parece estar por alguma razão, pelo menos na percepção de quem atua cotidianamente nas redações, de certa forma imune a esta onda de falseamento, talvez pela apuração com que são tratadas as informações no processo de redação e edição em revistas e jornais.

Identificamos que 12% deles acreditam que o advento das redes sociais e a resposta demorada dos impressos em se atualizar desde o surgimento da revolução digital sejam de fato os fatores da crise gerada no setor. Isso pode indicar desde nosso ponto de vista que esteja mesmo havendo uma consciência entre os profissionais de que os jornais impressos não possam ver na questão da tecnologia a razão de suas crises de modo absoluto como algumas vezes pode parecer. O problema talvez esteja dentro dos próprios jornais, seja na forma de gestão, seja na forma como os profissionais desempenham suas tarefas em função de suas consciências e sentimentos.

Mais da metade dos profissionais perguntados, (na prática 18 indivíduos ou 60% do total), disseram acreditar que o jornalismo impresso irá sobreviver, e destes, 39% têm como justificativa para este ponto de vista que esse tipo de formato de mídia deverá se segmentar e se adaptar, mas jamais deixará de existir. Os entrevistados se dividem entre os que acham que esta sobrevivência do impresso possa ser maior no jornalismo do interior ou maior nos grandes centros e variam em suas explicações e entendimentos. Para alguns, a razão estará na proximidade com a audiência local e noutros, justamente na estrutura maior dos conglomerados de mídia que poderão suportar altos custos de produção. Apenas 20% dos entrevistados responderam que o jornal impresso não existirá mais e 7% do total afirmaram que já não existe vida útil ao impresso, em consequência do espaço que o formato digital vem ocupando cada vez mais. Pareceu significativo que 13% deles admitiram não saber responder sobre a sobrevivência dos jornais, sendo que apenas um dos entrevistados comenta

que quem irá determinar esse tempo de existência é o público.

Se 25 indivíduos contra seis se dizem motivados por aquilo que fazem queremos crer que de fato a crença no que fazem possa determinar a sobrevivência dos jornais impressos. Se 22 deles admitem sua especialização e qualificação constantes isso se deve muito provavelmente porque acreditam em sua atividade e porque mesmo crises contextuais não os impedem de continuar estudando e aumentando seu conhecimento sobre o jornalismo, o que determina que eles gostem da área em que atuam. É na mão destes profissionais que está a sobrevivência dos jornais impressos, na forma como trabalharão e na forma como souberem conquistar e formar novas gerações de leitores.

Mesmo porque ainda que o suporte em papel deixe de existir por uma revolução tecnológica em expansão e por pesquisas em novos materiais e suportes, é certo que a informação noticiosa do impresso (com suas características) não é hoje ainda nos dada por nenhuma outra mídia e certo também que se esta forma de tratar a informação como fazem os melhores impressos for mesmo necessária às audiências do futuro, o jornalismo impresso vai se adaptar e continuar fundamental para as sociedades democráticas, para o tratamento de fatos com interesse público e para a análise em profundidade dos acontecimentos como notícias que não sejam superficiais e sem apuração, sem análise e sem contextualização suficientes.

3. Referenciais Teóricos

Um primeiro enfrentamento necessário nesta pesquisa diz respeito à forma como pesquisadores e a mídia hegemônica vêm pensando o risco de não sobrevivência dos jornais impressos.

Meyer (in: DORNELLES, 2009) tem a projeção de que os jornais impressos irão desaparecer em 2043. Essa previsão difere de algumas projeções feitas por associações de jornais no mundo inteiro. Em um encontro realizado na Suécia, em 2008, promovido pela Associação Mundial de Jornais, a *World Association of*

Newspapers, as diversas previsões sobre a finitude do jornal em papel revelaram que sabemos muito pouco sobre as transformações que realmente afetarão por completo o suporte atual do jornalismo. Muitas previsões estavam erradas; não se confirmaram na década seguinte.

Umberto Eco, semioticista italiano, costumava defender em várias de suas conferências que sempre haverá um público para todo tipo de obra. Talvez ele tivesse mesmo razão, pois quando o cinema surgiu disseram que a sétima arte poria fim ao teatro, e quando a tevê surgiu decretaram o fim do cinema e assim sucessivamente também vem ocorrendo com outras mídias. A experiência histórica ensina que elas se transformaram, aprenderam a se readaptar e a produzir novas linguagens, novos conteúdos, e suas narrativas hoje estão hibridadas, mescladas em diferentes características antes específicas a cada gênero ou tipologia dos meios.

Para Teixeira e Manzano (2008, p. 23), no entanto, os chamados diários em papel estão com o seu presente e também o seu futuro sob o impacto das novas tecnologias. Quer dizer, esta mutação na forma como produzimos, recebemos e lemos os jornais vem sendo cada vez de novo diferente e é bem razoável pensar que nossas experiências com o jornalismo serão ainda bem mais diferentes com o passar dos anos. Mas nada disso talvez represente exatamente o fim do jornalismo impresso como pensam os mais apocalípticos prognósticos.

Temos que ser realistas e admitir que as novas tecnologias fazem parte de uma revolução que é irreversível, mas isso não deveria significar que a mutação de uma forma, de uma linguagem ou conteúdo represente a extinção de uma mídia. Uma das principais mutações talvez seja mesmo na direção que aponta Henry Jenkins (2008) no que diz respeito à interatividade com que são pensadas, em contraposição a como os meios se dirigiam a seus públicos no passado, mesmo o mais recente. Mas discordamos de Jenkins de que estas mutações estariam em rota de colisão com as mídias tradicionais, pelo que pensamos que a forma

industrial de produzir informação, suas rotinas e suas necessidades de audiência continuarão existindo.

Além disso, é bem razoável também pensarmos que a experiência do suporte papel seja substituída por outros materiais que a Química ainda pesquisa. Mesmo porque parece haver certo prazer, certa sinestesia lúdica no cheiro e no contato com o jornal como existe ainda hoje quando se tem em mãos um livro novo; e esta experiência vai fazer parte de alguma forma do desejo humano em gerações futuras e buscar ser repetida, como acontece hoje com a indústria fonográfica e os discos de vinil. Sempre haverá quem goste de ler um livro por mais que o cinema hoje nos ofereça entretenimento em muitas dimensões. Há no impresso, no cheiro e manuseio do livro, da revista, enfim, existe ali algum fetiche bastante conhecido de quem é público leitor e isto talvez nunca desapareça, por mais que se mudem as plataformas nas quais se apoie a informação para sua disseminação social. Nada substitui a emoção de um filme num bom cinema.

Na cultura ocidental, este contato com o impresso está muitas vezes associado ao contato com o primeiro livro didático na escola ou os primeiros livros de literatura infantil, na infância. Fazem parte de um contrato simbólico com os leitores as sensações todas que carregamos em nosso imaginário na riqueza da experiência da leitura em papel.

O colunista e blogueiro da Folha de São Paulo, Xico Sá (2013), afirma categoricamente que o jornal impresso nunca vai acabar. Este tem sido o discurso institucional do Grupo Folha, o maior conglomerado de mídia impressa em circulação no Brasil, que vem reafirmando em muitas oportunidades que a internet não vai acabar com os jornais em papel.

O CEO da Editora Abril, Walter Longo (2017) afirmou:

O que ficou no âmbito impresso foi a curiosidade epistêmica, que consiste em querer saber por que as coisas acontecem, como acontecem e qual é o resultado delas – é uma análise mais

aprofundada das grandes questões. Se um político é preso na quarta-feira de manhã, eu venho para o escritório ouvindo no rádio que ele foi preso, subo no elevador vendo isso, leio na internet e assisto no *Jornal Nacional*. Minhas curiosidades diversiva e empática estão saciadas. Mas é na mídia impressa que saciarei minha curiosidade epistêmica (LONGO, 2017).

Enquanto uma das maiores empresas do mercado editorial brasileiro, o Grupo Abril teve que se readaptar a novas audiências e reorganizar seus focos de investimento, mas as revistas continuam existindo. As que foram extintas tinham perdido alguma identificação com seus públicos, tendo que ser substituídas ou incorporadas por outras publicações. Este esforço de readaptação na verdade sempre existiu.

Por acreditar que conteúdo é o que garantirá o sucesso dos jornais no futuro, o maior jornal do Rio Grande do Sul, o jornal Zero Hora tem intensificado, desde o início de 2015, o seu renovado investimento em jornalismo. A declaração foi dada pela editora Marta Gleich (2016) em entrevista à Associação Nacional de Jornais (ANJ). A edição de final de semana, segundo a editora do jornal na época, circulava com uma tiragem média de 170 mil exemplares e continuava sendo um excelente negócio. Segundo ela, “a versão impressa vem com mais reportagens investigativas e aprofundadas, muitas delas relatadas em textos mais longos”. O próprio diretor de marketing e produto jornais RS do grupo gaúcho RBS, Marcelo Leite também confirmou na mesma oportunidade à Associação Nacional de Jornais que os estudos mostraram mais interesse dos leitores por conteúdos mais densos e menos perecíveis.

O que profissionais que atuam no setor costumam repetir é que o que está em jogo é o bom e o mau jornalismo, e que é nisso que reside o dilema da informação noticiosa no mundo atual e por extensão, a sobrevivência dos meios.

Análise de notícias divulgadas por 53 canais de informação de Baltimore mostrou que a imprensa generalista, seja em papel ou na web, produz 48% das notícias por elaboração própria; os jornais

especializados, 13%; as televisões locais, 28% e as rádios, 7%, contra 4% das novas mídias: jornais digitais, blogs, sites locais, Twitter, etc. (EL PAÍS, 2010). Isso faz pensar que ainda exista um longo caminho até uma reestruturação mais completa do mercado.

Charron e Bonville (2017, p.179) nos lembram que no final do século XIX, a indústria dos jornais também se beneficiava de estruturas técnicas novas que ofereciam possibilidades e impunham limitações muito diferentes daquelas conhecidas no começo do mesmo século. Tais mudanças influenciaram decisivamente o conteúdo dos jornais.

Meio século depois, de novo novas formas de fotocomposição e de impressão *off-set* abalavam outra vez a indústria editorial. A cada nova geração das técnicas também novos jornais surgindo. Estas especificidades de conteúdo foram afetando a linguagem e o pensamento na atividade jornalística e seu senso de realismo. Por isso mesmo, se entenderá que “o jornalismo se distingue de outros discursos realistas (...) pelo seu conteúdo, que diz respeito ao senso comum” (CHARRON e BONVILLE, 2017, p.189).

Particularmente significativa é a conclusão a que chegam Charron e Bonville com relação à forma como os públicos e a mídia se relacionam:

Cada mídia aposta em afinidades eletivas para estabelecer com seu público circunscrito laços privilegiados de convivência, modelando seu discurso (em todos seus aspectos) conforme as preferências deste público. Progressivamente, o peso das normas que definem o jornalismo como tipo distinto de discurso público diminui em benefício das normas ou disposições contratuais particulares que unem uma mídia e seu público” (CHARRON e BONVILLE, 2017, p.384).

Essa noção de um contrato de leitura de fato impacta sobre o próprio sentimento dos profissionais que atuam no meio. Nas entrevistas que realizamos nesta pesquisa fica claro que os profissionais ouvidos têm consciência da expectativa que a sociedade na visão deles tem no trabalho que realizam e que sabem do compromisso que carregam de fazer o jornal chegar às mãos dos

leitores. Este compromisso é presente tanto em redações das capitais quanto do interior.

Especificamente sobre o futuro dos jornais do interior, Dornelles (2013, p.67) menciona que historicamente esses meios sempre priorizaram o localismo, hoje visto como terreno fértil contra a crítica que representava fazê-lo no passado. A tendência de explorar temas locais para com isso assegurar maior proximidade com seus públicos vem sendo inclusive uma fórmula recorrente nos jornais europeus, segundo a pesquisadora. É bem possível que este fortalecimento do caráter local tenha também contribuído para aumentar nos profissionais que atuam no interior uma satisfação com a atividade que realizam e uma crença cada vez maior no produto que geram, pois se sentiriam cada vez mais identificados com suas comunidades.

Marques de Melo (2009, p.252) oferece o crivo à pesquisa de Beatriz Dornelles ao afirmar que “a grande contribuição oferecida por Beatriz Dornelles para os estudos do jornalismo configura-se no roteiro empírico esboçado” por ela em “Jornalismo Comunitário em Cidades do Interior”, livro publicado em 2004 pela Edipucrs. Segundo Marques de Melo se este estudo de Dornelles for replicado em outras regiões do país, comporemos um mosaico dos jornais impressos do interior, avaliando seus avanços e retrocessos.

A consciência do jornalista em relação ao seu contexto geográfico e histórico passa obviamente por uma sólida formação escolar e uma rica experiência de vida. Mas o caminho mais seguro para que se saiba não apenas acreditar no que se faz, para saber fazer cada vez melhor esta que é uma profissão de palavras, implica a necessidade de que o sujeito que trabalha na imprensa seja primeiro de tudo um leitor. A este respeito já no século XX Perseu Abramo (2006) reforçava a ideia de que o jornalista precisa ser um leitor e que a sua cultura vai determinar a sensibilidade com que ele poderá também compreender o mundo a sua volta e a si mesmo.

De algum modo os resultados a que se chegou através desta pequena amostra na pesquisa permitem que pensemos na direção de que quanto mais de fato os profissionais de comunicação se sintam qualificados para a tarefa que exercem tanto mais conseguirão enxergar maiores horizontes na valoração e crença do seu trabalho. A descrença no jornalismo impresso está muitas vezes mais associada a sujeitos sem muita intimidade com a leitura e o texto ou com profissionais cuja percepção de seu contexto se revele por algumas variáveis como escolaridade, cultura geral e tempo de vida, também uma percepção bastante reduzida e limitada, inferência que fazemos pela observação empírica e por uma hermenêutica de profundidade sobre os depoimentos que os entrevistados nos deram.

Segundo Kovach e Rosenstiel (2003, p.271), “Os jornalistas têm a responsabilidade de ser conscientes”. Essa consciência, evidentemente não recai apenas na questão da ética e na responsabilidade social que encarna a atividade de produzir notícia e fazê-la chegar a públicos os mais diversos. Ela recai também e principalmente na compreensão do sujeito sobre sua própria condição, capaz de enxergar as crises históricas da profissão sem ver ameaçada a identidade profissional porque ele a concebe como grandiosa e fundamental. Segundo os autores, “para aqueles que praticam jornalismo existe de fato na profissão um aspecto moral” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, p. 278).

Por isso é bastante comum que muita gente não resista e acabe deixando de exercer a atividade profissional de jornalista. Na compreensão moral em torno da atividade reside a crença no seu valor e a aposta na continuidade de uma tarefa que lhe é própria, ainda que mudem seus conteúdos, formatos, plataformas. Pode haver, infelizmente, ainda um punhado de gente atuando no mercado de trabalho e que já não mais acredita no que faz; já não aposta mais na própria profissão para o futuro. Parasitas herdados de uma geração decadente de empregados operários da informação sem idealismo

e sem valor moral, essa gente ainda insiste por vezes em inchar redações arrastando pessimismos.

Mas assim, como acontece com outras profissões, o espaço profissional se renova e tanto melhor se soubermos fomentar nas universidades e antes delas mesmo um sentimento de moralidade na informação apurada com rigor, trabalhada com critérios e vivenciada com a paixão que moveu gerações e gerações de gente obstinada com a notícia. Quando um arqueiro enverga um arco e prepara a flecha para atirar mirando um alvo, pouca coisa nele é técnica pura. Tudo o mais é emoção, garra, determinação, concentração, propósito e fundamentalmente: crença. Quando um médico trabalha em plantões de hospitais, nas emergências, e ali ele se reconhece um médico e não no aparelhamento tecnológico de suas clínicas e no faturamento de seus consultórios, ele se move pela crença no que faz.

A sociedade utilitarista fez parecer que estes sentimentos não existam mais e que se esteja perdendo em muitas profissões e ações humanas a natureza de nossa condição substituída por condições culturais. No mundo do trabalho, a esfera da natureza e da cultura se entre cruzam e por isso a técnica e o talento serão lado a lado necessários. E desta forma sentenciam Kovach e Rosenstiel (2003, p.281) ao citarem declaração de Linda Foley, presidente do Sindicato dos Jornalistas nos Estados Unidos: “a habilidade dos jornalistas para exercitar sua consciência é muito mais importante do que qualquer uma das crenças com as quais se impregnam seu trabalho”.

Por trás desta questão que norteou a presente pesquisa sobre a crença dos profissionais naquilo que fazem reside a questão maior de ser ou não ser jornalista. Traquina (2013, p. 31) abre esta discussão lembrando que o jornalismo que conhecemos hoje nas sociedades democráticas “tem suas raízes no século XIX” (...) e que “a expansão dos jornais no século XIX permitiu a criação de novos empregos nos jornais” que com isso acabaram

ganhando novo objetivo que foi o de fornecer informação e não propaganda.

Phillip Elliot (in TRAQUINA, 2013, p.34) com seu célebre “A sociologia das profissões”, de 1972, já apontava para a necessidade de crenças comuns que formariam uma sabedoria coletiva entre jornalistas. Queremos crer na direção do que pensa Traquina que estas crenças não moldem apenas consciências e condutas em relação ao produto de seu trabalho, mas um *ethos*, uma maneira de ser e estar no jornalismo.

“A informação é produzida para ser verossímil e crível” segundo Christa Berger (2002, p.279). Nessa verossimilhança consiste a crença na possibilidade de verdade e de credibilidade que fazem da mídia um espaço cuja função é a de expor a realidade. Se profissionais que atuam no jornalismo impresso lidam com a descrença desta sua função é porque desassociam de si mesmos o valor útil da própria profissão e negam preceitos deontológicos do jornalismo.

Marques de Melo (2004, p.12) postula uma questão que vai em direção a um desejável prosseguimento desta nossa pesquisa, em investigações futuras, e que se apresenta textualmente assim: “de que maneira os programas universitários da área podem criar uma consciência coletiva capaz de nutrir a nossa profissão de conceitos, valores e utopias que a valorizem, oxigenem e fortaleçam, conquistando o merecido reconhecimento da sociedade?”.

Um dos caminhos é por certo a reflexão sistemática e continuada sobre as revoluções e transformações naturais por que passa a profissão e sendo capaz de compreendê-la mesmo neste quadro de incertezas e desafios. Talvez seja momento de reavivar as narrativas biográficas de memórias profissionais vividas por jornalistas que inspiram o melhor na alma de quem deseja continuar com a crença na força dos jornais e sentir a vivência do cotidiano do jornalismo que não seja apenas em formato virtual. Ricardo Noblat (2008) em seu livro “O que é ser jornalista?”, presenteia este debate com

diversas narrativas que fazem pensar o que move a crença na atividade que realizamos e abre seu livro com uma citação de Hannah Arendt: “Não há experiência de sobrevivência humana sem homens dispostos a dizer o que acontece, e o que acontece é porque é”. (NOBLAT, 2008, p.11).

4. Considerações Finais

Não se chega a conclusões em uma pesquisa como esta. Apenas a algumas considerações finais, que são, por força de nossa compreensão sobre ciência, sempre provisórias e circunstanciais, meramente indicativas. Aliados a uma sociologia compreensiva, nos interessa muito mais a compreensão dos processos e fenômenos que a explicação deles seguindo tradições positivistas, o que não significa abdicar por completo do tratamento quantitativo de dados. Sua análise qualitativa, no entanto, é o que mais tem significação para nós nesta pesquisa. E por assumirmos a subjetividade que entendemos inerente a este processo de descoberta e sensibilidade para enxergar a realidade e estudá-la é que adotamos com tranquilidade a moderna narrativa aceita mesmo em ciência do discurso enunciado em primeira pessoa plural, não apenas porque somos de fato um grupo de iniciantes em pesquisa orientados por professor, mas porque entendemos que toda ciência é sempre coletiva.

Uma pesquisa encontra-se, nesse sentido, amparada em outra, e esta em outra, e assim por diante. Nenhuma realidade é percebida de forma absolutamente original, ainda que tentemos dar a nossos estudos algum caráter de genuíno pelo menos em alguma angulação. Nesse sentido, será relevante que digamos que nossa análise não se pretende esgotar na amostra nem traz qualquer conclusão apressada. A nós importa indicarmos sensíveis caminhos que conseguimos identificar enquanto viáveis para resolvermos a pergunta problema de nossa pesquisa, relativamente a se quem trabalha no meio impresso terá mesmo condições de promover as reformas necessárias à sobrevivência deste meio porque acredita no que faz.

Com o espaço online tomando cada vez mais lugar, o jornalismo impresso precisa se reinventar para sobreviver no mercado, como apontado pela maior parte dos profissionais. Seu desaparecimento não pode estar decretado apenas em função de questões tecnológicas se houver crença no que fazemos e se o público reconhecer utilidade e valor no produto resultado de nosso trabalho. E este reconhecimento das audiências virá não por meio de condições estruturais, mas, por estratégias de força simbólica, através do que conseguirmos projetar em suas consciências com o nosso trabalho.

Mesmo com o cenário futuro incerto, percebemos que todos os jornalistas tentam fazer o bom jornalismo que propõem, com ética, imparcialidade, levando credibilidade de informação ao leitor. Mas, ao mesmo tempo em que se propõe fazer isso, a internet os atravessa com as “Fake News” e informações repassadas por qualquer pessoa pelas redes sociais, com os boatos tendo status de notícia. No entanto, falsas notícias sempre existiram mesmo quando a internet nem existia. O público acreditava no jornalismo impresso porque com sua materialidade parecia existir uma condição de convicção que era fortemente inscrita no imaginário dos leitores. Faz parte da cultura do poder ocidental a crença de que a escrita desempenha uma responsabilidade mais segura à informação.

Além disso, a questão de mercado satura cada vez mais o campo jornalístico (a remuneração não equivale ao tempo de trabalho exigido). Esses fatores desestimulam grande parte dos jornalistas, que acabam por repensar se estão na profissão certa. Eles gostam da profissão, mas não confiam na área, devido às limitações derivadas da crise do impresso. O cenário atual acaba criando barreiras para a ascensão e garantia de permanência na área jornalística, problemas que acabam por desestimular o jornalista dentro de sua profissão. Felizmente a maioria não se deixa levar dessa maneira.

A maioria dos entrevistados acredita que há uma crise sobre o jornalismo impresso, mas também acredita que o jornal impresso ainda tem um bom

tempo de vida, porém, reconhece que para isso é necessário melhorar sua estrutura e conteúdo. O aperfeiçoamento técnico que reflete na postura jornalística dos profissionais, associado à motivação que tem vindo do público e ao amor pela profissão são o que faz com que acreditem no trabalho que realizam.

5. Referências Bibliográficas

ABRAMO, Claudio. 2006. **A Regra do Jogo: O Jornalismo e a Ética do Marceneiro**. São Paulo, Companhia das Letras, 270p.

BARBERIA, José Luis e GONÇALVES, Luiz Roberto Mendes. **A internet não vai acabar com jornais impressos**. In: EL PAÍS. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/internacional/2010/03/19/a-internet-nao-vai-acabar-com-os-jornais-impresso-s.jhtm>. Acesso em 20/10/2017.

BERGER, Christa. 2002. **Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar a gente pública**. In *Jornal: da forma ao sentido*. (orgs. Mourice Mouillaud e Sérgio Porto). Brasília, UnB, Paralelo 15, p. 273-284.

CHARRON, Jean e BONVILLE, Jean de. 2016. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis, Insular, 398p.

CAMUS, Albert. 1979. **Le Mythe de Sisyphe**. Trad. Urbano Tavares Rodrigues e Ana de Freitas. Lisboa, Livros do Brasil, 244p.

DORNELLES, Beatriz. 2009. **O Futuro do Jornal**. Revista Famecos. Porto Alegre, nº 40. pp. 63-67.

DORNELLES, Beatriz. 2013. **O futuro do jornalismo em cidades do interior**. In: ASSIS, Francisco de (Org.). *Imprensa do interior. Conceitos e contextos*. Chapecó, Argos, 326p.

GLEICH, Marta. **Zero Hora terá edição impressa de final de semana e nova edição digital no domingo**. Disponível em: <http://www.anj.org.br/2016/01/29/zero-hora-tera-edicao-impressa-de-fim-de-semana-e-nova-edicao-digital-no-domingo/>Acesso em 08/10/2017.

JENKINS, H. 2008. **Cultura da convergência**. São Paulo, Aleph, 432p.

LONGO, Walter. **Abril: a reinvenção da mídia**. Disponível em: <http://www.revistahsm.com.br/estrategia-e-execucao/abril-reinvencao-damidia/>Acesso em 20/10/2017

MELO, José Marques de. 2004. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo, Paulus, 280p.

MELO, José Marques de. 2009. **Jornalismo. Compreensão e reinvenção**. São Paulo, Saraiva, 256p.

NOBLAT, Ricardo. 2008. **O que é ser jornalista?** Rio, Record, 270p.

ROSENSTIEL, Tom & KOVACH, Bill. **Os Elementos do Jornalismo. O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Gravação Editorial, 2008. 302p.

PEIRCE, C. Sanders. **Semiótica e Filosofia**. 1993. Trad. Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo, Cultrix, 164p.

TEIXEIRA, Fabrício; MANZANO, Rodrigo. 2008. **A gramatura do Papel-jornal**. Revista Imprensa, agosto, ano 21, nº 237, p.23.

SÁ, Xico. 2013. **O jornal em papel não vai acabar**. Disponível em <http://www.casadosfocas.com.br/o-jornal-de-papel-na-o-vai-acabar-nunca-afirma-xico-sa/>Acesso em 20/10/2017.

TRAQUINA, Nelson. 2013. **Teorias do Jornalismo. Vol II. A tribo jornalística- uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 206p.



DO DESENHO NARRATIVO À TEORIA DA NARRAÇÃO: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA À COMPREENSÃO DO PROCESSO EM DUAS FORMAS DE EXPRESSÃO

CARLOS FERNANDO MARTINS FRANCO¹

RESUMO

O presente ensaio trata das relações entre as imagens e o texto, tendo no pano de fundo a narração como um encadeamento de informações em função do tempo. Observa os elementos presentes na linearidade simbólica do texto e a presença das audiovisualidades, ou seja, as sugestões imagéticas contidas; elemento fundamental para, por exemplo, os processos de adaptação de linguagem. Discute as dimensões do tempo nos processos audiovisuais, bem como signos da mesma natureza dentro do texto. Conclui que os processos adaptativos devem ter no tempo sugestivo a base para uma fidedignidade rítmica.

Palavras-Chave: Ritmo, Texto, Tempo, Audiovisualidades.

FROM NARRATIVE DESIGN TO NARRATION THEORY: A NECESSARY DISCUSSION TO UNDERSTAND THE PROCESS IN TWO FORMS OF EXPRESSION

ABSTRACT

This essay studies the relationships among image and text with the narrative process as background. Observes text suggestions related to sound and image as a constructed expression. In adaptation process, the suggestions from text, through imagination therefore. Discuss the expressive time dimensions, like same nature signs inside the text constructs. It concludes that adaptative process must be based on suggestive time dimensions as a rhythm basis.

Keywords: Rhythm, Text, Time, Sound and Image suggestiveness.

1. Introdução

A narração como processo é um fenômeno que está presente como processo inerente tanto nos textos escritos quanto nas formas fluxórias de expressão como o audiovisual. A única dimensão que diferencia a leitura de uma fruição de imagens em movimento é a do tempo enunciatório. Enquanto se assiste, por exemplo, a um filme de uma hora, neste intervalo de tempo é percebido o tempo diegético

sugerido pela narração. No processo de leitura, o tempo necessário à percepção depende de outros fatores individuais e complexos, pois não é possível generalizar o tempo em que se consome um livro, por exemplo. O objetivo deste ensaio é observar a processualidade narrativa produzida pela imagem em movimento na percepção e os modos de atuação da câmera e da composição como ferramentas narrativas.

¹ Professor Adjunto do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins, doutor pela UNISINOS e líder do grupo de pesquisa em Estática, Linguagem e Identidade – GELI. E-mail: profcalorfranco@uft.edu.br.

Inicialmente, partimos do pressuposto de que ao lermos algo escrito, reconhecemos seu caráter descritivo ou narrativo em função da relação entre texto e fluxo temporal que emana do tempo perceptual e outro originário do tempo diegético presente na atualização dos elementos descritos simbolicamente pelo texto.

No audiovisual, o fluxo temporal é uma relação entre a matéria plástica imagética e o tempo real que tem por objetivo dar suporte e determinar sua natureza expressiva, pois sem isto não haveria tal materialidade. Portanto, uma das principais características do “discurso” audiovisual é esta inversão em relação ao texto, que tem como inerência a sugestão tanto de tempo enunciatório quanto de elementos visuais. Seguindo esta premissa, questionamos: como o audiovisual através de sua temporalidade e elementos visuais concretos sugeriria textualidades perceptivas? Como a composição e o fluxo de imagens poderiam levar a percepção a um processo linear e construtivo de textualidades?

2. O Texto e as Temporalidades Audiovisuais

Ao se fruir uma leitura² tendemos a compor toda a *mise-en-scène* incluindo sua trilha sonora em nossa mente. Desta forma, produzimos e damos soluções de produção avançadas, o que, supostamente, seria o que nos dá o prazer da leitura. Criamos neste momento individual único nosso discurso audiovisual. Atribuímos nossos atores virtuais, utópicos e perfeitos, nosso cenário impecável, onde não há jamais erros de continuidade, nossa trilha sonora e muitas vezes incluindo a musical original de nossa composição.

Este fenômeno citado, experimentado na leitura, faz com que os habituados ao consumo literário prefiram ler a assistir a um bom filme adaptado a partir do argumento de um livro. Esta afirmação se torna óbvia se considerarmos que um filme é uma concretização da leitura de uma obra por um roteirista, posteriormente realizada por um produtor, organizada tecnicamente por um diretor etc. Sendo o resultado imutável, pronto, de um esforço coletivo, que não permite,

na tecnologia atual, uma interatividade similar àquela inerente à literatura³.

A figura literária do narrador, que conduz o leitor à apreciação da história de um modo geral não se confunde com o autor. Para Silvana Lottermann:

Sendo o narrador um porta-voz do autor implícito, cabe a ele dar ao leitor as informações necessárias para que esse seja conduzido através da narrativa conforme as normas do autor implícito. Se o leitor é conduzido pelo narrador, este, por sua vez, é manipulado pelo autor implícito, que lhe confere poderes e atribuições que viabilizam a construção de personagens e fatos narrativos, úteis ao autor, no propósito de envolver integralmente o leitor na narrativa. (LOTTERMANN, 2009, p. 22).

A função do narrador é a de manter o leitor interessado no porvir da história narrada, sugerindo toda sua *mise-en-scène*, cenários, figurinos, clima, época, tensão e relaxamento. Principalmente, o narrador literário tem a função de dar ritmo ao que se está lendo, mesmo que isto não esteja relacionado ao tempo em que se está em contato direto com o texto ou das demandas perceptuais do léxico, pois:

Cada leitor reage de forma diferente à maneira como o narrador e o autor implícito se apresentam. As crenças, os valores, o posicionamento moral e intelectual do narrador ou do autor, expressos no texto, podem divergir ou não dos mesmos preceitos do leitor. Leitores que partilham com o narrador e o autor os seus conceitos, mais facilmente se deixam envolver pelo texto e seguem as normas por ele sugeridas. (o grifo é nosso, LOTTERMANN, 2009, p. 23).

Cada leitor com a sua individualidade “*enxerga*” a obra de forma diversa. Este observar traz à tona elementos visuais sugeridos pelo texto e faz com que o leitor passeie pela obra como visto no trecho a seguir, exemplo de *Iracema* de Alencar:

Verdes mares, que brilhais como líquida esmeralda aos raios do sol nascente, perlongando as alvas praias ensombradas de coqueiros; serenai, verdes mares, e alisai docemente a vaga impetuosa, para que o barco aventureiro manso resvale à flor das águas. (ALENCAR, on-line).

² Principalmente aqueles de uma geração crescida dentro de um mundo dominado pelas audiovisualidades.

³ O livro em papel, podemos dizer, é uma real tecnologia avançada. Permite a baixo custo um armazenamento extremamente

seguro e duradouro de informações e ainda possibilita a interatividade plena.

Neste trecho percebe-se que a natureza do objeto sugerido é universal, pois não há como se imaginar tais elementos imagéticos de formas muito distintas. Há no trecho a presença de pelo menos dois recortes de imagens distintos, que se iniciam no puramente descritivo do ambiente e evoluem ao narrativo quando da presença do elemento cênico denominado “barco aventureiro”, cuja natureza conduzirá a história a posteriori⁴. Assim, há a sugestão de duas imagens no mínimo, pois para o leitor não há como construir a cenografia mental sem o uso de pelo menos esses dois elementos; parte-se do universal ao particular a partir da quebra desta generalidade pelo elemento específico representado pelo barco aventureiro. Algo similar acontece no trecho a seguir. Todavia, não se trata de natureza universal como uma paisagem comum em todo o mundo, mas de uma figura humana, atualizada pelo imaginário de cada leitor à luz de sua memória vivencial:

Um jovem guerreiro cuja tez branca não cora o sangue americano; uma criança e um rafeiro que viram a luz no berço das florestas, e brincam irmãos, filhos ambos da mesma terra selvagem [...] (ALENCAR, on-line).

Há, mais uma vez, a necessidade de duas imagens, no caso a do “guerreiro” a das crianças indígenas, que no caso se contrapõem em características físicas e culturais.

Se propusermos uma solução audiovisual aos dois trechos, adaptando-os a um roteiro literário, encontraremos a figura da câmera como elemento que seleciona do espaço o recorte real. No caso, a primeira cena proporia um plano aberto mostrando uma praia de águas verdes⁵ e, evidentemente, ondas quebrando, cortando para a imagem de um barco navegando. Se poderia não utilizar cortes, aguardar o barco entrar em quadro ou movimentar-se a câmera que buscaria a embarcação. No caso, quem expõe os elementos é a câmera, ou seja, ela se confunde com o narrador que guia nossa percepção à descoberta dos objetos.

Isto sugere que existe uma relação entre a câmera e o narrador ou entre a câmera e a percepção do leitor, pois ambas funcionam da mesma forma.

Assim como na linguagem verbal a unidade mínima do entendimento é a frase, esta unidade, no audiovisual, é o plano. O chamado plano é uma unidade tanto de espaço quanto de tempo, por se tratar de um intervalo de tempo que se espacializa no suporte.

Os planos, ao serem encadeados, passam a compor as sequências. Assim, o plano constitui-se de um intervalo entre dois cortes ou, mais precisamente, duas colagens. Marcel Martin o define a partir das realidades temporais, compreendidas por ele como dimensões de tempo inerentes ao suporte filme, desde a captação das imagens (tomadas), passando pelo tempo da montagem, o tempo enunciatório, que corresponde à metragem, o tempo diegético imaterial relativo à compreensão ou sugestão do enunciado e o tempo da percepção ou intersticial, que corresponde àquele necessário à compreensão daquilo que se quer dizer no audiovisual.

O tempo enunciatório pode ser dividido em unidades, se confundindo com o tempo do relógio. O tempo espacializado é um conceito fundado em nossa capacidade de percepção, bem como na necessidade produtiva de mensuração dos instantes percebíveis, ou seja, o tempo enunciatório possui uma materialidade que podemos perceber e medir.

Apesar de percebido de forma atual, o tempo diegético é também, em seu modo de ser, virtual. O que dessa virtualidade é interpretado e percebido articula-se necessariamente com o tempo enunciatório, articulação essa que origina, no audiovisual, movimentos de tensão e relaxamento, pois o tempo diegético tensiona o tempo enunciatório, criando o que classicamente se chama no audiovisual de ritmo.

A tensão é a demanda de mais tempo para a percepção das imagens, e o relaxamento se dá quando a percepção ocorre no tempo habitado. Estas duas dimensões do tempo - o da diegese e o da enunciação - podem ser pensadas, portanto, como dois vetores com direções diversas que, no fluxo, incluem um terceiro vetor, de equilíbrio, que é o tempo perceptório, que se contrai ou relaxa de acordo com a articulação das outras duas dimensões.

⁴ Recomendamos a leitura deste clássico que pode ser acessado gratuitamente na internet.

⁵ Comum à região do Ceará.

Assim, a percepção e a fruição relacionam-se à combinação das três dimensões do tempo que são clássicas no audiovisual.

Propomos a seguir um primeiro diagrama vetorial das dimensões do tempo presentes no audiovisual à luz dos autores pautados e de nossas ilações preliminares:

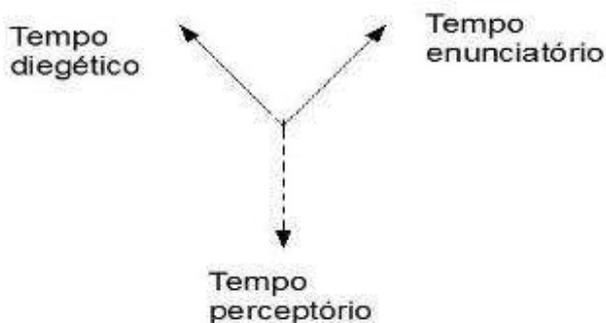


Figura 1 – As três dimensões clássicas de tempo no audiovisual (O autor, 2018).

Os vetores podem ramificar-se nos instantes. Neles, com exceção da duração audiovisual que é inapreensível, todos os subelementos expressivos de uma obra podem ser percebidos com suas próprias temporalidades a partir dos objetos cênicos que compõem o quadro. Assim, por exemplo, o tempo enunciatório pode estar espessurizado no instante por outros tempos, em função da presença de dinamismos no quadro ou nos objetos internos a ele. Tarkovski, a partir das dimensões clássicas de tempo, pergunta-se sobre a forma que o cinema imprime ao tempo, e propõe:

Digamos que na forma de evento concreto. E um evento concreto pode ser constituído por um acontecimento, uma pessoa que se move ou qualquer objeto material; além disso, o objeto pode ser apresentado como imóvel e estático, contanto que esta imobilidade exista no curso real do tempo (TARKOVSKI, 1998, p. 71).

Na mesma perspectiva, Martin define o plano nos seguintes termos:

Do ponto de vista da filmagem, consiste no fragmento de película impressionado desde que o motor da câmara é acionado até que tenha parado; - do ponto de vista do montador, o pedaço de filme entre dois cortes de tesoura e, depois, entre duas emendas; - e finalmente, do ponto de vista do espectador (o único que nos interessa

aqui) o pedaço de filme entre duas ligações. (o grifo é nosso, MARTIN, 1985, p. 139).

Sob o aspecto da constituição enunciatória, tanto temporal quanto espacialmente, o plano possui estas duas nuances, com o que Martin (1985) diferencia corte, colagem e ligação. Sua compreensão teórica encontra diferenças nas perspectivas de suporte, enunciação e percepção: para ele, o corte tem posições opostas na recepção e na composição do tempo enunciatório. Assim, o espectador enxerga o plano como uma passagem necessária quase imperceptível; e o montador como unidade fragmentária formadora do tempo enunciatório, definida como a expressão *sine-qua-non* da obra como um todo. A ligação, para Martin, se relaciona a uma continuidade coerente e é relativa à discretização dos cortes.

Buscando outras referências, encontramos menção a este processo de disfarce em Murch (2004). Para ele, mais do que mera técnica, a discretização dos cortes na montagem é um artifício fundamental, que possibilitou uma maior agilidade na captação das imagens e na organização delas na composição enunciatória tanto espacial quanto temporal. Assim, a montagem passa a constituir uma sequencialização, cujo objetivo central a princípio seria o de discretizar ao máximo os cortes ou as colagens, fazendo com que se constitua e perceba uma continuidade paralela ao fluxo e ao tempo enunciatório. Ou seja, “cortar é mais que um método conveniente de tornar contínua a descontinuidade” (MURCH, 2004, p. 21). E ainda segundo este autor,

a verdade é que um filme está sendo efetivamente “cortado” 24 vezes por segundo. Cada quadro é um deslocamento do anterior. Acontece que num plano contínuo, o deslocamento espaço/tempo de um quadro para outro é tão pequeno (20 milésimos de segundos) que o público o vê como uma *continuidade dentro de um mesmo contexto*, em vez de 24 contextos diferentes por segundo (MURCH, 2004, p. 18).

No filme, o tempo enunciatório, consagrada-mente denominado “metragem”, baseia-se de forma expressiva nas emendas entre os tempos “podados”

das tomadas⁶, que interpretam e atribuem uma configuração e um modo de expressar o tempo diegético no fluxo.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Aumont diz em primeira pessoa: “Deixo aqui de lado todas as suas funções narrativas e expressivas, para ressaltar que a montagem dos planos de um filme é antes de tudo a sequencialização de blocos de tempo, entre os quais nada mais há do que relações temporais implícitas. [...] Uma mudança de plano representa uma descontinuidade temporal na filmagem” (AUMONT, 2004, p. 169). A sequencialização é o resultado dos cortes nas imagens tomadas, que se tornam emendas constituintes da continuidade enunciatória. Por isto, um filme “pronto” é o encadeamento de seqüências, que compõem uma grande sequencialização de planos no tempo enunciatório, essencialmente linear nesta natureza. Desta forma, “a montagem, a sequencialização, fabrica um tempo perfeitamente artificial, que relaciona blocos de tempo [planos] não contíguos na realidade” (AUMONT, 2004, p. 169-170).

Ao serem ordenados, os planos (unidades mínimas) constituem uma parte sugestiva de tempo dentro da seqüência. Um tempo que articula o diegético e o enunciatório, que pode estar em paralelo ou não ao fluxo e que pode ser narrativo ou descritivo (quando não se propõe a narrar). Percebe-se o paralelismo para com o fluxo quando seus intervalos tendem ao somatório dos intervalos do tempo enunciatório. Não estar paralelo significa distanciar-se do tempo enunciatório, condensando ou expandindo informações diegéticas no processo de atualização, fazendo com que varie seu ritmo. Como diz Tarkovski: “Qual é a essência do trabalho de um diretor? Poderíamos defini-la como ‘esculpir o tempo” (TARKOVSKI, 1998, p.72).

A produção audiovisual se baseia neste processo manipulatório não só dos espaços que se encadeiam formando o tempo enunciatório, mas nas articulações entre os tempos reais do enunciado atualizados como tempo diegético. Criam-se, assim, no enfoque isolado destas duas dimensões ritmos que “brincam” com a percepção, através do tempo

perceptório, e que agregam tensão ou relaxamento a este vetor. Se tomado isoladamente, podemos afirmar que cada plano é composto por tempos independentes. É, dentro desta perspectiva artificial, uma unidade autônoma, não chegando a ser diegética em sua origem (ou em sua captação).

Este é o sistema fundamental das teorias que consideram e relacionam as três dimensões temporais clássicas e interdependentes que compõem o audiovisual. Para fazer avançar nossa tese, necessitamos aqui nos voltarmos à técnica para compreendermos os processos que fabricam o tempo artificial da montagem. No cinema tradicional pousado⁷, por exemplo, pela própria natureza do suporte fílmico, a captação de imagens ocorre não condizentemente com o sequenciamento observado ao assistirmos à obra montada, porque as imagens são registradas de forma fragmentária, num processo chamado de *take a take*⁸. Assim, de recorte espaço-temporal em recorte espaço-temporal, cada fragmento é captado isoladamente, conforme uma agenda de gravações que tem lógicas próprias (disponibilidade dos atores, ambientação das locações, condições climáticas, etc.) para posterior ordenação, através dos cortes e colagens⁹. Sobre este processo, Tarkovski nos fala que:

É esta a minha concepção de uma seqüência fílmica ideal: o autor roda milhões de metros de filme, nos quais, sistematicamente, segundo após segundo, dia após dia e ano após ano a vida de um homem é acompanhada e registrada, por exemplo, do nascimento até a morte, e de tudo isso aproveitam-se apenas dois mil e quinhentos metros ou uma hora e meia de projeção. (Um bom exercício de imaginação é pensar nesses milhões de metros indo parar nas mãos de vários diretores, para que cada um montasse o seu próprio filme – a que resultados diferentes chegariam!) (TARKOVSKI, 1998, p. 73-74).

Dentro da técnica expressiva do audiovisual, a montagem é parte fundamental. A manipulação de tempos e dimensões é algo inerente, sendo um marco no desenvolvimento do próprio cinema,

⁶ Tomada ou *take* é o intervalo entre o ligar e o desligar a câmera. Chama-se “material bruto” o fruto da tomada ainda não “podado” ou preparado para a montagem propriamente dita

⁷ Atores pousando e representando uma estória de ficção.

⁸ *Take a take* é o processo no qual se utiliza apenas uma câmera e as imagens são captadas de forma sequencialmente fragmentária para posterior ordenação na montagem.

⁹ Processo modernamente chamado de pós-produção ou edição.

caracterizando este meio de forma axiomática. Ainda sobre a montagem, Murch nos diz que:

a descoberta, no início do século XX, de que alguns tipos de corte “funcionavam” levou-nos quase imediatamente à descoberta de que os filmes poderiam ser filmados descontinuamente, o que foi o equivalente cinematográfico da descoberta do voo. Na prática, os filmes não seriam mais (de) limitados pelos fatores tempo e espaço (MURCH, 2004, p.19).

Por exemplo, em um diálogo com cortes, clássico no cinema, entre duas personagens, temos um plano e um contraplano, no qual o(s) objeto(s) cênico(s) alterna(m) espaços simétricos, oposto ou espelhado no quadro, segundo um eixo. A captação das imagens de cada ator (situado em um dos planos) ocorre em momentos diversos. Na montagem, estes tempos se sequencializam artificialmente formando uma continuidade enunciatória. Tecnicamente, cria-se assim o tempo de enunciação, podendo haver, motivados pela proposta diegética, deslocamentos de tempo ou espaço, sendo que “o deslocamento da imagem não é contínuo, mas também não é uma mudança de contexto” (MURCH, 2004, p. 18), pois a percepção interage com o tempo enunciatório, a memória complementa o que falta no filme, que se torna coerente ao espectador, porque nossa percepção encadeia logicamente o que nos é apresentado no tempo enunciatório.

Assim, são produzidas tanto relações espaço temporais quanto compositórias que, no mínimo, sugerem relações de espaço e tempo nos planos, dentro deles e entre os sucessivamente colados. Deste modo, o tempo enunciatório pode se tornar tão ou mais artificial do que o diegético, pois resulta desta articulação métrica (metros de película) de tempos cortados e colados (o que se corta e cola é a película¹⁰). É é nesta articulação espacial das “dimensões/tempos” que encontramos um dos conceitos clássicos de ritmo: nas relações de quantidades de informação diegética percebidas em um intervalo de tempo enunciatório. Martin (1985) explica nos seguintes termos:

o ritmo nasce da sucessão dos planos conforme suas relações de duração [como intervalo de tempo] (que, para o espectador, é a impressão

de duração determinada tanto pela duração real do plano quanto por seu conteúdo dramático [diegese], mais ou menos envolvente) e de tamanho (que se traduz por um choque psicológico tanto maior quanto mais próximo for o plano). [...] O ritmo, portanto, é uma questão de distribuição métrica e plástica (MARTIN, 1985, p. 144).

Até aqui, podemos resumir a discussão sobre as dimensões temporais e dizer que num filme existem, conforme os autores, três tempos: o diegético ou relativo ao tempo sugerido pela mensagem ou intrínseco nela (tempo do enunciado), o do tempo enunciatório, correspondente ao intervalo de tempo (metragem) em que o material é exibido e o da percepção ou perceptório, que depende da duração do espectador e das condições da recepção, bem como da natureza do meio ou o suporte através do qual se tem acesso à enunciação.

Daí a conclusão de que o ritmo no audiovisual constitui-se destas relações predominantemente espaciais entre o todo temporal enunciatório, as partes temporais diegéticas e a percepção. Tradicionalmente, esta tríplice noção tem seus pontos de interseção nos instantes do corte e da colagem, ou seja, nos procedimentos de finalização, edição, pós-produção ou montagem.

O tempo enunciatório relaciona-se com o tempo métrico dos planos, das seqüências, do filme. O tempo da percepção é variável e indetectável, pois, além de atrelado à duração de cada um dos espectadores, depende do meio e do suporte¹¹ utilizados e suas respectivas durações; e o tempo diegético, que se vincula às intenções do roteiro e da produção, sendo que para quase a totalidade dos autores pesquisados trata-se, na articulação desses tempos, de produzir um ritmo, definido como algo cuja única função é a de manter a atenção do espectador, no filme ou em qualquer outro audiovisual, como um todo ou em certos planos em especial.

Martin explica que:

se cada plano for cortado exatamente no momento em que diminui a atenção, sendo substituído por outro, o espectador permanecerá constantemente atento, e diremos que o filme *tem*

¹⁰ Atualmente, se utiliza muito mais o computador para pós-produção. Entretanto, o resultado final obtido não deixa de ser uma colagem de cortes.

¹¹ Existem diferenças entre assistir a um filme na TV ou no cinema, pois nosso tempo de percepção é alterado em função do espaço exposto e da temporalidade inerente ao próprio meio.

ritmo. O que chamamos de ritmo cinematográfico não é, portanto, a mera relação de tempo entre os planos, é a *coincidência entre a duração de cada plano e os movimentos de atenção que desperta e satisfaz* (MARTIN, 1985, p. 148).

Tomando como base esta afirmação, e considerando dois movimentos (que se desenrolam em curvas ascendentes e descendentes de tensão) - um que descreve as variações na atenção do espectador e outro que exhibe os planos novos -, pode-se deduzir que a eficiência do ritmo produzido estaria nesta interseção dos movimentos no pico das curvas que cada um gera. Ou seja, ao início da descida da curva de atenção, a de novidade motivadora deveria assumir a direção, interceptando-a num “ponto ideal”.

O paradigma audiovisual pode ser quase resumido assim: seleção e recortes de espaços que criam tempos métricos que sugerem tempos diegéticos. A articulação eficiente destes parâmetros na montagem define o quão atrativa pode ser uma obra.

Entre os pioneiros encontramos Sergei Eisenstein (2002 a), que apresentou cinco¹² categorias fundamentais de montagem: métrica, rítmica, tonal, atonal e intelectual. Este autor buscou articular a relação entre os tempos enunciatório e diegético sob a perspectiva da percepção do enunciado, e procurou-se interpretar tais posicionamentos teóricos em função das dimensões do tempo.

Sobre o fundamento da *montagem métrica*, o autor diz que:

são os *comprimentos absolutos* dos fragmentos. Os fragmentos são únicos de acordo com seus comprimentos, numa fórmula esquemática correspondente à do compasso musical. A realização está na repetição destes “compassos”. A tensão é obtida pelo efeito da aceleração mecânica, ao se encurtarem os fragmentos, ao mesmo tempo preservando as proporções originais da fórmula (EISENSTEIN, 2002a, p. 79).

Na montagem métrica, se atribui regularidade cíclica semelhante à do arcabouço melódico-rítmico em uma música. Contudo, no caso, há uma desvinculação entre os tempos diegético e da percepção, pois estes dois convergirão com o tempo enunciatório. O

veter enunciatório se torna o comando, o que conduz a percepção. O ritmo criado assemelha-se ao das batidas do relógio, sendo o intervalo de tempo do plano apenas um espaço métrico na película filmica.

O que o autor chama de tensão¹³ é o efeito causado pelo corte ao suprimir informações ainda necessárias ao receptor: há um conflito entre o tempo enunciatório e o necessário à percepção. No caso, a informação do plano A que foi suprimida pelo corte deveria ser suprida pelo plano B que não a fornece de fato, precisando ser imaginada ou aguardada pelo espectador. A tensão está neste vazio informacional.

Este tipo de montagem pode ser encontrado e é utilizado em sequências de contextualização ou meramente ilustrativas, como as que iniciam um filme, mostrando, por exemplo, imagens da cidade onde ocorrerá a trama, no caso de trabalhos narrativos. Neste caso, a montagem métrica pode não produzir tensão alguma, mantendo seu ritmo constante, com os três vetores fundamentais de tempo inertes, bem como pode produzir relaxamento em determinados momentos, quando a informação é quase que totalmente captada e digerida pela percepção, pois seu tempo foi mais do que o suficiente para a captação da mensagem. Filmes do gênero suspense também podem utilizar de tal recurso na montagem, ao suprimirem simplesmente informações do plano, cortando para outro, criando o “suspense” a partir da demanda de tempo perceptório, na busca da informação de um vulto ou de um espaço compositório cortado bruscamente. O corte centra-se no tempo enunciatório do plano, não estando relacionado aos elementos internos de forma direta.

Segundo o próprio Eisenstein, no caso de propostas onde exista relação direta entre os objetos do quadro e o tempo diegético, a montagem métrica tornar-se-ia ineficiente e imprecisa, pois o tempo de enunciação (dimensão predominante) se imporia sobre o diegético (como sempre acontece neste tipo de montagem), corrompendo-o.

Por isto, dependendo da proposta, existe a possibilidade de se variar o espaçamento entre os cortes em função não de uma periodicidade mecânica,

¹² Existem algumas outras que não encontramos relevância para a presente pesquisa.

¹³ Conceito importante aqui tratado em contrapartida a relaxamento. Responsável pela atenção do espectador e qualificador do ritmo no audiovisual.

mas da necessidade adicional de informações no próprio plano, na temporalidade de seus objetos imageticamente compostos. Assim, o *ato do corte* passa a relacionar-se com esta necessidade fundamental da manutenção da atenção de seu espectador em função da ausência funcional de digerir informações. Segundo Dancyger¹⁴,

a quantidade de informação visual em um plano, em geral, determina sua duração [15]. Um plano geral, o qual tem mais informação visual do que um *close up*, será mantido por mais tempo para permitir que o público absorva a informação. Se a informação é nova, é apropriado permitir que o plano continue mais tempo para que o público se torne familiarizado com o novo meio. Planos em movimento [16] são, geralmente, mantidos na tela mais do que imagens paradas para permitir que o público absorva a informação visual alternada (DANCYGER, 2003, p. 383).

E este é o princípio da *montagem rítmica*, teorizada por Eisenstein ao dizer que:

o comprimento real não coincide com o comprimento matematicamente determinado do fragmento de acordo com uma fórmula métrica. Aqui, seu comprimento prático deriva da especificidade do seu fragmento, e de seu comprimento planejado de acordo com a estrutura da sequência. [...] A tensão formal pela aceleração é aqui obtida abreviando-se os fragmentos não apenas de acordo com o plano fundamental, mas também pela violação deste plano (EISENSTEIN, 2002a, p. 80-81).

Na montagem rítmica se estabelece uma relação tensa entre as dimensões dos tempos diegético e enunciatório¹⁷. O tempo de exposição de um plano entre os seus cortes extremos varia de acordo com seu conteúdo, não mais sendo apenas unidades constantes e previsíveis. Foca-se mais na sequência de planos como um todo, e não mais no plano como unidade espaço temporal, chegando à manipulação do comprimento dos planos em função da proposta sequencial. Esta categoria de montagem é muito utilizada em sequências onde o tempo enunciatório é estendido a fim de valorizar e/ou enfatizar o tempo diegético que, complementarmente, é reduzido quase

que de forma proporcional direta. Um exemplo muito comum pode ser encontrado em filmes com suspense, nos quais uma catástrofe está prestes a acontecer em um intervalo de tempo mencionado diegeticamente que acaba sendo menor do que o próprio “comprimento” do tempo enunciatório. Podem ser utilizados planos intercalados ou simplesmente se modificar seu detalhamento temporal ou suas *velocidades de descrição*¹⁸ do movimento na imagem, representando-as de forma estendida ou comprimida no tempo enunciatório.

3. Referências Bibliográficas

ALENCAR, José de. **Iracema**. Disponível em: http://www.cpv.com.br/cpv_vestibulandos/dicas/livros/iracema.pdf, acessado em 02/02/2018.

DANCYGER, Ken. **Técnicas de edição para cinema e vídeo**. São Paulo: Elsevier, 2003.

EISENSTEIN, Sergei. **A forma do filme**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LOTTERMANN, Silvana S. **A presença do narrador no texto literário**, disponível em http://www.univates.br/files/files/univates/editora/arquivos_pdf/revista_signos/ano30_n1_2009/3_A_presen_.pdf

MURCH, Walter. **Num piscar de olhos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

TARCOVSKI, Andrei. **Esculpir o tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

¹⁴ O autor é um diretor que escreveu um manual que se chama *Técnicas de edição para cinema e vídeo*, amplamente utilizado nos cursos de formação específica e que faz uma releitura aplicada das teorias de Eisenstein.

¹⁵ No sentido de intervalo de tempo e não de tempo puro.

¹⁶ À frente entenderemos o porquê.

¹⁷ Por isto, ritmo tradicionalmente se relaciona com a articulação dos tempos diegético e enunciatório.

¹⁸ Câmera lenta ou acelerada.



A PARADIPLOMACIA TRANSFRONTEIRIÇA: REALIDADE E PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL – BOLÍVIA E BRASIL – PARAGUAI

ELA RAINNE FEITOZA NASCIMENTO¹

RESUMO

A paradiplomacia é um fenômeno recorrente nas relações internacionais contemporâneas. Em especial, a paradiplomacia transfronteiriça - desenvolvida entre governos subnacionais mediante relações de cooperação entre as localidades vizinhas - é utilizada para a tratativa de problemas comuns ou impulsionamento das potencialidades locais. Posto isso, este artigo tem como objetivo discutir a realidade contemporânea e perspectivas para as atividades de paradiplomacia nas regiões de fronteira entre Puerto Quijarro/Puerto Suárez (Bolívia) – Corumbá (Brasil) e Ponta Porã (Brasil) – Pedro Juan Caballero (Paraguai). A investigação é de caráter documental, bibliográfico e qualitativo (neste pormenor, suportada, sobretudo, por pesquisa de campo). Para tanto, discutem-se as peculiaridades da paradiplomacia realizada nessas fronteiras, com atenção ao processo de fronteirização que tem impactado significativamente a dinâmica desses territórios. Conclusivamente, são sugeridas recomendações para o fortalecimento das atividades de paradiplomacia, com atenção à dinâmica operante em cada uma desses territórios.

Palavras-Chave: Paradiplomacia. Fronteira. Paradiplomacia Transfronteiriça.

THE TRANSFRONTIER PARADIPLOMACY: REALITY AND PERSPECTIVES OF RELATIONS BETWEEN BRASIL – BOLIVIA AND BRASIL – PARAGUAY

ABSTRACT

Paradiplomacy is a recurrent phenomenon in contemporary international relations. Specially, the cross-border paradiplomacy - developed through the cooperation between neighboring localities, is used to the dealings of common problems or for the boosting of local capabilities. Having said that, this article aims at discussing the contemporary reality and prospects for the activities of paradiplomacy in the border areas between Puerto Quijarro/Puerto Suárez (Bolivia) - Corumbá (Brasil) and Ponta Porã (Brasil) - Pedro Juan Caballero (Paraguay). The investigation has a documentary, literary and qualitative character (this last detail, supported mainly by field research). Therefore, peculiarities of paradiplomacy held at these borders are discussed, with attention being given to the bordering process that has greatly impacted the dynamics of these territories. Finally, recommendations for strengthening paradiplomacy activities in border territories are suggested, paying attention to the operating dynamics in each of these regions.

Keywords: Paradiplomacy. Frontier. Transborder Paradiplomacy.

1. Introdução

A paradiplomacia, propriamente dita, tem como objeto de estudo os governos subnacionais

(SALOMÓN, 2011). Isso implica na capacidade e competência desses atores revestidos de governança (GARCIA, 2014) para uma atuação externa com fins de projeção global. Desse modo, a paradiplomacia é

¹ Acadêmica do Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/ UFMS. E-mail: rainne_1000@hotmail.com.

utilizada com diversos objetivos, tais como, promoção da cultura e turismo local, internacionalização das empresas locais, projeção das autoridades locais, tratativa de problemas comuns, dentre vários outros intentos.

No entanto, quando se trata em grande parte da realidade das regiões de fronteira, a paradiplomacia adquire características peculiares que se distanciam das práticas realizadas por atores cujas instituições são suficientemente sólidas e competentes para ganharem influência nas relações internacionais, tendo como exemplo a atuação externa das chamadas cidades globais (RIBEIRO, 2009) (SASSEN, 2005). Nesse sentido, a chamada paradiplomacia transfronteiriça (DUCHACEK, 2001) atende a necessidade local, *a priori*, utilizando as ações que visam suprir as lacunas do Estado pela falta de políticas públicas nessas regiões.

Em se tratando da importância da paradiplomacia transfronteiriça, pode-se afirmar que por constituir núcleo(s) menor(es) de decisão, há maior efetividade e agilidade nos processos de concretização das políticas (ODONNE; VÁZQUEZ, 2015a); além de viabilizar a comunicação entre as instâncias subnacionais já que compreendem articulações de “políticas de baixo”, contemplando interesses locais que dificilmente seriam articulados pelas linhas da política externa nacional. E ainda, as atividades de paradiplomacia envolvem relações de cooperação horizontal que instigam um engajamento de seus atores locais, entendidos como promotores do desenvolvimento dos territórios e, sobretudo, são oportunas para aproveitar a convivência diária com a população do outro lado da fronteira, permitindo que se vislumbrem facilidades/benefícios/problemas presentes em cada território que possam estimular os interesses de ambos os lados nos processos de cooperação.

Nesse sentido, o estudo tem objetivo de discutir as peculiaridades da paradiplomacia realizada na fronteira, com atenção à dinâmica operante em cada uma das seguintes regiões: Puerto Quijarro/Puerto Suárez (Bolívia) – Corumbá (Brasil) e Ponta Porã (Brasil) – Pedro Juan Caballero (Paraguai). Por último,

são feitos breves apontamentos em forma de recomendações para perspectivas de aprofundamento das relações de paradiplomacia transfronteiriça nos dois territórios fronteiriços em foco.

A pesquisa é de caráter documental e bibliográfica, suportada por pesquisa de campo realizada mediante conversas informais (com análise qualitativa destas informações) de agentes que promovem iniciativas de cooperação na fronteira e são representantes de departamentos públicos, instituições privadas e do comércio local nas regiões estudadas.

O desafio é pensar de que forma as práticas paradiplomáticas pontuais desenvolvidas nessas fronteiras podem caminhar no sentido de aprofundarem suas relações de paradiplomacia transfronteiriça. Isto é, refletir a respeito de uma perspectiva de democratização da fronteira com o engajamento dos atores locais na construção de projetos com processos mais maduros, por meio de alianças estratégicas (GALLICCHIO; CAMEJO, 2005).

2. A Paradiplomacia nas Relações Internacionais: Conceito, Características e Desdobramentos

O termo paradiplomacia foi empregado, pela primeira vez, pelo basco Panayotis Soldatos (2001) para discutir a respeito das atividades internacionais realizadas pelos entes subnacionais de diferentes Estados. Duchacek (2001) afirma que a paradiplomacia indica uma capacidade subsidiária, referindo-se às ações externas complementares dos governos subnacionais para busca de interesses locais. Para melhor compreensão,

A paradiplomacia pode ser definida como o envolvimento de governos não-centrais nas relações internacionais por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (*ad hoc*), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como quaisquer outras dimensões de suas competências constitucionais (CORNAGO PRIETO, 2004, p. 251).

Apesar da paradiplomacia possuir, em grande parte, objetivos econômicos², os entes não-centrais

² Bons exemplos são os investimentos realizados na infraestrutura para a criação do corredor que liga os centros de Quebec e Nova York para intensificar suas relações comerciais. Além das

relações comerciais entre Quebec e Paris realizadas desde 1889 (DUCHACEK, 2001).

(estados-membros, municípios, províncias, departamentos, regiões, Länder, etc.) também utilizam a paradiplomacia para outros fins. Dentre eles estão: a projeção de autoridades locais; busca de soluções bilaterais parciais; missões políticas; internacionalização de empresas locais; promoção das dinâmicas migratórias e fluxos turísticos; estímulo ao compartilhamento de serviços; busca de mercados alternativos; solução para problemas ambientais, etc. Essas são algumas das motivações que alimentam a utilização dos instrumentos paradiplomáticos.

Quando realizada nos territórios fronteiriços, a paradiplomacia adquire características e fins peculiares dessas regiões constituindo-se como um recurso bastante viável a ser utilizado para solucionar/amenizar problemas ou impulsionar capacidades numa perspectiva de atuação internacional. A esse respeito, Duchacek (2001) discute a paradiplomacia transfronteiriça – *transborder regional Paradiplomacy* – que costuma ser utilizada para atender os objetivos de suprir a falta/insuficiência de políticas públicas:

Currently, transborder regional paradiplomacy manifests itself by various co-operative contacts across a national boundary crossing by migrants and immigrants; the legal movement of manufactured goods; prevention of smuggling: shipments of stolen goods, drug traffic and excessive purchases across the border [...]; the management of water resources; problems of pollution (acid rain, Mediterranean fly, etc.) energy transfers (gas and hydroelectric power as between Quebec, New York, and New England states); civil defense; sewage; prevention of natural disasters, such as fires in border forests or twins cities, and flooding; various border manufacturing and/or ecological ventures such as the co-operative framework [...]. All these formal and informal arrangements have clearly resulted from and now reflect the ever-increasing permeability of inter-sovereign national boundaries (DUCHACEK, 2001, p.20)³.

³ Atualmente, a paradiplomacia transfronteiriça regional manifesta-se por vários contatos de cooperação de migrantes e imigrantes na linha de fronteira; o movimento legal de bens manufaturados; prevenção do contrabando: as transferências de bens roubados, tráfico de drogas e compras excessivas pela fronteira [...]; a gestão dos recursos hídricos; problemas de poluição [...] transferências de energia (gás e energia hidrelétrica entre Quebec, New York, e os estados da Nova Inglaterra); defesa Civil; esgoto; prevenção de desastres naturais, como os incêndios em florestas localizadas na fronteira ou cidades gêmeas, e inundações; bens manufaturados e/ou empreendimentos ecológicos tal

A paradiplomacia transfronteiriça ocorre entre os governos subnacionais de localidades vizinhas; logo, possuem proximidade geográfica para tratativa de problemas que são puramente locais e impactam especificamente aquela região de fronteira (DUCHACEK, 2001). No entanto, a vizinhança, por si só, não traz consigo a harmonia das políticas entre os atores locais da fronteira, como uma realidade dada ou fatídica: *“It would be wrong, of course, automatically to credit any neighborhood with inherent harmony: closeness between individuals, regions, and nations sometimes does invite trust and co-operation, but at other times distrust and competition”* (DUCHACEK, 2001, p.22)⁴.

Portanto, é mister considerar que sobre as fronteiras incide um comportamento transversal, versátil, poroso, com deslizamentos, cuja relação com o “outro” é tanto de alteridade quanto de acolhimento, como será visto adiante.

3. A Conjuntura Operante nas Relações de Cooperação entre Ponta Porã - Pedro Juan Caballero e Corumbá – Puerto Quijarro e Puerto Suárez

De maneira geral, é possível observar que sobre as fronteiras existem três condicionamentos que, diferentemente de outros lugares, interferem na dinâmica de suas relações de cooperação. Tais fatores (ou condicionamentos) reforçam o pensamento de que a vizinhança por si só não deve ser caracterizada como elemento que une as populações dos dois lados da fronteira (DUCHACEK, 2001).

O primeiro é a sobreposição de uma ordem mundial que dita a velocidade e o quantum dos fluxos globais de capitais sobre as fronteiras. Sendo essas últimas os pontos nodais de materialização dos fluxos, a agilidade (ou lentidão) imposta leva, inopinadamente, a ascender ou a recrudescer a vida econômica do lugar, com poder de tanto engendrar novas e

como se configura a estrutura cooperativa transfronteiriça [...] Todos esses acordos formais e informais são claramente resultantes de um novo e crescente reflexo da permeabilidade das fronteiras das soberanias nacionais (DUCHACEK, 2001, p.20) (TRADUÇÃO LIVRE).

⁴ Seria errôneo, certamente, automaticamente creditar qualquer vizinhança com harmonia inerente: a proximidade entre indivíduos, regiões, e nações em alguns momentos estimula confiança e cooperação, mas noutros, desconfiança e competição (DUCHACEK, 2001, p.22) (TRADUÇÃO LIVRE).

saudáveis práticas cotidianas, novas e destacadas funções regionais, como novos e perigosos riscos capazes de macular o território. O que interfere diretamente na dimensão produtiva do território fronteiriço. A aposição derivada dos fluxos mercadológicos desta ordem dá-se mediante a combinação de legislações previamente acordadas.

Após o início deste século, especialmente depois dos acontecimentos “do dia 11 de setembro” nos Estados Unidos da América, há um recrudescimento do discurso de globalização econômica de um “mundo sem fronteiras”. Tal fato vem afetando inadvertidamente as fronteiras: se antes havia uma perspectiva de dinamização de todos os territórios com maior contato (um tipo de *debordering*), agora, há um manifesto de seletividade com delimitações programadas elegendo determinadas fronteiras como pontos-eixos por onde é possível convergir um “trânsito monitorado” para um fluxo seguro de mercadorias RÜCKERT; CAMPOS; SUPERTI; PORTO, 2014).

Essa condição tem prestigiado determinadas lindas – como Uruguiana-Pasos de Los Libres e Corumbá⁵ com Puerto Quijarro – enfraquecendo um conjunto de outras cidades fronteiriças. Uma espécie de *rebordering* (fechamento) vem se fortalecendo e re-verberando para outros territórios fronteiriços.

Em especial, as fronteiras – brasileiras, sobre muito – estão sob a égide da condição de serem latino-americanas. Ou seja, há sobre elas uma conformação latino-americana de consistência bastante complexa, cuja abordagem conduz necessariamente à determinação de possuir multiculturalidade, descompassos éticos, contradições geopolíticas e interesses nacionais divergentes, suscitando, simultaneamente, coesão e conflitos, desigualdade e insegurança; instrumentos que, por sua vez, são constituintes da dimensão sociocultural e política do território. Vale lembrar que:

En lo que concierne a América Latina, cerca de 27% de la longitud de sus fronteras – 11 860 Km – ha surgido de esta circunstancia [resultado das

guerras], ya sea directamente, por el hecho de la victoria de una de las partes, o indirectamente, como producto de tentativas militares indecisas (ROCHFERT, 2002, p. 18)⁶.

Tal conformação impacta decisivamente sobre os fatos que ocorrem nas fronteiras: quão mais habitadas estiverem, mais fortes serão suas expressões. Os padrões que as regem são os axiomas dados pela afluência de culturas, conflitos, processos e factualidades que arranjam sua condição geográfica.

Ponta Porã com Pedro Juan Caballero refletem, sintomaticamente, até hoje, os reflexos da Guerra do Paraguai (palco de sua finalização), assim como o fato de o Paraguai ser grande produtor de *Cannabis sativa*. Da mesma forma, a fronteira de Corumbá com Puerto Suárez e Puerto Quijarro respondem pela condição da Bolívia ser um estado plurinacional, e também pelo fato desta nação ser o terceiro maior produtor de cocaína do planeta. No âmbito dessas sensíveis relações se alargam os horizontes diplomáticos, e a paradiplomacia também acha terra fértil para interações amiúdes, embora apareçam com menor ímpeto.

Além disso, é sabido que a fronteira do Brasil com a Bolívia está sob forte pressão do Corredor São Paulo - Santa Cruz, por onde transitam mais de US\$ 100 milhões/mês (sem considerar as importações de gás realizadas pelo lado brasileiro) (FREITAS, 2013). Trata-se de uma “fronteira escolhida” para transação de mercadorias dentro do contexto do *rebordering* existente, com forte relação com o comércio *export-import* e com o setor mineral. Já a conurbação de Ponta Porã - Pedro Juan Caballero está ligada, indiretamente, ao Corredor Paranaguá-Asunción como axial de reexportação. Em ambos os casos, estas redes econômicas desdobram-se no território em formato de enclaves e exclaves econômicos específicos, robustamente decorrentes do nível e do grau de interferência dos fluxos de capitais dados pela dinâmica (externalidades variantes) daqueles corredores e que

⁵ O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) subdivide a extensa região de fronteira brasileira em três subcategorias ou arcos (Central, Sul e Norte), sendo que o Mato Grosso do Sul (MS), estado onde está situada a cidade de Corumbá, está inserido no Arco Central, juntamente com os estados do Mato Grosso (MT) e de Rondônia (RO) (BRASIL, 2010).

⁶ No que diz respeito à América Latina, cerca de 27% do comprimento de suas fronteiras - 11.860 quilômetros - surgiram a partir desta circunstância [resultado das guerras], seja diretamente, pela vitória de uma das partes, ou indiretamente, como resultado de tentativas militares hesitantes (Rocheftort, 2002, p. 18) (TRADUÇÃO LIVRE).

diretamente se reportam ao comportamento da lógica mundial.

Considerando as determinantes advindas da atual conjuntura brasileira (crise política e econômica), é sabido que a reexportação está em baixa e as exportações favoráveis; desta feita, a fronteira de Corumbá com a Bolívia, sob estes termos, se beneficia mais do momento atual que a fronteira do Paraguai com Ponta Porã. Isto é, as intervenções paradiplomáticas de cooperação econômica provavelmente oscilarão, doravante, em conformidade com as dinâmicas sobrevividas deste arranjo. O condimento “conformação latino-americana” é um assunto deveras apimentado ao cardápio fronteiriço. O fato da Bolívia ser um “Estado Plurinacional” (de direito e de fato) anima um conjunto de etnias com comportamento cultural e linguístico muito diversificado que povoa a fronteira Brasil-Bolívia, bem como, a produção de cocaína daquele país transforma a fronteira num caminho natural de passagem desta substância. Tanto um caso como o outro conectam a região a um ambiente desconcertante de atributos inverídicos, pobreza midiática e preconceitos.

Na fronteira Brasil-Paraguai, ao mesmo tempo, existem, também, grandes hiatos entre o comportamento dos pontaporanenses e dos pedrojuaninos. Contudo, há que se lembrar a presença de ambos submetidos à exploração da economia ervateira até a metade do século passado. Tal fato forçou-os à construção de pontes de aproximações e entrelaçamentos, facilitando na atualidade alguns propósitos de ajuntamento programático; sendo assim, uma grande vantagem. Porém, o Paraguai é o maior produtor de Cannabis⁷ e o maior fornecedor de cigarros para o contrabando da América do Sul, tornando toda fronteira sul do Mato Grosso do Sul submetida às diversas formas constrangedoras de descaminhos, contrabando, controle e vigilância. Como efeito, tais fatos comprometem a imagem daquele território.

Cada um desses e outros fatos, de modo geral e específico, interferem na composição orgânica do território, modelam por diversos meios a forma e a estrutura, interferem proporcionalmente na função

socioeconômica e impõem limites às continuidades dos processos de articulação.

Essas “deseconomias” e externalidades rebatidas nessas fronteiras são impossíveis de se desconsiderá-las na consecução de projetos de qualquer natureza, inclusive de projetos de paradiplomacia transfronteiriça. E, por fim, um processo de refrenteirização convergente – posicionado pela dimensão territorial e produtiva da fronteira. Trata-se de um procedimento contínuo de interação social e intercâmbio econômico, cooperação, inclusão e exclusão. Acontece enquanto “fronteira como instituição” (NEWMAN, 2006), ou quando se caminha na destruição da condição “alienada” e sustenta formas de “interdependência”, “coexistência” e “integração” – emprestando as categorias de Martínez (1994). Ou ainda, quando sai da posição de “distante” ou “protocolar” para a posição de “vibrante” conforme categorias de Oliveira (2015a).

Aqui, esse termo possui similitudes com a transfronteirização aludida por Rückert, Campos, Supteri e Porto, pois são percebidas “[...] como diferenciações territoriais emergentes [...] entendidas como mutáveis, móveis e fluidas que passam por constantes processos de abertura/fechamento (“debordering/rebordering”)" (2014, p. 102).

Esse processo possui internamente um conjunto de vantagens e confere à fronteira uma condição especial que, inclusive, sobrepõe com extraordinária diferença em relação aos outros ambientes não fronteiriços. É o processo de fronteirização que consolida na fronteira - conurbada ou semi-conurbada, casos das fronteiras aqui estudadas - a condição de que haverá um dos lados como agente dinâmico, propulsor do desenvolvimento, enquanto o outro lado se posiciona como agente consorciado. Por mais que haja uma crise que abarque as duas nações das cidades fronteiriças, ou mesmo, ainda que o crescimento esteja posto às nações simultaneamente, as assimetrias e o processo de fronteirização do lugar possibilitarão que um lado da fronteira esteja mais dinâmico em relação ao outro. Esses lados se alternam em consonância com os abalos provocados, em especial, pela lógica conjuntural⁸.

⁷ Produção maior entre os Departamentos de Canindeyu e Amambay, ambos na fronteira com Mato Grosso do Sul.

⁸ Enquanto a conjuntura eventualmente interfere no cotidiano não fronteiriço, na fronteira seu impacto é imediato; confere Pébayle (1994) que esta lógica conjuntural (câmbio, acordos

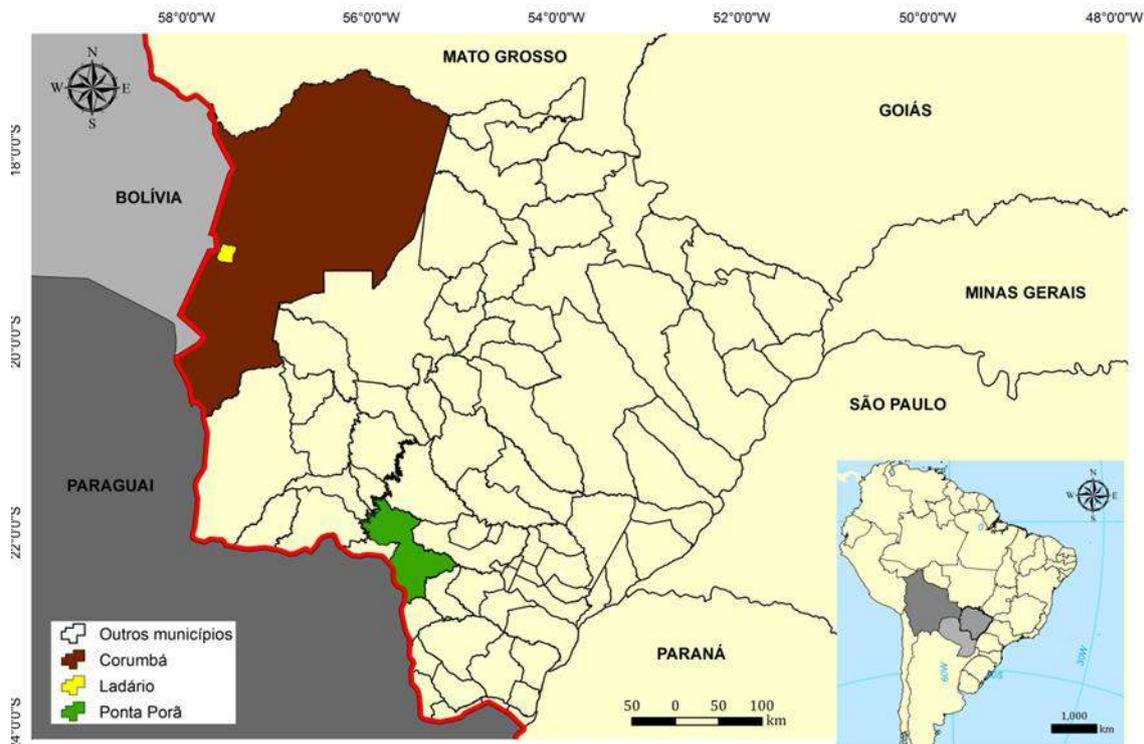


Figura 1. Mapa de localização da fronteira entre o estado de Mato Grosso do Sul (Brasil), Bolívia e Paraguai.
 Fonte: Laboratório de Geografia/UFMS (Elaboração: Elias Rodrigues da Cunha, 2016)

Sobre todas essas peculiaridades apresentadas pelos territórios fronteiriços, a paradiplomacia passa a ser um recurso viável para tratar dos problemas, impulsionar capacidades e negociar conflitos, numa perspectiva de performance em um espaço de paisagem confluyente com sua condição⁹.

A minimização/solução dos problemas da fronteira ou o desenvolvimento de suas potencialidades são incapazes de serem promovidos apenas por um agente e, em se tratando de fronteiras, especialmente aquelas conurbadas, é imprescindível a comunicação entre os atores territoriais de cultura, língua, leis, comportamentos diferentes, no sentido de compartilhar aspirações e ações que impulsionem o desenvolvimento da região. Nessa perspectiva, a paradiplomacia apresenta-se como ferramenta a serviço da cooperação transfronteiriça, tendo em vista a necessidade de existir um núcleo de atores locais

representados por ambos os lados da fronteira, utilizando o poder por meio do consenso mútuo para sensibilização e conversão de esforços em ações que atendam as demandas locais.

Como já dito, nas regiões de fronteira, a paradiplomacia costuma ser utilizada para atender objetivos típicos de uma região carregada de contradições, geralmente marcada pela insuficiência ou ineficácia das políticas públicas.

O fato de existirem relações paradiplomáticas na fronteira, em maior ou menor medida, também podem indicar que tais práticas sejam utilizadas como um instrumento para intensificar as externalidades de proximidade (Cf. TORRE, 2003), ou estabelecer parâmetros associativos de convivência. À guisa de exemplo, acordos paradiplomáticos foram aplicados com algum êxito nas fronteiras estudadas, como: o “Acordo

bilaterais, crise política, etc.) é que possibilita o verdadeiro dinamismo da região de fronteira. A conjuntura coloca-se, desta forma, como elemento indispensável para caracterizar e depreender o processo de fronteirização, a conformação latino-americana e os impactos da ordem mundial.

⁹ As características locais da fronteira se tornam o aspecto dominante da paisagem cultural local. A paisagem de fronteira é uma parte do paradigma paisagem-territorialidade. Na verdade, o conceito de paisagem surge do percebido” (SANGUIN, 2015, p. 390).

Fronteira Limpa¹⁰; o “Projeto Revitalização da Linha Internacional”¹¹. E mais: o Programa de Preservação das Águas Internacionais do Rio Apa¹²; as negociações para constituição de acordos de segurança sanitária¹³ entre o estado de Mato Grosso do Sul (Brasil) e o departamento de Santa Cruz de La Sierra (Bolívia); a realização de cerimônias não-protocolares¹⁴ entre Corumbá (Brasil), Ladário (Brasil) e Puerto Suárez (Bolívia), Puerto Quijarro (Bolívia); reuniões entre representantes bolivianos e brasileiros para discussão de assuntos voltados para a cooperação transfronteiriça¹⁵. Além de acordos de cooperação entre as instituições fazendárias (para desembarço aduaneiro) e pactos estabelecidos entre as forças de segurança e defesa para compartilhamento de informações e ações programadas, entre outras¹⁶.

Ainda, dois fatos interessantes, embora pontuais, devem ser lembrados. Primeiro, a realização de uma espécie de consórcio nos anos 2000 entre as prefeituras de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, em que esta destinou pedras para a construção de bens públicos daquela e, em troca, a população pedrojuanina pode receber atendimentos médicos pelo lado brasileiro. Segundo a conduta da prefeitura de Ponta Porã com o emplacamento das motocicletas de origem paraguaia realizado sem qualquer respaldo dos governos centrais do Paraguai ou do Brasil para esta prática. Muitos compromissos são firmados na fronteira, embora, majoritariamente, esses contratos firmados entre os atores locais sejam passíveis de contestações. Tais fatos reforçam a ideia de que as

necessidades cotidianas na fronteira fazem com que esta assumam uma dinâmica própria que foge aos moldes de seus governos centrais.

Sem dúvida, existem ainda muitos obstáculos desafiadores ao avanço das práticas paradiplomáticas nas duas regiões de fronteira em foco: falta de fomento dos governos centrais para impulsioná-las, falta de qualificação de pessoal e planejamento estratégico que sobreviva às alternâncias de governo; o baixo nível de autonomia dos governos locais e regionais, ou ainda a dificuldade de institucionalização efetiva das práticas. A falta de uma estrutura especializada em assuntos internacionais com gestores capacitados para este fim também reflete na ausência de uma política que perdure às alternâncias de governo, além da escassez de informações a respeito das experiências paradiplomáticas praticadas na fronteira que poderiam ser compartilhadas. Há, ainda, receios com possíveis ilegalidades por parte dos agentes locais, dificultando o acompanhamento e monitoramento para análise mais crítica dos resultados alcançados por essas iniciativas.

O próprio histórico de rivalidades e preconceitos entre as sociedades de cada lado da fronteira tende a comprometer uma “cooperação entre instituições” de longo prazo, ou seja, os intentos paradiplomáticos, em geral, possuem “fôlego curto”, dimensões restritas e aplicabilidade condicionada¹⁷. Embora ambos os lados desfrutem do processo de fronteirização - o qual permite a um lado ter natural interesse na melhoria das condições socioeconômicas do outro e

¹⁰ Entre a Prefeitura de Corumbá e a Alcaldia de Puerto Quijarro, que visava promover uma cooperação para limpeza urbana em ambas as cidades como forma de promover um combate mais incisivo ao mosquito da dengue; como desdobramento, outro projeto de pouco sucesso foi de combate à leishmaniose e raiva canina.

¹¹ Projeto da Prefeitura de Ponta Porã com a Intendência de Pedro Juan Caballero (PJC), financiado pela União Europeia que possibilitou uma nova arquitetura para abrigar camelôs e casilleros na linha que divide as duas cidades.

¹² Projeto firmado entre Gobernación del Departamento de Amambay e a Prefeitura de Ponta Porã, também financiado pela União Europeia, que visou criar mecanismos de preservação e criar formas alternativas de utilização de suas potencialidades para população ribeirinha (OLIVEIRA, 2012).

¹³ O objetivo do projeto foi trocar experiências entre bolivianos e brasileiros a respeito de ações contra a febre aftosa e projetos que envolviam a segurança cidadã de forma geral. A cooperação técnica mobilizou os setores da Dirección de Sanidad Agroalimentaria (DSA), Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e

Vegetal (IAGRO) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, de Indústria, de Comércio e de Turismo (SEPROTUR) para criar um cordão de sanidade animal na fronteira entre Santa Cruz de La Sierra e Mato Grosso do Sul.

¹⁴ As festividades populares compartilhadas pela população e autoridades locais de ambos os lados da fronteira (aniversário das cidades, carnaval, Dia da Independência dos Estados, etc.)

¹⁵ As quatro pautas das atas criadas nas reuniões do ano de 2014 estiveram relacionadas às discussões sobre segurança – furto e roubo de veículos; transporte e trânsito; segurança pública (crime organizado, delinquência comum, tráfego e tráfico de pessoas, narcotráfico) e controle migratório

¹⁶ Cabe ainda lembrar as ações canceladas pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (HABITAT) em Ponta Porã para auxiliar na realização do Plano Diretor Participativo com Consulta Urbana e um Plano de Ação com vários outros desdobramentos incluindo Pedro Juan Caballero (PJC)

¹⁷ As cooperações paradiplomáticas, no geral, se dão mediante assunto específico, pontual e em condições extremamente pragmáticas.

favoreceria, *mutatis mutandis*, envolver o seu lado nos avanços do outro - o envolvimento de atores e/ou instituições de um lado em ações no *outro* lado é, muitas vezes, observado com desconfiança, receio e dúvida por ambos.

Vale ressaltar que, por serem atividades informais realizadas nessa região, a dificuldade também está em mensurar os impactos dessas relações esporádicas devido à insuficiência de informações por meio de fontes seguras a respeito das relações de cooperação fronteiriça desenvolvidas. Isso contribui para que as ações continuem sem objetivos de cooperação bem definidos com propósito de que se avance no aprofundamento das relações transfronteiriças.

4. Recomendações para as Relações Paradiplomáticas entre Ponta Porã (Brasil) - Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Corumbá (Brasil) – Puerto Quijarro/Puerto Suárez (Bolívia)

Recomendam-se, a seguir, algumas ações para o aprofundamento das relações de cooperação transfronteiriça por meio da paradiplomacia nos territórios fronteiriços que são foco deste estudo:

- i. Incentivo ao desenvolvimento das capacidades locais, a começar pelos governos subnacionais. Como dito, a paradiplomacia, propriamente dita, implica na proatividade dos governos subnacionais em buscar recursos internacionais para o atendimento dos interesses locais. Nesse processo, outros segmentos da sociedade (setor privado, sociedade civil e demais atores subnacionais – poder legislativo e judiciário) podem ser envolvidos em vista de possuírem competências diferentes, mas responsabilidades complementares quanto ao desenvolvimento da localidade. O objetivo é criar estímulos para um despertar desses atores tão estratégicos para a fronteira.
- ii. A criação de estruturas institucionais especializadas em assuntos internacionais. O Brasil possui cidades com estruturas especializadas em assuntos internacionais (RIBEIRO, 2009) - tais como Foz do Iguaçu, localizada em

região de tríplice fronteira, que possui atuação paradiplomática com órgão voltado para as relações internacionais - oportunas para se pensar em formas de atuação mais estratégica a partir das condições das duas regiões de fronteira.

Existem centros de pesquisa e universidades localizadas nas proximidades dessas duas regiões de fronteira que podem ser vistos como parceiros no intuito de se refletir sobre ações para a criação de redes de comunicação no ambiente internacional, com entendimento dos instrumentos acessíveis às municipalidades¹⁸. O intuito é gerir os investimentos internacionais e os fluxos de cooperação internacional por meio de uma atuação conjunta entre universidade e governo, isto é, angariar *staff* técnico de forma estratégica com a atração de parceiros e recursos regionais/internacionais para a construção de projetos conciliados com as necessidades locais.

- iii. Conhecimento sistematizado. Capitalização do conhecimento adquirido para mensuração das experiências, transferências de novas práticas e tecnologias, difusão do conhecimento para o fomento de novas iniciativas. Isto implica num conhecimento sistematizado e disponibilizado à sociedade. O exercício de se mensurar os resultados permite melhor entendimento dos ônus e bônus das ações implementadas na fronteira. Sobretudo, permite que outros projetos-piloto avancem no entendimento da realidade sistêmica da região de fronteira aproveitando as potencialidades e minimizando circunstâncias desfavoráveis. Isso pode ser realizado por meio da criação de um observatório de fronteira, por exemplo, em parceria com as universidades.
- iv. Criação de mecanismos de mensuração (ODONNE; VÁZQUEZ, 2015b). Para tanto, esses instrumentos devem ser acompanhados de objetivos, metas, indicadores, resultados socioeconômicos esperados de forma bastante clara e objetiva.
- v. Conhecimento aplicado. A inclusão da iniciativa privada, universidades, organização da sociedade civil, governos locais que possuam

¹⁸ No Brasil são denominados municípios; na Bolívia, Seções Municipais e no Paraguai, Distritos.

papel importante quanto ao tipo de intervenção a ser realizada na fronteira. Além disso, a atuação dos *stakeholders* representados em outros segmentos da sociedade, sob uma perspectiva mais democrática, amplia o leque de debates, suscitando novas oportunidades a serem exploradas, além de inibir ou dificultar os efeitos da tomada de decisão centralizada que possua objetivos desconciliados com os interesses locais.

- vi. Manutenção das redes de comunicação. A informação por si só não é capaz de estimular o desenvolvimento dos territórios, mas a comunicação entre os atores (BOISIER, 2001) pode gerar um conhecimento integrado capaz de atender às demandas locais.
- vii. Conformação de um espaço permanente de articulação para conversão de alianças práticas em alianças estratégicas. As atividades práticas, muitas vezes, pontuais e informais, podem se converter em alianças estratégicas por meio de processos de concertação mais maduros (GALLICCHIO; CAMEJO, 2005), com resultados mais satisfatórios sobre os territórios.
- viii. A criação de agenda(s) específica(s) de acordo com a identificação dos interesses. Segundo Odonne e Vásquez (2015b), a criação de uma agenda com interesses difusos pode gerar morosidade nos processos de tomada de decisão ou desinteresse dos agentes envolvidos. É o que Boisier (1999) reforça a respeito da importância do poder e, principalmente, do consenso entre os stakeholders para o desenvolvimento do território.
- ix. Desenvolvimento de ações específicas para cada região de fronteira em foco neste estudo. Na conurbação Ponta Porã - Pedro Juan Caballero, o processo de fronteiraização é muito maior e historicamente mais consolidado e deve produzir vantagens comparativas mais consistentes do que na semiconurbação de Corumbá - Puerto Quijarro/Puerto Suárez (OLIVEIRA, 2015b), onde este processo é historicamente mais recente e as relações por vários ângulos demonstram ser

embrionárias. Apenas este fato coloca a dimensão territorial e a dimensão produtiva em patamares não congruentes entre as duas fronteiras.

Em termos abstratos, por mais paradoxal que possa parecer, a fronteira Brasil-Bolívia, por ter um processo de fronteiraização menos consolidado, possui mais campo para dinamismo do que a fronteira Paraguai-Brasil. Com relação à conformação latino-americana, pela sua condição de recrudescimento - é pouco lembrada, apesar de muito presente - convirá as duas fronteiras na condição de enclaves socioestruturais de base rígida. Mormente, este não é um assunto que possa passar despercebido. Deve-se observar que a dimensão sociocultural entre as duas fronteiras é abismática; isto fez e faz com que o *modus operandi* estabelecido por qualquer projeto requeira considerações sobre o desnível existente. A multiculturalidade e a pluralidade étnica que povoam a fronteira Puerto Suárez, Puerto Quijarro e Corumbá, assim como o dinamismo da economia boliviana¹⁹ têm sustentado uma redução dos custos com a mão de obra, habitação, serviços, etc. na localidade, significando, em vários sentidos, manutenção dos fluxos de investimentos no lado boliviano.

5. Considerações Finais

É sob o lume do processo de fronteiraização que as intenções e iniciativas de acostamento – com ou sem formato paradiplomático – possui sua dimensão de tempo, propriedade, tamanho e continuidade definida. É o processo de fronteiraização, sua dinâmica, sua estatura e sua desenvoltura, que fornece instrumentos para quebrar as amarras derivadas da ambiguidade e da alteridade na materialização das ações cooperativas, como já declarado nas discussões anteriores. Em síntese, é esse processo que consolida o caráter dinâmico dos procedimentos socioespaciais adjacentes nas fronteiras em foco nesse estudo. No contexto deste estudo, a crise (econômica e política), enquanto fator conjuntural atual, fez com que os polos estabelecidos até recentemente como dinâmico e consorciado, tenham se cambiado densamente nas duas regiões de fronteira. Tal fato trouxe impactos sobre a paisagem daquela fronteira com o

¹⁹ De 2007 a 2015, a expansão anual média do PIB no país foi superior a 5%, com baixa inflação e com políticas sociais

suscitando forte distribuição de renda, atraindo investimentos estrangeiros e produção de riqueza.

aumento dos fluxos de bolivianos no lado brasileiro e um arrefecimento das compras na Bolívia, fazendo com que, nessa região de fronteira, Corumbá assumisse o papel de polo dinâmico, antes localizado no lado boliviano da fronteira. Já na fronteira com o Paraguai, Ponta Porã era o lado que se beneficiava indiretamente das relações comerciais de reexportação de Pedro Juan Caballero. Isso também se inverte, provocando um aquecimento do comércio na parte brasileira da conurbação e um maciço desemprego e fechamento de lojas na parte paraguaia²⁰.

A paradiplomacia transfronteiriça, como aludido, nasce a partir de uma tessitura costurada por um conjunto de “mestres artesãos” da articulação territorial dentro de um processo intenso de relações de proximidade entre dois povos e, simultaneamente, estabelece elos agudos que podem se desdobrar num aprofundamento das relações territoriais consolidadas ou em consolidação. Mas, muito *a priori*, os efeitos da paradiplomacia, executada, enquanto instrumento, está posta *vis-à-vis* a uma condição territorial já asentada: quanto mais forte é a aproximação territorial, igualmente o serão seus efeitos; assim como o inverso tenderá a ser verdadeiro: quanto menor for a aproximação, também os efeitos dos intentos paradiplomáticos.

Faz-se necessário observar, portanto, que a paradiplomacia transfronteiriça (como instrumento para promoção do desenvolvimento e tratativa dos problemas compartilhados na fronteira), abstrai da condição imposta ao território, os elementos que necessitam ser destravados mediante uma interlocução pactuada para o “fazer algo” em conjunto ou com o mínimo de contraposição. Tal constatação evidencia que a grande valia da paradiplomacia transfronteiriça não é pura e simplesmente o indivíduo, ou a instituição em si, mas principalmente a relação entre atores. Logo, a sinergia com outros agentes (o conhecimento integrado) que interligue novas redes de comunicação com o território fronteiriço consegue proporcionar amplitudes mais robustas no sentido de caminhar adiante no desenvolvimento ou suprimento das lacunas existentes nas regiões de fronteira (o conhecimento aplicado).

6. Referências Bibliográficas

BOISIER, S. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. **Revista Interações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Editora: UCDB, Campo Grande, v. 2, n. 3, pp. 9-28, Set. 2001. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/583/620>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

_____. *Post-Scriptum* sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 19, pp. 307-343, jun., 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/96/91>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira**. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ab3fdf20-dcf6-43e1-9e64-d6248ebd1353&groupId=10157>. Acesso em: 01 ago. 2016.

CORNAGO PRIETO, N. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo Ocidental. *In*: VIGEVANI, T.; WANDERLEY, L. E.; BARRETO, M. I. e MARIANO, M. P. (orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Editora PUC/Editora UNESP/CEDEC/FAPESP, 2004.

DUCHACEK, I. D. Perforated Sovereignities: Towards a Typology of New Actors in International Relations. *In*: MICHELMANN, H.; SOLDATOS, P. Federalism and International Relations. **The role of Subnational Units**. Oxford: ClarendonPress, 2001.

FREITAS, E. P. **Território, poder e biocombustíveis**: as ações do Estado brasileiro no processo de regulação territorial para a produção de recursos energéticos alternativos. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-16082013-125028/pt-br.php>. Acesso em: 14 out. 2016.

²⁰ Segundo informações colhidas na Câmara de Comércio de PJC, mais de 800 lojas que vendiam produtos de reexportação

foram fechadas em 2015, provocando o desemprego de mais de 1800 trabalhadores, mais da metade de lojas brasileiras.

- GALLICCHIO, E.; CAMEJO, A. Desarrollo local y descentralización en América Latina: nuevas alternativas de desarrollo. Montevideo, Uruguay, **Centro Latinoamericano de Economía Humana** (CLAEH), Diputación de Barcelona, 2005. Disponível em: <[http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cen-docbib/con4_uibd.nsf/2BC8CB5CFEE87E2505257E1F007497CC/\\$FILE/1_pdfsam_DESARROLLO_LOCAL_Y_DESCENTRALIZACION_EN_AMERICA_LATINA.pdf](http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cen-docbib/con4_uibd.nsf/2BC8CB5CFEE87E2505257E1F007497CC/$FILE/1_pdfsam_DESARROLLO_LOCAL_Y_DESCENTRALIZACION_EN_AMERICA_LATINA.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2016.
- GARCIA, R. La gouvernance implique de gouverner depuis le local. **Savoir-Faire**. Savoir-faire. La coopération décentralisée entre La France et l'Amérique Latine, Buenos Aires, ano 3, pp. 54 – 57, nov., 2014. Disponível em: <https://issuu.com/equipoparadiplomacia/docs/revista_tip_19-12fr>. Acesso em: 20 mai. 2015.
- MARTÍNEZ, O. J. The dynamics of border interaction. In: SCHOFIELD, C. H. **Global boundaries. World boundaries**. London/NY. v.1, 1994.
- NEWMAN, D. Borders and Bordering. Toward in Interdisciplinary Dialogue. **European Journal of Social Theory**, SAGE Publication, v. 9, n. 2, pp. 171-186, 2006. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/249710394>>. Acesso em: 01 mai. 2015.
- ODONNE, N.; VÁZQUEZ, H. R. Cross-border cooperation in Latin America. In: PRADO, H. S. A.; ESPÓSITO NETO, Tomaz (org.). **Fronteiras e Relações Internacionais**. Curitiba: Ithala, 2015a.
- _____. Cross-border paradiplomacy in Latin America. **Policy Studies Organization**. v. 6, n. 1, pp. 110-123. Wiley Periodicals, Inc., Hoboken, NJ, USA, 2015b.
- OLIVEIRA, T.C.M. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da Anpege**. v. 11, n.15, pp.233-256, jan-jun, 2015a.
- _____. Localizando as condições pretéritas e as relações correntes na complexa fronteira Brasil-Bolívia. **Revista Geosul**. Florianópolis, v. 30, n. 60, pp. 125-163, jul-dez, 2015b.
- _____. Participação e desenvolvimento na fronteira Brasil-Paraguai – um exemplo. In: MELLO, S.P.T **Administração Pública Contemporânea: Temas para o debate**. Pelotas: Editora da UFPel, 2012.
- PÈBAYLE, R. As regiões de fronteira e o projeto de integração no Mercosul in: LEHNEN, A. (et. al) (Orgs). **Fronteiras do Mercosul**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- RIBEIRO, M. C. M. **Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12065/1/globalizacao-e-novos-atores_ri.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- ROCHEFORT, N. M. D. Frontera ¿Muro divisorio o tejido de relaciones? **Estudios Fronterizos**, Universidad Autónoma de Baja California Mexicali, México, v. 3, n. 5, 2002. Disponível em: <<http://www.re-dalyc.org/articulo.oa?id=53050301>>. Acesso em: 28 jun. 2016.
- RÜCKERT, A. A.; CAMPOS, H. Á.; SUPERTI, E.; PORTO, J. L. R. Transfronteirizações na América do Sul: uma agenda de pesquisa sobre dinâmicas territoriais nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais**. UNIFAP. v.7 n. 1, p. 99-115, jan.-jun, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/operador/Downloads/1224-4984-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2016.
- SALOMÓN, M. (2011). A dimensão subnacional da política externa brasileira:determinantes, conteúdos e perspectivas In: PINHEIRO L. ; MILANI C. **Política externa brasileira política das práticas e as práticas da política**. ed. FGV, p. 269-299.
- SANGUIN, A. L. Paisagens de fronteira: variações em um importante tema da geografia política. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre (RS) v. 42, n. 2, pp. 389-411, mai., 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/56328>>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- SASSEN, S. The Global City: introducing a concept. **Brown Journal of World Affairs**. v. 11, n. 2, pp. 27-43, 2005. Disponível em: <http://www.saskiasassen.com/pdfs/publications/the-global-city-brown.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016.
- SOLDATOS, P; MICHELMANN, H. **Federalism and International Relations. The role of subnational Units**. Oxford: Clarendon Press, 2001.
- TORRE, A. “Desenvolvimento Local e relações de proximidade: conceitos e questões” **Revista Interações**, v.4, n.2, 2003. Campo Grande: UCDB.



PROJETO EXPERIMENTAL E REALIDADE A VOCAÇÃO DO JORNALISMO

MARIA DE FÁTIMA DE ALBUQUERQUE CARACRISTI¹ | LYS APOLINÁRIO REIS² | SARAH MELISA BARROS DE SOUZA³

RESUMO

O artigo tem o objetivo de ressaltar a importância das produções experimentais do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT); visa também evidenciar a construção da criticidade, que está inerente à disciplina que promove o olhar atento do jornalista que se forma. As narrativas no jornal impresso são de grande impacto social, refletem problemas de existências e de sobrevivência dos personagens, figuras reais que são utilizadas para na totalidade da produção expressar um fragmento de mundo. É pertinente também evidenciar que esses produtos midiáticos refletem temas de interesses particulares dos alunos que são motivados pela afinidade, pela abrangência social e importância de impacto e propõem uma análise de um tema específico.

Palavras-Chave: Produção. Jornalismo. Projeto Experimental. Gênero. Sexualidade.

EXPERIMENTAL PROJECT AND REALITY THE VOCATION OF JOURNALISM

ABSTRACT

The article aims to highlight the importance of the experimental productions of the Journalism course of the Federal University of Tocantins (UFT); also aims to highlight the construction of criticality, which is inherent to the discipline that promotes the attentive look of the journalist who is formed. The narratives in the printed newspaper are of great social impact, they reflect problems of existences and survival of the personages, real figures that are used for the totality of the production expresses a fragment of world. It is also pertinent to highlight that these media products reflect topics of particular interests of students that are motivated by affinity, social scope and importance of impact and propose an analysis of a specific theme.

Keywords: Production. Journalism. Experimental Project. Genre. Sexuality.

1. Introdução

A comunicação midiática é um instrumento importante para a sociedade conhecer, entender e permitir-se participar das questões que envolvem da política aos temas mais leves como o filme que ganhou o Oscar. A publicização de fatos emergentes, comuns à pós-modernidade, falamos das questões éticas, dos gêneros, dos empoderamentos, por

exemplo, recebem da mídia um tratamento interessante, que possibilita a difusão de lutas e cria figuras, o ativista político.

A mídia, como um fragmento da realidade, põe na sua agenda personagens que se tornam protagonistas das histórias reais, atuando como promotora das realidades. Os conteúdos produzidos sejam de categoria informativa como, jornais, telejornais,

¹ Jornalista, doutora em Geografia; professora adjunta do curso de Jornalismo da UFT. E-mail: mariaf@uft.edu.br.

² Aluna do Curso de Jornalismo da UFT. E-mail: lysapolinario@mail.uft.edu.br

³ Aluna do Curso de Jornalismo da UFT. E-mail: shmelisa.barros@gmail.com

web jornais se fundem com conteúdos ficcionais, tele-novelas, séries especiais, as publicidades, compondo um mosaico de informações que vai auxiliando a formação da opinião pública, promovendo momentos de tensão e de relaxamento simultâneos.

Este artigo é um relato de experiências profissionais, realizadas no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins, nas disciplinas de “Projeto Experimental” e “Produção em Jornalismo”.

Os experimentos, com a produção de conteúdo informativo nos laboratórios de redação são essenciais na formação dos profissionais que saem do curso para o mercado de trabalho com a nítida percepção de que a produção de conteúdo tem que ser realizada com a participação da comunidade. De maneira dialética, própria da produção de notícia, os alunos evidenciam os focos de fragilidades dos vários ambientes sociais em que estão inseridas as pessoas que vivem na comunidade local e o papel do jornalismo nesses casos.

A metodologia que utilizamos em sala de aula ou nos laboratórios de redação prioriza o método dialético, reforça a práxis profissional dos alunos que devem chegar para operacionalizar as várias possibilidades da produção de conteúdo nos laboratórios de mídia, já com uma base teórica formada.

A abordagem teórica é imprescindível para a ponte que se estabelece cognitivamente com a prática. A percepção que os alunos adquirem da sociedade, das relações de poder entre os vários agentes sociais e da relevância que os meios de comunicação adquirem em sociedades com pouca, com nenhuma, ou com a construção de conhecimento e de intelectualidade em andamento, como é o caso do Brasil, prescinde dos conteúdos teóricos das disciplinas de sociologia, filosofia, antropologia, pois no Brasil a educação é um projeto postergado, por vários outros interesses nas agendas das políticas públicas, e cabe ao curso superior mitigar esses desníveis.

A política educacional vigente no Brasil não dá conta de formar criticamente os cidadãos e condiciona o aparecimento de uma plêiade de indivíduos que passam a discutir e mencionar os temas que a mídia eleger como importante, reproduzindo a visão tacaña e equivocada de grupos de comunicadores

geralmente ligados ao poder hegemônico, como se esses conteúdos reproduzidos midiaticamente, fossem de uma agenda positiva para eles próprios.

A discussão teórica é muito importante nas escolas e cursos de jornalismo e o cuidado para mantê-la deve ser intenso e constante, para que o tecnicismo não se sobreponha à bagagem intelectual e o repertório fundamentado e crítico dos cursos de jornalismo não sejam cotidianamente aliciados por modelos simplistas e fragmentados.

Nesta experiência, que aqui socializamos, a discussão teórica, outrora realizada nas disciplinas fundamentais são resgatadas para o desenvolvimento dos produtos midiáticos. As principais teorias que são inerentes ao jornalismo, como a Escola de Frankfurt e os Funcionalistas são trazidas para perto, bem como os importantes autores que dela fazem parte.

Outra abordagem de importância são os estudos culturais na composição de um repertório que dá fundamento e amplitude ao pensamento intelectual, neste viés os aspectos que fazem do moderno e da pós-modernidade terreno de semeadura para alguns discursos florescerem na linha do empoderamento de segmentos sociais antes ausentes das propostas de pesquisas da academia, surgem com todo vigor.

A construção da fala, do pensamento, da simbologia subjacente a esses novos atores sociais que exigem a protagonização das suas existências são inspiradoras para a definição de temas dos produtos midiáticos que vão do gênero à negritude, as novas definições sexuais, o poder de segmentos sociais que na sociedade de massa permeiam a construção das narrativas de indivíduos que estão ainda na marginalidade da agenda midiática convencional. Esses personagens subalternos, se corporificam como protagonistas nos produtos de audiovisual e de jornal impresso.

2. O Olhar da Pós-Modernidade para as Comunidades Subalternas

O subalterno é definido como aquele que está abaixo, aquém de outro, ou “aquele que está sob as ordens de outro, que é subordinado ou inferior a outro em graduação ou autoridade”. A impossibilidade de ser foi um fenômeno que permeou durante tempo a

esfera de vida de muitas comunidades e setores sociais não organizados politicamente.

Mas não era apenas os indivíduos que estavam na impossibilidade o espaço destes também acompanhavam esse devir, portanto, também o tempo ou a temporalidade dessas pessoas e do seu espaço, ou da sua territorialidade se fixava e se fechava na impossibilidade.

O tempo foi então definido como “esfera da fixidez” por Massey (2008) o oposto da temporalidade seria o “sem tempo” e o tempo seria a “esfera da fixidez” (Ibidem, p. 66), para a autora, o tempo nada mais é do que o domínio do fechamento, da impossibilidade e do político.

Na narrativa com a emergência do pós-estruturalismo, o espaço adquiriu legitimidade e se desarticulou da fixidez do tempo, trazendo uma dinâmica própria que possibilitou sua sobreposição a este, permitindo se pensar o espaço sob a perspectiva da mobilidade. Independentemente do tempo, é nele, no espaço, onde as comunidades se organizam no devir das suas existências e realizam as suas experiências.

O pós-estruturalismo também contribuiu para que os grupos sociais, até então figurantes dessa existência social, se tornassem, paulatinamente, protagonistas das histórias cotidianas, atrelados a laços políticos visivelmente desconexos da política atávica que fundamentava ao tempo a sua existência.

É o caso da esfera de gênero, classe, raça e de outras formas de instituir as desigualdades que foram rompidas e mediadas pela cultura e tratadas neste tempo presente como importantes na acepção da cidadania.

A pós-modernidade em A Condição Pós-Moderna, de François Lyotard (2009) se caracteriza pela morte das “grandes narrativas” totalizantes, fundadas na crença no progresso e nos ideais iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade. Outros, como Harvey (1993) porém, afirmam que a pós-modernidade seria apenas uma extensão da modernidade, período em que, segundo Benjamin, ocorre a perda da aura do objeto artístico em razão da sua reprodução técnica, em múltiplas formas: cinema, fotografia, vídeo, etc. Para este entendimento tanto o povo como a sua produção estão de certa maneira dialogando

com aquilo que mais se evidencia com a pós-modernidade, a falência do projeto moderno, que traz no bojo a noção de crise, “a condenação do antigo; do outro, o anúncio da supremacia do novo” (GOMES, 2007).

Se os meios de comunicação estão tão associados a este sentido de moderno e de vanguarda são eles os representantes disso que Benjamin sinalizou como reprodutores técnicos da arte, nada mais normal do que serem eles também os reprodutores desta cosmovisão do mundo, é pelo olho da mídia que a sociedade se encontra, se percebe, exerce seu poder de decisão e de pertencimento.

3. Objetivos

Diante dessas informações preliminares este artigo tem o objetivo de ressaltar a importância das produções experimentais no âmbito do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT); visa também evidenciar a construção da criticidade, que está inerente à disciplina que promove o olhar atento do jornalista que se forma.

As narrativas no jornal impresso são de grande impacto social, refletem problemas de existência e de sobrevivência dos personagens, figuras reais que são colocadas para fragmentar uma problemática social para que o leitor tenha conhecimento do fato em forma de notícia são selecionadas e utilizadas para na totalidade da produção expressar um fragmento de mundo.

É pertinente também evidenciar que esses produtos midiáticos refletem temas de interesses particulares dos alunos que propuseram esses conteúdos, além do que essa produção é limitada pelos suportes técnicos existentes nos laboratórios do curso de Jornalismo da UFT, e pelo tempo escasso, imposto pelo semestre acadêmico, uma disponibilidade de menos de seis meses para planejamento de pré-produção e finalização dos trabalhos.

Entendemos, neste contexto, a importância da extensão no devir do curso de jornalismo, desde que respaldada pelo argumento sólido de teorias que promovam a consciência social, aliada aos processos humanos e sociais que rompem com os inconvenientes de informações fragmentada e excessivamente agendadas pelos interesses econômicos.

Os objetivos específicos que visamos discutir são a promoção e o debate acerca dos projetos experimentais nos cursos de jornalismo; avaliar a importância dessas produções no efetivo exercício de um jornalismo que inclui e diversifica as pautas na promoção da democracia participativa.

4. Metodologia de Abordagem

O tratamento metodológico dado a este artigo é de natureza qualitativa e fenomenológica. A fenomenologia está alinhada as pesquisas qualitativas e tem por premissa investigar a realidade social dos sujeitos e a compreensão dessas realidades.

No âmbito empírico, o objeto de análise é sempre uma parcela do mundo que é do outro. A apreensão desta parcela pelo pesquisador leva, forçosamente, a obtenção de relatos sobre a experiência vivida do outro para alcançar o fenômeno, ou seja, a “coisa em si mesma”.

O interesse para a Fenomenologia não é o mundo que existe, mas sim o modo como o conhecimento do mundo se realiza para cada pessoa. A redução fenomenológica requer a suspensão das atitudes, crenças, teorias, e coloca em suspenso o conhecimento das coisas do mundo exterior a fim de concentrar-se na pessoa e exclusivamente na experiência em foco, porque esta é a realidade para ela.

5. Apresentando o Produto

É dado ao aluno a oportunidade de produzir é cobrado deste aluno a propriedade técnica, a qualidade da narrativa e os cuidados com a produção e pós produção, além da colocação adequada da mídia como espaço de difusão de realidades e ficções, que promovam a propositura de temas de importância social e cultural, no sentido de disseminar um olhar positivo para os mais diversos fenômenos que eclodem no devir da sociedade.

O jornal impresso recebeu o nome de “Transigente” um acrônimo das palavras trans que define a pessoa que tem outras opções sexuais que não o feminino/masculino e exigente, de quem exige algo perante o mundo. O Transigente tem por objetivo ser porta voz da tolerância e da não violência para a população que tem como público as minorias sociais, lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersex

que sofrem agressões, segregação, e mortes no Brasil. A escolha da temática e do tratamento das informações vão ao encontro das recomendações a serem seguidas pela mídia e estão na cartilha da ONU, que defende a liberdade como premissa máxima dos indivíduos, e neste caso a opção pela sexualidade é um dos itens a serem respeitados. A cartilha da ONU trata a identidade de gênero e foi lançada como parte da campanha Livres & Iguais, tem por meta promover a igualdade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) com os demais.

TRANSIGENTE

Palmas/TO, Novembro de 2017 . Ano 0, n 1 .



SOU TRANS? POR JULIA VARAÇÃO

Vivemos em uma sociedade com padrões normativos opressores e intolerantes. É por isso que a identidade trans quase sempre vem acompanhada de dúvidas e pensamentos sobre violência, abandono e opressão.

Pag. 04

BRASIL É O PAÍS QUE MAIS MATA TRANSGÊNEROS NO MUNDO POR SARAH MELISA

A grande maioria das pessoas trans que vivem no Brasil sofrem constantemente com a violência. Os casos vão de violências físicas e sexuais à violências psicológicas e morais.

Pag. 06

PERSONAGENS TRANS COMEÇAM A EMERGIR NA MÍDIA POR LYS APOLINÁRIO

Depois de muito tempo sendo ignorados, os personagens trans finalmente começaram a surgir nas produções midiáticas. Contudo, muitas questões ainda rodeiam a maneira como esse processo está acontecendo.

Pag. 05

VAGAS DE EMPREGO PARA TRANSEXUAIS SÃO ESCASSAS (NELIO SOARES) PAG. 06

COMO OS PAIS DE TRANSGÊNEROS LIDAM COM A IDENTIDADE DE GÊNERO DOS FILHOS (JULIA VARAÇÃO) PAG. 04

EDITORIAL

O Transigente surge em um momento delicado, quando o mundo mostra-se cada vez mais intolerante e a violência torna-se cotidiana e corriqueira, principalmente para a população trans que, entre as minorias sociais, é uma das mais agredidas.

A escolha da temática e do tratamento das informações vão ao encontro das recomendações a serem seguidas pela mídia sugeridas na cartilha da ONU. A cartilha trata de temas que cercam a identidade de gênero e foi lançada este ano como parte da campanha Livres & Iguais.

Nosso intuito é servir como resistência à intolerância, dissipando o preconceito através do conhecimento e da informação de qualidade. O principal objetivo desta publicação é a promoção de uma visão humanizada da população transgênera.

Na edição de estréia decidimos falar de questões pontuais que cercam a comunidade trans. Estas primeiras reportagens tem a pretensão de apresentar o assunto aos leitores que ainda não tiveram muito contato com o tema.

Entendemos que inteligência não se trata do mero acúmulo de conhecimento científico, mas também da capacidade crítica do ser humano. O Transigente vem para lembrar que o respeito às minorias também faz parte do conceito de democracia.

No ano em que o respeito aos Direitos Humanos é questionado no país e deixa de ser obrigatório nas redações do ENEM, anunciamos com satisfação que o conteúdo desse jornal se apresenta em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O nome "transigente" significa tolerância, flexibilidade. A tolerância nos permite imergir em territórios temidos e expor sua simplicidade e luz, com ela somos capazes de sair da caverna, explorar o mundo externo e mostrar a todos que as sombras são apenas nossa própria ignorância a nos atormentar.

Já a flexibilidade nos dá outras possibilidades além da persistência cega. Nos dá a capacidade de ponderar e utilizar nossa criticidade para formarmos um pensamento inteligente. Ser flexível significa que estar disposto a evoluir e mudar de ideia quando se está diante de um argumento coerente.

TRANSIGENTE Expediente



Palmas/TO, novembro de 2017

Jornal produzido para a disciplina Produção em Jornalismo, com orientação da professora Maria de Fátima de Albuquerque Caracristi

Editora: Lys Apolinário

Projeto Gráfico e Diagramação: Sarah Melisa

Repórteres: Julia Varajão, Nelio Soares, Lys Apolinário e Sarah Melisa

Ilustração: Sarah Melisa

Endereço: UFT/Campus Palmas, 109 Norte, NS-15, ALCNO -14, Palmas-TO

Contato: 32258537

Email: lysapolinario@gmail.com

Nossa hipocrisia e o mito da criança agênera

Por Lys Apolinário

O assunto não é tão novo assim, quem quiser conhecer um pouco sobre a vida de crianças que se identificam com um sexo diferente do designado biologicamente pode fazer uma rápida pesquisa e encontrará listas e listas de casos e depoimentos.

No Brasil, o Profissão Repórter sobre Transexualidade e a série Quem Sou Eu? do Fantástico acompanharam algumas histórias sobre essas crianças que se mostram, desde muito cedo, convictas a respeito de seu real gênero.

O serviço de streaming Netflix também tem em seu catálogo o documentário Crescendo como Coy, que acompanha a luta dos pais de uma garota transgênera para que a filha consiga ser respeitada e aceita no ambiente escolar.

Outras que trataram do tema de forma bem esclarecedora foram as revistas National Geographic, Vejinha e Escola. A pergunta é: Queremos entender? Por que será que quando se fala em crianças transgêneras as pessoas logo se assustam, mas ninguém se assusta quando os pais indicam que a criança é cisgênera?

Nossa desculpa é sempre que "uma criança ainda não pode definir esse tipo de coisa", essa é nossa justificativa interna para rejeitarmos a existência das crianças trans. No entanto, se as crianças são muito novas para definirem a que gênero pertencem, porque insistimos em considerar que nossos filhos e os filhos dos outros são cis antes mesmo que eles nasçam?

O erro talvez comece com o médico que diz para os pais "é menino" ou "é menina", antes que a criança respire o ar desse mundo. Logo depois os pais vão às compras e compram tudo rosa para o serzinho biologicamente designado como menina e tudo azul para o designado como menino.

O pior é que, como os pais tem certeza de que sua garota é cisgênera, simplesmente furam sua orelha e lhe colocam um vestidinho rosa. E está tudo bem, já podem sair por aí e contar para todo mundo que têm uma menina. No entanto, quando ela começa a falar as primeiras palavras, ela diz que não é menina e sim um menino.

Provavelmente os pais vão ficar desesperados, decepcionados e desiludidos. "É difícil passar por essa situação" a gente pensa, mas não no quanto é difícil para uma criança sentir todo o peso de saber que seus pais e o resto do mundo querem que ela seja alguém que ela não é. Não imaginamos como é ter a orelha furada ou o cabelo cortado sem o nosso consentimento, sem que aquilo nos faça sentir bem.



É claro que fazemos essas coisas com muita naturalidade, sempre achando que estamos fazendo o melhor para nossos filhos e filhas e não que estamos oprimindo-os com a explícita expectativa de que eles sejam o mais normativo possível. E é aí que está a nossa hipocrisia.

Só nos colocamos para pensar sobre o poder de escolha de uma criança se esta criança faz uma escolha que nos contraria e ainda inventamos desculpas que desmentimos com nossas ações. Não criamos crianças agêneras que no futuro poderão escolher seu gênero tranquilamente.

Criamos meninas. E criamos Meninos.

E as crianças vivem e sofrem desde muito pequenas as vantagens e as desvantagens do que é viver como menina e do que é viver como menino.

Outra coisa é que muitas vezes quando dizemos "uma criança ainda não pode definir esse tipo de coisa", o "esse tipo de coisa" pode estar envolto pelo nosso preconceito contra a população LGBTQ+. Ser trans não quer dizer ser depravado. As crianças trans são tão ingênuas quanto as crianças cis.

Isso nos leva ao porquê de polêmicas como a da criança viada acontecerem. "Criança Viada" é o nome de um Tumblr que foi criado em 2013 pelo jornalista e ativista, Iran Giusti. Iran postou algumas fotos de amigos quando crianças em poses que ele considerava "pintosas" e produziu legendas engraçadas para elas.

Em pouco tempo o Tumblr ficou famoso e várias pessoas começaram a mandar fotos de infância, celebrando sua identidade LGBTQ+. A partir das imagens dessa página, a artista Bia Leite criou uma obra para a exposição "Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira".

O intuito de Bia foi mostrar que as "Crianças Viadas", representação das crianças que não se encaixam nos padrões de gênero e orientação sexual, existem e precisam ser respeitadas. No entanto, a exposição foi cancelada depois de afirmarem que algumas obras faziam apologia à zoofilia, intolerância religiosa e pedofilia.

Os promotores do Ministério Público atestaram que não havia incitação à pedofilia nas obras, mas muitas pessoas interpretaram que dizer que uma criança é "viada" seria sexualizar a criança.

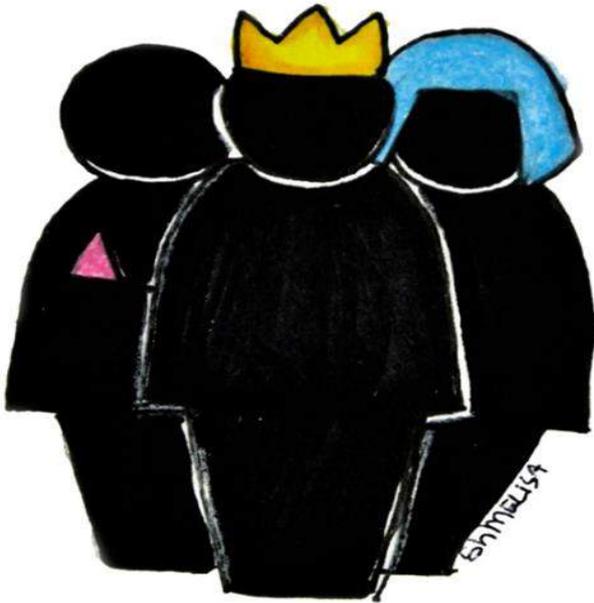
Criamos meninas. E criamos Meninos.

Em uma matéria para a M de Mulher, Iran esclarece a questão. "A gente tem que entender que gênero é diferente de orientação afetiva sexual e é diferente de sexualidade e principalmente de sexo [...] Não são só adultos que sofrem LGBTfobia, não são só adultos que são agredidos por não seguirem a heteronormatividade".

É por isso que é tão importante entender a questão e não nos deixarmos levar pelos pensamentos comuns, mas nada inofensivos do dia-a-dia. As crianças trans existem, assim como as crianças cis e quanto mais cedo aceitarmos e respeitarmos isso, mais dignas elas poderão ser.

Transexual, Travesti e Drag Queen: Você sabe a diferença?

Por Sarah Meisa



Situações assim não são exclusividade do meio midiático, elas se repetem no dia a dia de pessoas transgêneras, causando desconforto e servindo como forma de propagação para a ignorância.

Primeiramente é importante esclarecer o conceito de identidade de gênero que diz respeito a como cada indivíduo se sente e o gênero com o qual ele se identifica ou não. Essa identidade pode ou não ser condizente com o sexo biológico. É a partir daí que os conceitos se desdobram.

Transgênero é um termo abrangente que se refere aos indivíduos que não correspondem ao seu sexo biológico de alguma maneira. O termo Transsexual trata daqueles que não se sentem com o gênero designado em seu nascimento e que podem ter desconforto com sua forma física, podendo chegar a fazer uma cirurgia de redesignação sexual.

Já os travestis se diferenciam dos transexuais pois, apesar de fazerem modificações em sua forma física, não se sentem desconfortáveis com suas genitálias, podendo escolher não fazer intervenção cirúrgica.

Os crossdressers são pessoas que gostam de se caracterizar como o sexo oposto, ocasionalmente ou só por curtos períodos do dia. Eles são comumente confundidos com as drags queens, a principal diferença entre eles é que a caracterização das drags se direciona para fins artísticos, para a realização de shows.

Um termo menos conhecido aqui no Brasil é o drag king, que se trata da caracterização masculina para performance, enquanto a drag queen é a feminina. Ser drag não depende de uma identificação de gênero, justamente por se tratar de uma prática artística.

Esses não são os únicos conceitos vigentes, a identidade de gênero permite uma série de variações para esses termos. Mas o mais importante não é saber o que cada termo limita e sim entender o quão amplo pode ser a existência humana. Na dúvida vale perguntar como cada indivíduo se identifica e se sente.

* Não deseja se identificar

É comum as pessoas se confundirem em meio às inúmeras definições para as questões de gênero. Justamente porque o gênero é algo subjetivo, que não depende da forma do corpo ou do órgão sexual com que se nasce. De acordo com o arquiteto e urbanista, Jonas*, "a maior parte da população não tem a menor ideia de qual seja a diferença entre esses três termos. Além disso, confundem os transgêneros com os homossexuais."

Outra confusão comum diz respeito as drags queens. O estudante de teatro Irving Diego ressalta "drag queen não é gênero, é arte. Não são só homens gays que fazem, homens heteros mesmo em menor número também fazem e até mulheres cis. É arte."

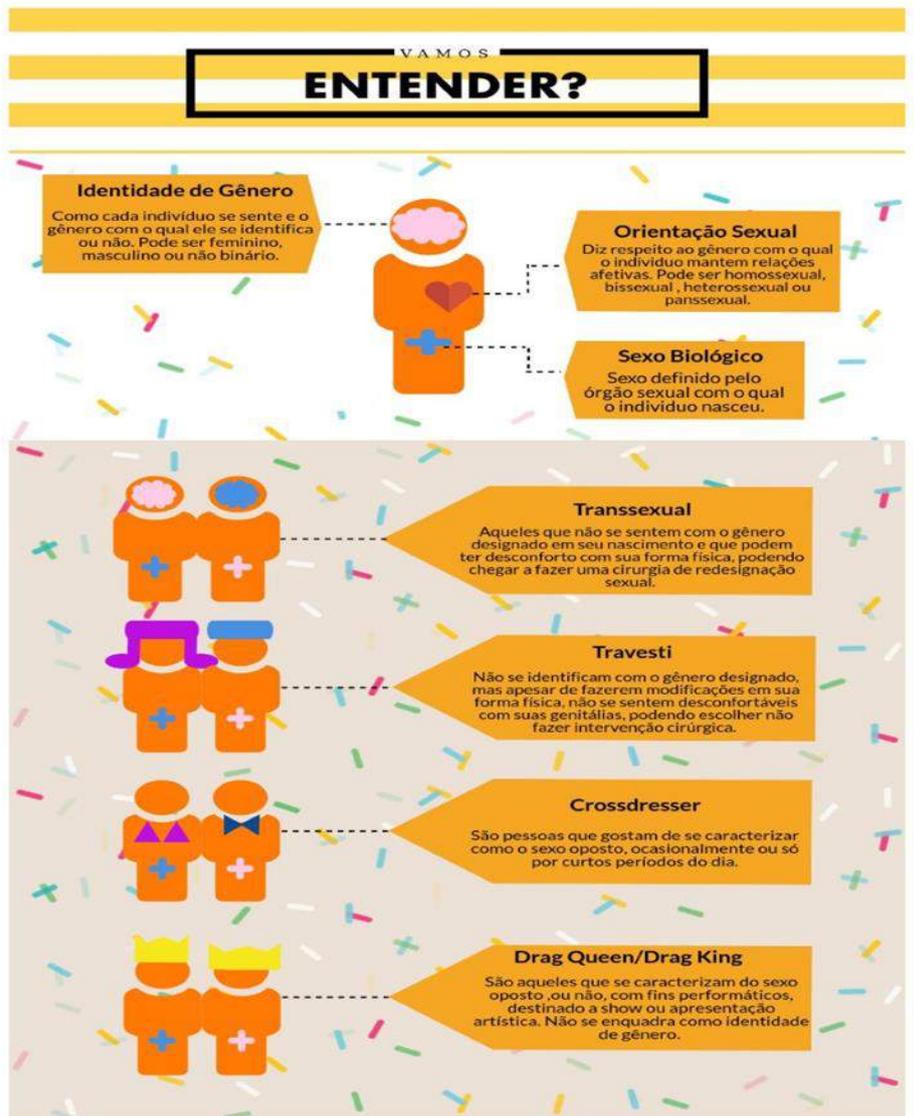
A medida que a mídia começa a tornar essa comunidade mais visível é imperativo que esse tema seja abordado, para o arquiteto "a falta de conhecimento leva ao preconceito." Não são poucos os exemplos de transgêneros, transexuais, drags queens que começam a se destacar em diferentes ramos.

Na música, por exemplo, temos a drag Pablo Vittar, que no último ano lançou seu primeiro disco de estúdio e se tornou a primeira artista brasileira a ter três músicas no top 5 do serviço de stream Spotify. Nas passarelas a modelo transexual Lea T desfilou para grifes mundialmente famosas como Givenchy e Benetton.

Na televisão a atriz Maria Clara Spinelli se tornou a primeira transexual a interpretar um papel de mulher cisgênero na televisão brasileira. Ela faz a personagem Mira na novela a força do querer.

Até mesmo nas redes sociais jovens transexuais, drags queens e travestis tem se tornado digital influencers e possuem desde canais no youtube até livros publicados por editoras brasileiras.

Com esses destaques a desinformação da maioria da população em relação às questões de gênero ficou muito evidente. Em maio deste ano a apresentadora Luciana Gimenez, em seu programa, dirigiu a seguinte fala para o ator transexual Tarso Brant: "Ninguém diria que você não é homem". "Por não terem conhecimento, e por ser um tema um pouco complexo e até mesmo confuso, muitas pessoas acabam por não saber lidar com a situação ao se depararem com uma pessoa trans ou travesti." É o que afirma Jonas*.



Sou Trans?

Por Julia Varajão

Os transgêneros vivem em condições completamente diferentes por todo o mundo, resultando na falta de dados confiáveis sobre essas pessoas. O termo "trans" ou "transgênero", segundo o site do programa Bem Estar, se refere a uma pessoa cuja identidade de gênero – o sentimento psicologicamente arraigado de ser um homem, uma mulher, ou nenhuma das duas categorias – não corresponde à de seu sexo de nascimento.

"Desde muito cedo, mas não entendia o que acontecia. Julgava ser errado minha vontade de ser como meu irmão, quando digo 'muito cedo' é realmente desde quando me entendo como gente, das minhas memórias mais antigas, lembro-me de como eu queria ser outra pessoa, de outro jeito. Mas só aos 13 pude começar a libertar o verdadeiro eu." conta F.R.

Após se identificarem como transexuais, o segundo passo é informar a família sobre essa transformação, mas nem todos estão prontos para aceitar a existência de um trans na família. Há muitos casos em que transexuais foram expulsos de casa, por terem assumido sua identidade, mas não é o caso de Ricardo", segundo ele, sua família o apoiou desde o começo.

"Tranquila, porque a princípio eu me apresentei como homossexual, porque era o que eu pensava ser, embora não me via naquele meio, mas era o mais próximo do que eu me sentia. Mas quando obtive a informação sobre identidade de gênero, transexualidade, conversei com minha mãe novamente e foi tudo normal e compreensível como da primeira vez." contou.

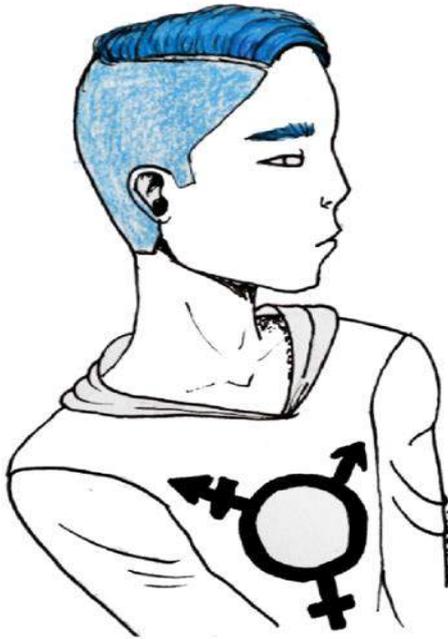
A grande preocupação desses familiares é principalmente dos transexuais é o preconceito, pois os dados da União Nacional LGBT apontam que o tempo médio de vida de uma pessoa trans no Brasil é de apenas 35 anos, enquanto a expectativa de vida da população em geral é de 75,5 anos, de acordo com informações divulgadas em dezembro de 2016 pelo IBGE.

"No meu caso particular foram poucas as situações em que eu passei por dificuldades (preconceito), porque sempre tive um apoio familiar, no meu ciclo social mais próximo e, depois de um tempo, com a evolução da minha aparência não me vincularam mais como uma pessoa trans, vivo uma vida 'normal'. Mas os problemas de outros me afetam, saber que o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo é extremamente doloroso." disse F.R.

Ao se perceber diferente do que é, muitos trans não sabem à quem recorrer ou como falar sobre essa frustração, por isso, muitos deles procuram psicólogos que possam ajudar nessa descoberta, foi assim que Ricardo passou a se compreender melhor. "Embora a definição de sua sexualidade diga respeito apenas a você, é fundamental ter um apoio profissional para você se entender melhor, porque no começo é muito difícil você entender o que é e onde quer chegar. Quando se tem um apoio, é mais fácil." afirmou.

Das iniciativas nacionais, só constam um decreto federal que autoriza o uso do nome social em determinadas circunstâncias, deixando claro que o Brasil ainda tem muito o que avançar.

** Não deseja se identificar*



Como os familiares lidam com a identidade transgênera

Por Julia Varajão



No Brasil, a expectativa de vida de uma pessoa transexual é de apenas 35 anos, enquanto da população em geral é de 70 anos, esse dado, retirado do senado.leg.br confirma que o país ocupa os primeiros lugares no ranking de países que mais matam travestis e transexuais no mundo.

Casos como o de Dandara e Gabrielle só aumentam a preocupação dos familiares de outros transexuais. Segundo a psicóloga Sílvia Maria, os pais ao descobrir que seu filho é transexual, sentem medo de que seu filho possa sofrer algum tipo de violência.

"O que os pais vão dizer, que não educaram bem o seu filho, vão ter medo de que o filho possa ser agredido" afirma a psicóloga.

"O que os pais vão dizer, que não educaram bem o seu filho"

Por ter toda essa preocupação, os familiares e até mesmo o transexual, demoram muito para buscar alguma ajuda. Segundo a psicóloga, eles pensam primeiro na parte médica, por pensarem que é algum tipo de doença.

"A psicologia na verdade, eles procuram em último lugar, ou vem o próprio paciente ou os próprios pais, aí o profissional vai acolher as queixas, vai ver o que está acontecendo para estar trabalhando com o paciente" conta Sílvia.

Sílvia conta ainda que a homossexualidade e a transexualidade não são consideradas como doença pelo CID-10, sigla dada para Classificação Mundial de Doença. Após ser procurada pela família ou pelo transexual, a psicologia tem o papel de acompanhar e encaminhar o que for preciso para a melhor convivência da pessoa trans com sua família.

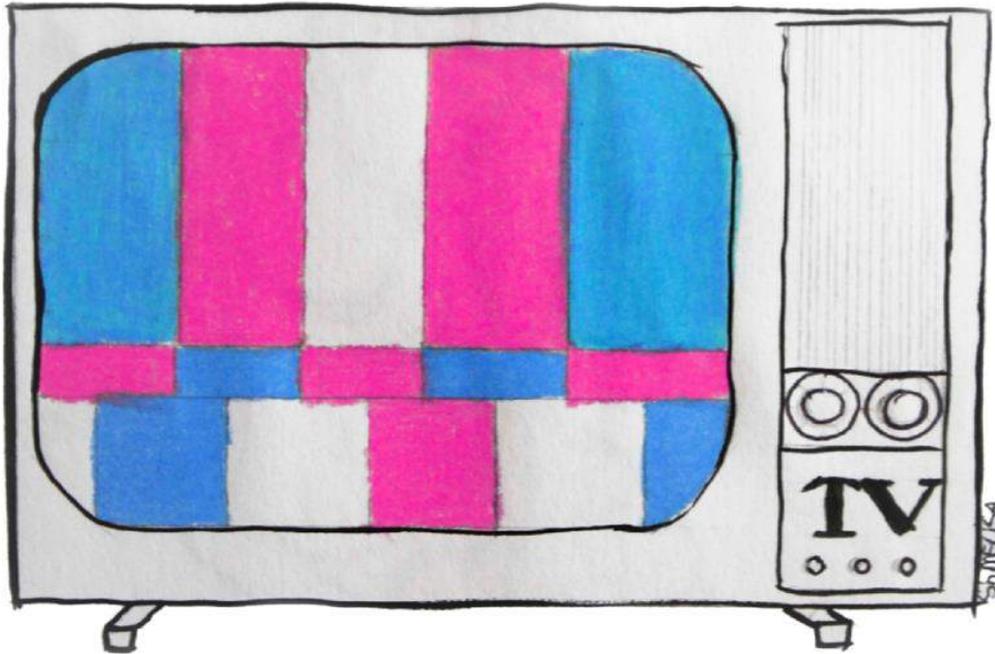
Sílvia conta ainda que a homossexualidade e a transexualidade não são consideradas como doença pelo CID-10, sigla dada para Classificação Mundial de Doença. Após ser procurada pela família ou pelo transexual, a psicologia tem o papel de acompanhar e encaminhar o que for preciso para a melhor convivência da pessoa trans com sua família.

"Sendo procurada pela família ou por alguém que esteja vivendo a transexualidade, nós vamos acolher, ver as causas disso aí tudo, o que deseja, o que ele precisa, aí a família é trazida também, pra que haja o acompanhamento, o aconselhamento, o encaminhamento daquilo que for preciso" diz a psicóloga.

O apoio da família é muito importante, pois reflete nas conquistas que a comunidade trans tem, como o direito ao nome social, por exemplo. Claro que não é somente isso que eles desejam, mas saber que suas famílias os apoiam, resulta em mais força e vontade de lutar por seus direitos.

Personagens trans começam a emergir na mídia

Por Lys Apolinário



Não se pode dizer que são muitos os personagens transexuais e travestis que estão presentes em programas, filmes, novelas, séries ou desenhos animados, mas podemos afirmar que essa representatividade começa a ganhar força e os trans estão finalmente emergindo do lugar obscuro onde a sociedade os jogou.

Transparent, Sense8, Clube de Compras Dallas, Garota Dinamarquesa e Orange is the New Black são alguns bons exemplos do crescimento da representatividade trans. Contudo, o surgimento de personagens trans vem acompanhado de uma série de questões.

No início, os transgêneros apareceram na mídia de forma escassa e estereotipada, uma representação que pouco contribuía para a visão humanizada dessa população. Atualmente podemos contar com protagonistas trans e com histórias elaboradas sobre a vida e as dificuldades que essas pessoas passam.

No entanto, o caminho para a visibilidade e humanização ainda é longo. Muitos não se sentem representados pelos perfis trazidos. O estudante de enfermagem trans Nicolas Castro reclama que a maioria dos atores são brancos. Já a estudante de teatro Indaiá da Silva diz que a representação está romantizada e ainda se enquadra dentro de padrões opressores.

Trazer personagens com padrões de beleza europeus e perfeitamente encaixados nos estereótipos de feminilidade ou masculinidade pode ser um problema para a população trans, já que muitos não se encaixam nesses perfis. "Na maioria das vezes, a pessoa que se reconhece trans sai de uma caixinha e entra em outra, começa a reproduzir papéis de gênero impostos pela sociedade", diz Indaiá.

Outra reivindicação da comunidade transgênera diz respeito à constante contratação de atores cisgêneros para a representação de papéis transgêneros. A DJ trans Lana Almeida acredita que isso seja ruim "deveriam dar mais espaço para as pessoas trans". Já o estudante de teatro Irving Diego acha que a escolha de atores trans pode deixar a atuação mais realista.

Indaiá aponta ainda para outro fato. Para ela, a preferência de atores cis faz parte de um cenário aterrador, no qual pessoas trans sofrem com a falta de oportunidades de emprego e rejeição social e acabam tendo que se prostituir "99% das trans e travestis estão na prostituição por falta de oportunidade de emprego" diz Indaiá.

É compreensível que, com tão poucas oportunidades para atores trans, a comunidade transgênera queira resguardar seu espaço. No entanto, esse panorama pode mudar e uma das possibilidades é que atores trans interpretem personagens cis, é o que pensa o professor transgênero Lídio Fernando Barros.

Essa realidade ainda está distante, mas os primeiros passos já foram dados. Um exemplo é a novela A Força do Querer, que contou com a primeira atriz trans a interpretar uma personagem cisgênero no horário nobre. A atriz Maria Clara Spinelli interpretou a personagem Mira, amiga da vilã Irene.

Maria Clara é um símbolo da representatividade trans. Em seus quinze anos de carreira já passou pelo teatro, cinema e depois pela televisão, interpretando papéis em Salve Jorge, SuperMax e A Força do Querer. Na série Carcereiros, disponível no Globo Play, ela interpretou também uma travesti chamada Kelly.

Outro exemplo de representatividade é a atriz chilena Daniela Vega, que protagonizou o filme Uma Mulher Fantástica. O longa ganhou o Urso de Prata de melhor roteiro no Festival de Berlim 2017. Daniela interpreta uma mulher trans que, para conseguir se despedir do marido que acabou de morrer, tem que passar por uma série de situações preconceituosas.

"Nós precisamos de mais"

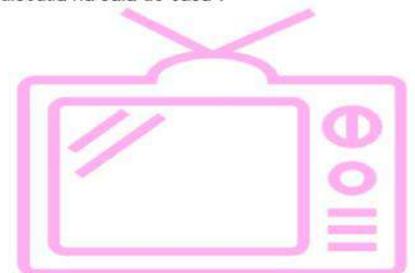
Diversas publicações especulam que Daniela pode se tornar a primeira atriz trans indicada ao Oscar. Se isso acontecer, será um grande ganho para a comunidade transgênera e um importante passo rumo à humanização.

Além da manifestação no mundo adulto e jovem, a temática chegou também à mídia infantil. O episódio Chifre, doce chifre do desenho animado Meninas Super Poderosas trabalhou o tema de forma lúdica.

No episódio, as meninas ajudam um põnei que por dentro se sente um unicórnio. Em uma entrevista para o LA Times, o produtor da série disse "Não acredito que se possa ser jovem demais para começar a discutir essas questões".

Todos esses exemplos de representatividade são recebidos pelas pessoas trans como algo importante na luta por mais dignidade. Indaiá diz que ao ver personagens trans se sente representada "sinto que não sou a única, que não sou doente ou louca, como sempre é colocado".

No entanto, Indaiá acha que os personagens trans ainda são poucos "por mais que estejam aparecendo mais pessoas trans e essa representatividade exista, ainda é mínima, nós precisamos de mais". O gerente Thomas Barbosa acha que uma porta para o tema foi aberta "sinto que agora podemos tratar de um assunto que não se discutia na sala de casa".



Brasil é o país que mais mata transgêneros no mundo

Por Sarah Melisa

O Brasil é o país onde mais se mata travestis e transexuais no mundo, segundo uma pesquisa da organização Transgender Europe, rede que apóia os direitos da população transgênera. No país 868 travestis e transexuais foram mortos nos últimos oito anos, o que representa dados alarmantes se comparados com outras nações.

O segundo colocado do ranking, o México, contabilizou 256 mortes, ou seja, um terço da quantidade no Brasil. Esses números, no entanto, não chegam a ser um retrato fiel da violência. Há uma grande dificuldade de identificar os crimes de transfobia, pois as informações muitas vezes são ocultadas, ou divulgadas de forma errônea, não identificando a vítima como trans.

No último ano os transexuais representaram 42% das mortes de LGBTQ+ no Brasil. Segundo um levantamento do Grupo Gay da Bahia, a mais antiga associação de defesa dos homossexuais e transexuais do Brasil, 2016 foi o ano com o maior número de assassinatos da população LGBT em 37 anos.

"Ninguém gosta de se sentir em perigo". É o que diz o estudante de teatro Irving Diego. A população trans luta para a melhoria desse cenário de violência. A principal demanda reivindicada pelos militantes brasileiros é a criminalização da transfobia e da homofobia.

Depois de oito anos em tramitação, o projeto de lei da Câmara dos Deputados PLC 122/06, que dispõe sobre o tema, está arquivado desde 2014. O projeto define crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual e encontra resistência entre parlamentares da bancada religiosa.

Para a organização Transgender Europe as motivações para os crimes contra transexuais também tem uma ligação histórico-cultural. O contexto histórico brasileiro sempre foi permeado por grandes níveis de violência, seja no colonialismo, escravidão ou ditadura. A alta vulnerabilidade de transexuais na prostituição e a falha do Estado em prevenir e investigar esses crimes, também são apontadas pela organização.

Outro dado apontado pela pesquisa se refere ao suicídio, 40% da população transexual já tentou suicídio em algum momento de suas vidas. Esse número muitas vezes é motivado pela violência física e moral sofrida pelos transgêneros, além da falta de apoio social e familiar e das políticas públicas desiguais e desamparo do governo.

O estudante de teatro Irving Diego acredita que a educação é o caminho para melhorar esse cenário. O arquiteto e urbanista que não deseja ser identificado concorda "essa é a única arma para lutar contra o preconceito e consequentemente diminuir a violência".

A comunidade LGBTQ+ segue lutando para uma mudança político cultural. "É uma luta conjunta para acabar com o machismo e com os papéis de gênero impostos a todos", complementa o arquiteto.

"Ninguém gosta de se sentir em perigo"

A violência física não é a única forma sofrida pelos transexuais, agressões psicológicas também são relatadas, como no caso do arquiteto e urbanista que não deseja ser identificado. "Já sofri violência verbal e psicológica, principalmente por parte da família. Eu morava com a minha mãe e meu irmão, mas devido ao fato deles não me aceitarem, tive que me mudar de estado para ir morar com meu pai. Minha mãe exerce uma pressão psicológica muito grande em mim e ela tenta a todo custo reverter a transição, o que resultou em várias tentativas de suicídio".

Os transexuais sofrem muita repressão no ambiente familiar. São muitos os casos de jovens e adolescentes que são expulsos de casa por não se identificarem com o gênero biológico. Segundo pesquisa realizada pelo Centro Nacional pela Igualdade dos Transgêneros, 10% dos transexuais sofrem violência de algum membro da família; 8% são expulsos de casa devido à sua identidade de gênero.



Vagas de emprego para transexuais são escassas

Por Nelio Soares

Segundo dados da ANTRA

90%
das pessoas trans estão
na prostituição.

Apenas **10%**
desempenham
outras funções.



O primeiro semestre de 2017, no Brasil, foi de crescimento da taxa de emprego e um aumento na perspectiva de criação de vagas formais para brasileiros em idade apta para ocupação no mercado. Porém, o segundo semestre não seguiu o ritmo e pessoas propensas a uma vaga no mercado foram prejudicadas.

Entre os brasileiros com mais dificuldades para encontrar emprego, como são os casos dos mais velhos (acima dos 50 anos) e deficientes, estão os transexuais. Além da questão relacionada ao mau momento da economia, as pessoas que possuem uma identidade de gênero diferente ao sexo com o qual nasceram, sofrem com o preconceito.

Em Palmas, capital do Tocantins e maior cidade do estado, as vagas para transexuais são extremamente escassas no mercado formal. Um caso de exceção à regra na cidade é o de Bianca Andressa Marchiori, trans de 34 anos, que trabalha como enfermeira.

"A condição para mulheres e homens trans aqui é muito difícil. As pessoas ainda não entenderam que tem que se trabalhar com transexualidade, é muito pequeno o mercado de trabalho no estado do Tocantins" disse Bianca, enfermeira que atua no HGP.

As oportunidades são poucas. A área com maior atuação das pessoas trans está ligada a beleza, em salões ou vendas destes produtos.

"Era o que tinha pra fazer, né. Ou então vai trabalhar com prostituição" comentou uma pessoa trans, empregada a pouco mais de dois meses em um salão de beleza. Ela não quis se identificar.

Gisberta

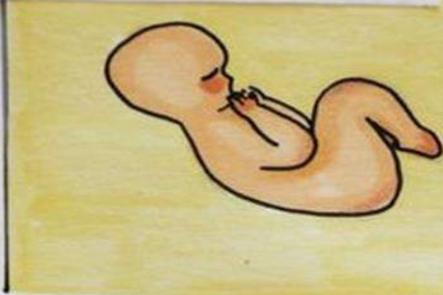
Ilustrações: Sarah Melisa

Texto: Lys Apolinário



TRANSIGENTE ESPECIAL

Quando nasci meus pais acharam que eu devia me chamar **Gisberto**. Eu era a mais nova de oito irmãos.



Cresci em São Paulo e desde pequena me sentia **desconfortável** dentro daquele corpo que destoava tanto do que estava em minha mente.



Na adolescência, depois que meu pai morreu, disse para minha família que eu era **mulher**.

Naquela época, ser transexual em São Paulo se tornava cada dia mais **perigoso**.

Resolvi então que **me mudar** para a França era a melhor opção.



Parece que hoje **continua igual**.



Na cidade do amor meu corpo finalmente tomou a **forma** que minha alma **desejava** e apaixonei-me pela mulher no espelho.

Um tempo depois **partii** para Portugal.



Não só pela beleza, que era **inegável**, mas principalmente pelo sorriso de **satisfação**. Era o sorriso que me cativava.



Lá, fiz amigos e comecei a **me apresentar** em bares e boates da cidade.



A vida de artista no Porto não rendeu o que eu esperava. Tive que achar outra **alternativa**.

Além da dignidade, as alternativas são outro elemento sempre negado às trans.



O contato com minha família não era intenso. A vida começou a acinzentar-se.



A doença tomou meu corpo para si e de repente, nem mais trabalho eu conseguia.



Fugi de São Paulo com medo da violência, mas a sociedade não deixava que muitas de nós escapassem do destino que nos espera. Eu era trans; prostituta e vivia com HIV. Esse era o clichê que a sociedade insistia em nos empurrar goela abaixo.

Meus documentos mentiam meu sexo, mas nenhum empregador entendia isso. Para eles era inaceitável que uma mulher se chamasse Gisberto, mesmo que eu lhes dissesse que meu real nome era Gisberta.



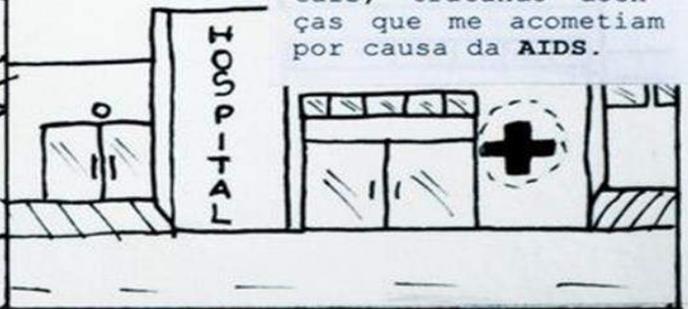
O desemprego não trouxe apenas a fome e o desamparo, meu visto foi negado e eu era a mais nova imigrante ilegal da cidade.

Minha voz não tinha valor, eram aqueles documentos, produzidos por alguém que nem sequer me conhecera, que retinham toda a confiança dos cidadãos do Porto.



Sem teto. Sem amparo. Sem nação.

Passei uns tempos visitando vários hospitais, tratando doenças que me acometiam por causa da AIDS.



TRANSIGENTE ESPECIAL

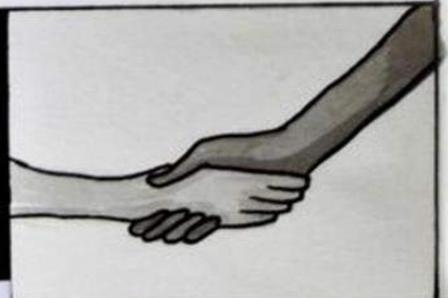
Com o corpo e a alma precisando de cuidados, abriguei-me de-
baixo de uma obra **abandonada**.



Não era uma casa **bonita**.



Me **anestesiava** para
aguentar firme.



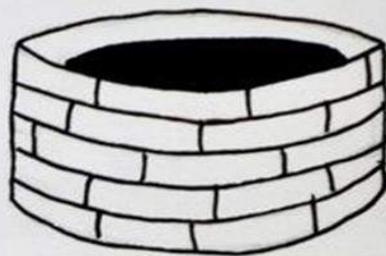
Um dia, mãos **juvenis** me ofe-
receram ajuda, comida e con-
forto.

Logo depois, me ofereceram dor.
Muita **dor**. Dor que você não se-
ria capaz de imaginar. Dor que
você não suportaria.



Não o culpa, eu também não su-
portei.

Três garotos viraram quatorze. Eu não pude me **de-
fender**. Dia após dia eles tiraram um pouco de mim.



E quando já não sobrava força suficiente para eu
me mover, me envolveram em **escuridão**.

Ano passado completaram-se
dez anos de **escuridão** e
esse ano a sombra **persiste**.
Dandara veio se juntar a
mim.

Acho que ainda **demora** até
eu estar **liberta**.

Gisberta foi uma mulher trans brasileira morta em Portugal aos 45 anos. Foi violentada física e psicologicamente até ficar inconsciente. Depois disso, foi jogada no poço da construção inacabada, debaixo da qual morava. As crianças e adolescentes que confessaram o crime tinham entre 12 e 16 anos e estavam sob os cuidados de uma instituição católica. A justiça considerou que Gisberta morreu afogada, já que ainda não estava morta quando a jogaram no poço, sendo assim, os jovens foram inocentados. As primeiras notícias sobre sua morte foram o retrato da ignorância e desrespeito com os quais a sociedade e a mídia tratam as pessoas trans.

6. Considerações Finais

A produção de mídias é um exercício cotidiano para os alunos de jornalismo, neste exemplo que trouxemos como ilustração tivemos a intenção de dar visibilidade a um produto impresso que pelas características e peculiaridades que lhes são natas propõe uma discussão interessante no que tange ao papel do jornal impresso.

Pelo fenômeno que atinge o mundo, a comunicação em redes e conectadas a vários suportes de mídia o jornal impresso parece perder espaço, está cada dia mais distante e desinteressante para uma grande maioria que prefere os produtos online.

Essas questões debatidas com entusiasmos nas salas de aula dos Projetos Experimentais são repetitivas, quase ninguém mais se debruça para o impresso, e ele se torna a cada dia mais específico, mais longe do gosto popular e se redefina em um produto elitizado, o que neste momento não tem importância, o que realmente importa é o quanto pode ser feito deste produto se lhe for dada a possibilidade de reunir os recursos técnicos que possam fazê-lo realmente um produto de comunicação e com conteúdo específico.

Neste exemplo que trouxemos com o transigente podemos reconhecer o importante papel que o jornal cumpriu no seu objetivo de formar e informar, uma tarefa cada dia mais difícil de ser atingida pela mídia impressa, mas que se revigora a importância e a essência do impresso no momento que é utilizado com todo seu potencial técnico, com uma abordagem editorial segmentada, como o caso em apreciação.

A construção da narrativa, do pensamento, daquilo que mais interessa ao jornalismo que é a informação foram respeitadas nesse número do intransigente e sua simbologia subjacente ainda aos jornais tradicionais nos permite concluir que os novos espaços para os impressos serão talvez permeados por essa técnica mais requintada de apuração que une na produção de conteúdo espaço para a poesia e a estética.

Objetivamente os novos atores sociais que exigem a protagonização das suas existências são inspiradores para um elenco de pautas que não se limitam, apenas, aos experimentos, mas que sem

dúvida podem e devem ser tratados por todas as possibilidades midiáticas.

A possibilidade de informar com qualidade e exatidão independe de suporte mas a inclusão desses temas ou de outros merecem adequação e sensibilidade técnica além de um olhar editorial que permita o debate do contraditório, a externalidade do limbo social em que ainda estamos submetidos, e neste caminho as propostas dos experimentos nos laboratórios de produção midiáticas são essenciais para temas que nas agendas midiáticas convencionais não encontram brecha.

7. Referências Bibliográficas

BENJAMIM, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Acesso em 26 de janeiro de 2018. Acesso em: https://edisciplinas.usp.br/plugin-file.php/1563569/mod_resource/content/1/A%20obra%20de%20arte%20na%20era%20da%20sua%20reprodutibilidade%20t%C3%A9cnica.pdf

GOMES, Paulo Cesar Costa. **Geografia e modernidade**. 6º ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2007;

LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 12ª ed. 2009.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política pela espacialidade**, 1ª ed. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2008

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação. Contexto e paradigmas**. Acessado em 18 de fevereiro de 2018. Acesso em: http://www.jornalismoufma.xpg.com.br/arquivos/mauro_wolf_teorias_da_comunicacao.pdf.



A AUDIÊNCIA QUER “INTERAGIR”! E OS TELEJORNAIS COMO LIDAM COM ESSA “INTERATIVIDADE”?¹

GIOVANA BORGES MESQUITA²

RESUMO

Parte da pesquisa "Já não se faz notícias como antigamente", que reúne pesquisadores e estudantes da graduação das universidades Federal de Pernambuco e do Maranhão, o artigo pretende refletir sobre algumas relações estabelecidas entre jornalistas e o que denominamos audiência potente, lastreando as discussões com alguns conceitos de interatividade utilizados no campo da comunicação. A pesquisa tem como objetos os telejornais JMTV, veiculado pela TV Mirante, afiliada da Globo no Maranhão, e NETV, produzido pela TV Globo Nordeste, sediada em Pernambuco. Apesar da pesquisa englobar os dois telejornais, neste artigo analisaremos o telejornal maranhense. Trata-se de um estudo de caso, que usa como técnica a entrevista em profundidade. Nas entrevistas, observamos que a equipe do JMTV está atenta a esse contexto de mudanças que cerca a audiência e de toda a sua potencialidade, mas embora abra um canal de interatividade se vê diante de vários desafios se quiser promover uma interatividade comunicativa.

Palavras-Chave: Audiência Potente. Interatividade. Jornalismo. JMTV.

THE AUDIENCE WANTS TO “INTERACT”! AND HOW DO THE TV NEWSCASTS DEAL WITH THAT “INTERACTIVITY”?

ABSTRACT

Part of the research "No longer made news as it used to be", which brings together researchers and undergraduates from the Federal universities of Pernambuco and Maranhao, the article intends to reflect on some relationships established between journalists and what we call a powerful audience, backing discussions with some concepts of interactivity used in the field of communication. The research has as objects the JMTV news programs, aired by TV Mirante, a Globo affiliate in Maranhao, and NETV, produced by TV Globo Norwest, based in Pernambuco. Although the research encompasses the two news stories, in this article we will analyze the Maranhao television news. This is a case study, which uses the in-depth interview technique as a technique. In the interviews, we observed that the JMTV team is attentive to this context of changes that surround the audience and its full potential, but although it opens a channel of interactivity, it faces several challenges if it wants to promote a communicative interactivity.

Keywords: Powerful Audience. Interactivity. Journalism. JMTV.

1. Introdução

Embora numa relação mais visível com as tecnologias da informação, não podemos pensar, como observa Jorge (2013), que a interatividade é uma nova característica das comunicações, pois já

“havia interatividade na Grécia, quando inscrições nas paredes se dirigiam a quem lia, e nas catedrais medievais quando as pessoas interagiam com os santos de devoção. Também nos túmulos e nos graffiti, os

¹ Trabalho apresentado no 17º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo, realizado nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2018, em Palmas (TO).

² Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil (2014). Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

escritos têm a preocupação de atingir o leitor” (JORGE, 2013, p. 67).

Bertold Brecht, entre finais da década de 1920 e início da década de 1930, num discurso sobre a função da radiodifusão, integrante da Teoria do Rádio, já antecipava o que hoje se convencionou chamar interatividade. Brecht (2005, p. 42) afirmava:

(...) é preciso transformar o rádio, convertê-lo de aparelho de distribuição em aparelho de comunicação. O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, um fantástico sistema de canalização. Isto é, seria, se não fosse somente capaz de emitir, mas também receber; portanto, se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele. A radiodifusão deveria, conseqüentemente, afastar-se dos que a abastecem e construir os radiouvintes como abastecedores.

Vinculada à criação da informática e da telemática, a interatividade é vista, desde estes campos, como a capacidade de os computadores responderem aos requerimentos dos usuários (ROST, 2006). Na comunicação, segundo Rost (2006), o termo recebeu um pouco mais de atenção na década de 1980, com as investigações que tentavam, não só traçar definições, como medir os diferentes graus de interação. Essas investigações ganharam, a partir da década de 1990, um novo impulso, com o crescimento dos serviços oferecidos pela Internet e, principalmente, com a criação e popularização da World Wide Web. Para Jorge (2013, p.67), a Internet vem recuperar “o lugar de participação das pessoas no processo de comunicação”.

Parte da pesquisa "Já não se faz notícias como antigamente", que reúne pesquisadores e estudantes da graduação da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Maranhão, o artigo pretende refletir sobre algumas relações estabelecidas entre jornalistas e o que denominamos audiência potente, lastreando as discussões com alguns conceitos de interatividade utilizados no campo da comunicação.

A pesquisa tem como objetos os telejornais JMTV, veiculado pela TV Mirante, afiliada da Globo no Maranhão, e NETV, produzido pela TV Globo Nordeste, sediada em Pernambuco. Apesar da pesquisa

englobar os dois telejornais, neste artigo analisaremos o telejornal maranhense. Trata-se de um estudo de caso, que usa como técnica a entrevista em profundidade.

A escolha do JMTV se deu pelo fato do telejornal ser líder de audiência no horário e apresentar algumas iniciativas de aproximação da audiência. Ele é um telejornal local, que é exibido em todo Estado do Maranhão, onde a Globo está presente em 206 municípios, através do Sistema Mirante de TV, compreendendo as afiliadas de São Luís, Imperatriz, Açailândia, Santa Inês e da Região dos Cocais.

Veiculado no horário do almoço, o telejornal traça um panorama dos principais fatos da manhã, veicula reportagens sobre saúde, comportamento, entre outros. Um de seus pontos fortes, segundo seus materiais institucionais, são as matérias sobre a comunidade, que mostram problemas de moradia, saúde, educação e transportes, abrindo um canal direto entre a comunidade e o poder público. Integram o telejornal cinco editores, duas produtoras, uma chefe de reportagem e quatro equipes de externas.

2. Metodologia

Com fins de alcançar o nosso objetivo, qual seja o de refletir sobre algumas relações estabelecidas entre jornalistas e o que denominamos audiência potente, lastreando as discussões com alguns conceitos de interatividade utilizados no campo da comunicação, a primeira etapa desta pesquisa foi de cunho bibliográfico, sendo feito um mapeamento pelos estudantes e professores integrantes do Grupo de Pesquisa Dinâmicas do Jornalismo, acerca de temas como interatividade e mudanças tecnológicas e sociais, surgidas a partir do século XX, que proporcionaram o envolvimento de cidadãos não jornalistas nos processos produtivos do telejornalismo. Depois da pesquisa bibliográfica, os estudantes e a coordenadora do Grupo formataram um questionário com perguntas para os profissionais das televisões objetos de estudo.

Como pretendemos fazer um estudo mais aprofundado sobre essas possíveis alterações com o envolvimento da audiência potente na produção da notícia optamos no JMTV por um estudo de caso, que para Yin (2001, p.32) é «uma inquirição empírica que

investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas».

A escolha do JMTV se deu pelo fato do telejornal ser líder de audiência no horário, promover iniciativas de aproximação com a audiência firmando-se como prestação de serviços à população, além de possuir canais por meio dos quais oportuniza a “interatividade” da audiência, a exemplo do VC no G1, canal colaborativo da Rede Globo. Em 2016, além do VC no G1, a Mirante incorporou o WhatsApp para receber conteúdos vindos da audiência.

Outra técnica utilizada para a produção do artigo foi a entrevista em profundidade feita com a chefe de redação e do núcleo de rede da TV Mirante, Eveline Cunha, que faz parte do Sistema Mirante há 23 anos; e com uma das duas produtoras do JMTV, Flaviana Lopes. A entrevista foi realizada no dia 21 de julho de 2017, na sala da chefe de redação da TV Mirante em São Luís, momentos antes do telejornal analisado ser veiculado. A opção pela entrevista em profundidade é porque ela, segundo M. Bauer & G. Gaskell (2002), fornece os dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações sociais entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é a compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.

Essa técnica quase sempre produz uma melhor amostra da população de interesse e tem como vantagem uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além da interação entre o entrevistador e o entrevistado que favorece respostas espontâneas, e possibilita invocar assuntos mais complexos e delicados, o que pode fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade na pesquisa.

Nas entrevistas realizadas na TV Mirante levantamos questões como: quais seriam as mudanças com o acesso da audiência a canais, que possibilitam interatividade com os telejornais; as modificações na rotina da redação, a incorporação de novos profissionais voltados para o monitoramento das redes sociais, quais os tipos de conteúdo enviados pela audiência e, sobretudo, como os telejornais administram os

inúmeros conteúdos recebidos, diariamente, pela redação da televisão.

3. De Que Interatividade Estamos Falando?

Vários autores definiram interatividade, considerando-a desde uma característica do meio (HOLTZ-BONNEAU, 1986; ROGERS, 1986), até como uma medida da capacidade do meio para deixar o usuário exercer uma influência sobre o conteúdo e na forma da comunicação mediatizada (JENSEN, 1988).

Rost (2006, p. 195), autor da tese *La Interactividad en el periódico digital*, considera interatividade: “a capacidade gradual e variável que tem um meio de comunicação para dar aos usuários-leitores um maior poder, tanto na seleção de conteúdos, como nas possibilidades de expressão e comunicação”. Quando se refere às possibilidades de seleção de conteúdos, o que chama de interatividade seletiva, Rost (2006) está destacando a capacidade dos meios para responder aos requerimentos do usuário e oferecer-lhe um menu de conteúdos que o leitor pode escolher. Já as possibilidades de expressão e comunicação, que ele chama de interatividade comunicativa, referem-se aos espaços que abrem o meio para que o leitor emita opiniões e possa realizar intercâmbios dialógicos com outros indivíduos (jornalistas, personagens da atualidade e outros leitores).

Resumidamente, a interatividade seletiva diz respeito à interação dos indivíduos com os conteúdos (com a máquina ou com o sistema) e a comunicativa corresponde à interação dialógica entre indivíduos, ou grupos de indivíduos, em seus contextos mais diversos, com seus diferentes repertórios interpretativos, atuando em um âmbito planetário.

Mais do que as possibilidades de acesso, gestão e distribuição da informação permitidas pela interatividade seletiva, outras relações mais complexas são experimentadas na interatividade comunicativa, uma vez que os atores, nessa última, são os indivíduos ou grupos de indivíduos que entram em contato em diversos contextos, contribuindo com a constituição das chamadas comunidades virtuais, ou seja, novos espaços de produção simbólica de mundos representados e compartilhados (ROST, 2006).

Autores como Bordewijk e Van Kaam (2005) apresentam outras designações: como “interatividade

conversacional”, em oposição às “interatividade de transmissão” (que permite apenas ativar ou cancelar uma “emissão”); “interatividade de consulta” (que permite ao utilizador escolher entre um menu de alternativas) e “interatividade de registro” (a capacidade de o meio registrar informação do utilizador e adaptar, automaticamente, o seu formato e conteúdos aos dados ou interesses desse utilizador).

Mas tão complexo como estabelecer um conceito único para interatividade é determinar a data concreta do início do que se pode chamar “meios interativos”. Rost (2006) diz que o telefone é considerado por muitos estudiosos como o meio interativo mais antigo, uma vez que permite um duplo fluxo de comunicação e um intercâmbio de papéis entre emissores e receptores. Mas outros autores têm como referência inicial da interatividade as chamadas novas tecnologias da comunicação.

Compartilhamos com Rost (2006) o entendimento de que, em vez de separar uma suposta era dos meios não interativos e outra era dos meios interativos, é mais propício apostar numa evolução contínua dos meios a um maior grau de interatividade que, embora nos últimos anos tenha sido potencializada pelas novas tecnologias, não desconsidera a interatividade, ainda que baixa, dos meios massivos, refletida, por exemplo, nas Cartas à Redação e nas chamadas telefônicas para as redações dos jornais, rádios e televisões.

Outro ponto fundamental em que concordamos com Rost (2006) é que o grau de interatividade, nos meios analógicos e digitais, depende não só da tecnologia comunicacional, mas do uso que se faz dela, porque como bem observa Tanjev Schultz (1999, p.3):

O uso de máquinas e das suas aplicações não é, em si próprio, interativo. As máquinas não compreendem e respondem autonomamente às mensagens, por mais que os investigadores da área da inteligência artificial gostassem. (...) As máquinas não podem produzir ou partilhar significado num sentido ‘narrow’. Mas, indubitavelmente, elas podem mediar – e facilitar ou impedir – a comunicação interativa.

O que, objetivamente, significa dizer que “*la tecnología genera posibilidades interactivas, pero éstas pueden ser aprovechadas o no por los dueños y*

directivos de los medios, de acuerdo a sus objetivos e intereses en la construcción de la actualidad” (ROST, 2006, p.240).

Rost (2006, p. 241-242) acredita que mesmo com as novas vias de participação que se abrem para os leitores, o ciberdiário “*se reserva siempre el control de los momentos clave en la producción de contenidos, y este control es más notorio cuando los contenidos tienen un espacio más destacado y una mayor transcendencia social*”.

Comungamos com Rost (2006) o entendimento de que, apesar desse controle, a audiência pode transformar-se em um cidadão ativo quando colabora com os veículos, oferecendo uma informação, dando uma opinião, requerendo mais informação aos jornalistas ou dialogando com outros agentes sociais. “En todos estos casos, su participación no se resume en el proceso de recepción individual, sino que se hace pública en el periódico: es decir, los demás lectores pueden acceder a sus contenidos” (ROST, 2006, p.201). Como bem ressalta Rost (2006, p. 252), “*un medio es más interactivo cuando favorece más la participación activa y crítica del lectores en la construcción de la actualidad*”.

4. Quem é a Audiência Potente?

Está nas redes sociais o que denominamos *Audiência Potente*, ou seja, um novo agente que se envolve ou é envolvido nos processos, práticas e nas rotinas jornalísticas, possuindo: força de propagação da informação, não necessariamente notícia; capacidade de ação, possibilitada pelo acesso aos meios de produção; capacidade de amplificação uma vez que reverbera o conteúdo, fazendo com que chegue ao maior número possível de pessoas; e capacidade de transformação, na medida em que muda sua forma de ação e de comportamento ao longo do tempo, dependendo de condições culturais, econômicas, sociais, tecnológicas, dentre outras.

Com acesso, habilidade de uso dos dispositivos tecnológicos, conectividade e a abertura para a interatividade, a *Audiência Potente* passa a ter a possibilidade não só de ressignificar as mensagens que recebe, como também de se envolver com os veículos de comunicação das mais diversas formas. A força de propagação dessa *Audiência Potente* tem levado o

jornalista, não só a incorporar esses conteúdos que estão nessas redes conversacionais, mas a movimentar ou ativar essas redes para “ter” os “olhares” desse novo agente, que não é necessariamente uma fonte institucionalizada do jornalismo. Adghirni (2012, p.66) diz que “trata-se de uma situação de interatividade e de reflexividade inédita na história, que obriga os produtores de conteúdos a ajustarem rapidamente sua produção para os leitores e para os concorrentes”. Essa *Audiência Potente* que utiliza as redes sociais vem se envolvendo, e sendo envolvida, pelos veículos de comunicação de referência, trazendo novos elementos para o jornalista na construção social da realidade.

5. A Caracterização da Audiência Potente

Um dos primeiros aspectos que consideramos na caracterização da *Audiência Potente* é que para sua ação faz-se necessário que ela tenha acesso a dispositivos tecnológicos, tais como computadores, celulares, smartphones, dentre outros. Com acesso e habilidade para usar os dispositivos tecnológicos é essencial que a *Audiência Potente* tenha também conectividade, no sentido da “*capacidad para enviar voz, texto, datos, gráficos, imágenes, vídeos y películas (...) por medio de una red multipunto, bidireccional y de banda ancha*” (MAJÓ, p.71). Outro aspecto fundamental para a *Audiência Potente* é a interatividade. A Internet permite que a *Audiência Potente* possa interagir com os veículos de referência, tanto no que Rost (2006) denomina como interatividade seletiva – que diz respeito à interação dos indivíduos com os conteúdos (com a máquina ou com o sistema) – quanto na comunicativa – que corresponde à interação dialógica entre indivíduos ou grupos de indivíduos em seus contextos mais diversos, com seus diferentes repertórios interpretativos atuando em um âmbito planetário.

Assim, com acesso e habilidade de uso dos dispositivos tecnológicos, conectividade, e com a possibilidade de interatividade, a audiência passa a ter a possibilidade, não só de ressignificar as mensagens que recebe, como de se envolver com os veículos de comunicação das mais diversas formas.

Para nós, uma das características mais elementares, mas não menos importante, da *Audiência Potente* é sua autonomia na apropriação do conteúdo,

que leva em conta o processo de escolha de quando e onde disporá do conteúdo noticioso. Não é preciso mais estar pontualmente às 20h diante da televisão para assistir o telejornal brasileiro de mais tempo no ar, tampouco é preciso estar no Brasil para ter acesso a essas informações. Ou seja, o tempo de receber a informação, assim como o espaço onde a informação circula, não são mais os mesmos da era analógica. Os dispositivos também são diversos. Voltando ao exemplo do telejornal, podemos assisti-lo na sala diante do aparelho de TV e na Globo, e também no celular ou no laptop, acessando redes sociais como, por exemplo, o youtube. A audiência tem todo um processo decisório de apropriação do conteúdo (o que, quando, onde e com que dispositivo), que pode impactar, por exemplo, na definição dos ratings (audiência média), que são vendidos pelas empresas de comunicação aos anunciantes.

Outra característica da *Audiência Potente* é a capacidade de reação imediata aos conteúdos que lhe são apresentados. Isso possibilita que os veículos de comunicação tenham um extrato em tempo real do que alguns membros de sua audiência estão refletindo sobre as notícias veiculadas. A audiência, com característica de reação, atua comentando as notícias, complementando-as e até corrigindo-as, e, muitas vezes, com um olhar crítico para o tipo de abordagem utilizada pelo veículo de comunicação.

Além da capacidade de filtro e da capacidade de reagir aos conteúdos publicados pelo veículo de comunicação, pode ser uma característica da *Audiência Potente* o envolvimento no acontecimento, como testemunha, na maioria das vezes sendo a única presença a dar uma versão dos fatos. Ela pode conferir a sensação de maior veracidade à notícia. Não é de toda novidade a presença da testemunha do acontecimento no produto noticioso. A diferença agora é que essa testemunha tem acesso a dispositivos, que podem captar aquele acontecimento em diversas mídias (áudio, vídeo e fotografia), e facilidade de distribuição do que é captado, podendo fazer uma transmissão em tempo real. Geralmente, a *Audiência Potente* que tem a característica de testemunha, tem também a característica de coprodução, uma vez que, em uma sociedade que valoriza cada vez mais a exposição, não basta apenas presenciar um acontecimento, mas

registrá-lo, distribuí-lo e, preferencialmente, exibi-lo em redes sociais.

Com a capacidade de coprodução, a *Audiência Potente*, que está no Facebook, no Twitter, no Instagram e por meio do WhatsApp se envolve com os veículos de referência, podendo trazer para a redação registros fotográficos, vídeos e textos. Esses últimos são apropriados pelos veículos de diversas formas: como sugestão de pauta; como respostas a sondagens para municiar sobre como pensa a audiência em relação a determinado assunto; como questionamento e crítica à falta de determinados assuntos no noticiário e como opinião sobre algum tema trabalhado pelos veículos de referência. A audiência coprodutora vem, por meio do uso de suas câmeras, celulares ou máquinas fotográficas digitais, dialogando com os jornalistas que trabalham em várias mídias (Internet, rádio, jornal ou televisão), e também com outros cidadãos (VIZEU; MESQUITA, 2011).

Dessa forma, essa audiência, que denominamos potente, pode manifestar diversas características, como a sua formação em redes, o que possibilita aos veículos de comunicação informações de diversos lugares no mesmo momento, aumentando a rede de fontes do veículo de comunicação, ao mesmo tempo em que amplia a visibilidade dos conteúdos, não mais restritos a uma divulgação pelos veículos de comunicação de referência, mas circulando em outros espaços, como por exemplo, nas redes sociais.

Essa audiência formada em rede apresenta-se também com uma possibilidade de influenciar seus pares, podendo mudar os processos de formação de opinião pública.

6. A Audiência quer “Interagir” e os Telejornais como Lidam com essa “Interatividade”?

Além do Facebook e do Twitter, o WhatsApp pode se tornar um grande aliado na produção dos telejornais na medida que contribui para que diversos olhares sobre a realidade sejam trazidos às redações a cada segundo. Atentos a isso, diariamente, as empresas de comunicação estimulam a audiência para enviar materiais, ressaltando que ela “pode enviar vídeos, fotos, flagrantes sugestões ou críticas e denúncias”, para um número de contato das emissoras. O envio de conteúdos pelo WhatsApp para os

telejornais, além de estimulado tem também seus procedimentos ensinados a audiência, como acontece no jornal analisado, o JMTV, que propõe “ao telespectador que for gravar um vídeo para a TV deve fazer com o celular na posição horizontal” (MESQUITA&CERETTA, 2017).

Na TV Mirante, o WhatsApp foi incorporado ao jornalismo em 2016, segundo a produtora do JMTV, Flaviana Lopes (INFORMAÇÃO VERBAL, 2017). No início foi feita uma campanha, durante um período de um mês, nos intervalos do telejornal, estimulando o envio de conteúdos pela audiência. Na primeira semana, o aparelho celular travou porque já eram 700 mensagens recebidas, de acordo com a chefe de redação e do núcleo de rede da TV Mirante, Eveline Cunha (INFORMAÇÃO VERBAL, 2017). “A gente teve que passar o WhatsApp para o computador, porque devido a quantidade de mensagens que chegou, o celular travou” (CUNHA, 2017, INFORMAÇÃO VERBAL).

Atualmente são em média 150 mensagens recebidas diariamente no WhatsApp da Mirante e pela falta de uma equipe específica para lidar com as redes sociais muitos desses conteúdos sequer conseguem ser visualizados pela redação, segundo a produtora do JMTV, Flaviana Lopes (INFORMAÇÃO VERBAL, 2017). “A gente recebe muita reclamação. As pessoas dizem: por que que vocês pedem para mandar mensagens, se vocês não respondem? E a gente não consegue responder” (LOPES, INFORMAÇÃO VERBAL, 2017). A chefe de redação e do núcleo de Rede da TV Mirante, Eveline Cunha (INFORMAÇÃO VERBAL, 2017) reitera a fala da produtora sobre o descontentamento da audiência:

Às vezes a gente não consegue responder e as pessoas reclamam para os repórteres na rua. Mas desse número muita coisa é besteira. É gente tentando colocar a TV em grupos, então a gente vai tentando selecionar vídeos e vai separando, por exemplo, aqueles que podem gerar matérias de comunidade. A gente vai guardando.

Segundo a chefe de redação, a audiência entra em contato com o telejornal sobretudo pelo WhatsApp, mas ainda faz uso do e-mail e do telefone para sugerir conteúdos que possam ser incluídos no JMTV. Dentro de uma estratégia de fidelização, a chefe de redação ressalta que mesmo que já esteja com a equipe na rua, se a audiência entrar em contato para

passar a informação daquele acontecimento, a orientação é que a equipe receba aquela informação com o cuidado de que a audiência sinta-se participe e que quando o jornal for ao ar, ela pense que aquela informação foi dela. “Porque a gente quer que a audiência se sinta participando e que em outro momento que a gente não estiver lá, ela nos envie material. (...) Queremos que o telespectador seja nossos olhos na rua” (CUNHA, INFORMAÇÃO VERBAL, 2017).

Com apenas duas profissionais para monitorar o WhatsApp e uma média de 150 mensagens diárias muitos conteúdos não conseguem ser vistos pelas produtoras do JMTV. Os que conseguem, passam por uma avaliação de toda a equipe, que resulta na decisão de entrada no ar como sendo uma produção da audiência, ou como sugestão de pauta para futuras reportagens. Para que o conteúdo enviado pela audiência entre direto no telejornal é preciso que seja um factual, um flagrante e que a televisão não tenha tido tempo de ir até o local do acontecido para resgatar a história, de acordo com produtora do JMTV, Flaviana Lopes (INFORMAÇÃO VERBAL, 2017).

Quando é uma denúncia de comunidade, a produtora diz que não usa o conteúdo enviado pela audiência, “porque vamos ter uma imagem de qualidade com o nosso equipamento. Então a gente não usa o vídeo deles. A gente só usa o vídeo deles, quando não tem jeito” (LOPES, INFORMAÇÃO VERBAL, 2017). A chefe de redação explica que no caso de uma enchente, por exemplo, a televisão recebe uma imagem de uma galeria entupida. “Então, a gente vai no local, entrevista as pessoas e usa aquela imagem da galeria entupida que não pôde ser captada pela televisão, mas que foi feita pela audiência” (CUNHA, INFORMAÇÃO VERBAL, 2017). Quando isso acontece, ela explica que a televisão faz questão de reforçar que aquela imagem foi enviada pela audiência.

Segundo a chefe de redação, a grande dificuldade com o uso do WhatsApp é a seleção, porque a quantidade de mensagens enviadas é grande, o número da equipe é reduzido e há uma grande quantidade de notícias falsas, que são enviadas para o telejornal.

Em todas as situações, as jornalistas fazem questão de frisar que os conteúdos só vão ao ar

depois de apuração, que muitas vezes conta até com aplicativos como o Google Maps para identificar se a rua ou bairro, que aparece na imagem enviada, existe realmente ou se é um conteúdo de outro local que viralizou na internet chegando até a redação, como explica a produtora do JMTV:

Teve um caso de uma mulher que resistiu a um assalto. A imagem mostrava ela segurando a bolsa, enquanto o ladrão tentava tomar a bolsa dela. Era de madrugada e a gente não sabia a rua e o bairro que ela foi assaltada. Fomos para o Google Maps e vimos que uma placa que aparecia na imagem era perto de um prédio público e que o assalto tinha acontecido aqui em São Luís mesmo. Aí a gente colocou a imagem no ar (LOPES, INFORMAÇÃO VERBAL, 2017).

A chefe de redação relata que quando toma conhecimento de um factual vai logo para o WhatsApp na certeza de que há conteúdo disponível em algum grupo. A mesma situação ocorre com relação a acontecimentos em cidades do interior do Maranhão. Pela distância, entre algumas cidades maranhenses e a capital São Luís, que dificulta o deslocamento das equipes da TV Mirante, a decisão da equipe do JMTV é usar os conteúdos enviados pela audiência.

Com relação às temáticas, a chefe de redação explica que a audiência envia em sua maioria informações policiais, além de denúncias de problemas na comunidade, que evidenciam a falta de ação do poder público. “Às vezes pergunto: vocês já procuraram a prefeitura? E eles respondem que preferem ligar primeiro *pra gente*” (CUNHA, INFORMAÇÃO VERBAL, 2017).

Além dessa expectativa da audiência, ao enviar denúncias, de que a televisão atue, quando o poder público falha, ela tenta se envolver com o jornalismo enviando material que mostra alguma situação inusitada, como assalto, ou incêndio. A abertura do telejornal JMTV, no dia da entrevista, foi uma reportagem sobre um assalto ocorrido na cidade de Açailândia, interior do Estado, e o material tinha sido enviado pela audiência.

Esses eventos de crise são caracterizados por Molotch e Lester (1999), a partir de uma tipologia de acontecimentos públicos, como acontecimentos realizados involuntariamente (acidentes), ou seja, aqueles que levam à quebra da ordem habitual

(MESQUITA, 2010). Compreendemos que na busca pelo furo de reportagem, as emissoras na maioria das vezes, se apropriam desses conteúdos vindos da audiência quando eles se referem a eventos de crise, que, dada a sua imprevisibilidade, impossibilitam a cobertura integral pelas equipes jornalísticas (MESQUITA, 2010).

7. Considerações Finais

Embora a relação interativa entre telejornal-audiência tenha sempre existido e ainda continue acontecendo por meio do envio de cartas à redação, da “visita” de telespectadores a emissora para sugerir reportagens e na interação direta com as equipes de externa para propositura de temas que podem compor o telejornal, com as redes sociais essa relação se intensificou exigindo ainda mais dos jornalistas. Desafiados a reinventar-se como profissionais, os jornalistas estão diante de uma audiência com uma maior possibilidade de envolver-se com os meios de comunicação e com potencialidade não só para interagir, como para vigiar, reagir, propagar, amplificar e coproduzir as notícias, ou seja, uma audiência que denominamos potente.

No entanto, as empresas jornalísticas e no caso desse artigo, as televisões, costumavam atrelar prioritariamente o conceito da audiência à da *audience-as-market*, como observa Ang (1991, p.43-84), perspectiva na qual a audiência é tratada como um número a ser vendido, tendo como base o modelo comercial norte-americano, em que os ratings (audiência média) são vendidos pelas empresas de comunicação aos anunciantes.

Com a internet e mais fortemente com as redes sociais, o conceito de audiência vem sendo modificado, diante de todo um contexto de mudanças sociais, culturais e tecnológicas, de democratização das ferramentas de produção, redução dos custos do consumo da informação pela democratização da distribuição (ANDERSON, 2006) e da interatividade.

Nas entrevistas realizadas no JMTV observamos que a equipe do telejornal está atenta a esse contexto de mudanças que cerca a audiência e de toda a sua potencialidade, mas embora abra um canal de interatividade se vê diante de alguns desafios se quiser promover o que Rost (2006) conceitua como

interatividade comunicativa, ou seja, aquelas possibilidades de expressão e comunicação abertas pelo meio para que o leitor ou, no caso o telespectador, emita opiniões e possa realizar intercâmbios dialógicos com outros indivíduos (jornalistas, personagens da atualidade e outros telespectadores).

Um desses desafios é entender que ao abrir canais de interatividade, a empresa precisa lidar com uma audiência que estabelece com os veículos de comunicação um diálogo. Não há uma unidirecionalidade dos conteúdos (veículos de comunicação-audiência), mas uma bidirecionalidade (veículos de comunicação-audiência e vice-versa). Nessa via de duas mãos, a audiência não pode ser tratada “no automático”. As perguntas feitas devem ser respondidas, as insatisfações consideradas, as sugestões checadas.

Do ponto de vista dos jornalistas, com essa movimentação da audiência não faz mais parte de suas rotinas as rondas telefônicas e a checagem dos conteúdos que chegam à redação, por e-mail, telefonemas ou cartas. Integra-se à atividade profissional, o acompanhamento do que acontece nas redes sociais.

E como fazer isso com o “encolhimento” das redações, que cada vez mais obriga o profissional a incorporar à sua rotina várias atribuições? Diferentemente do que foi encontrado em outras pesquisas realizadas pela autora deste trabalho, no JMTV não há uma equipe exclusiva para lidar com os conteúdos vindos da audiência. O telejornal conta somente com duas produtoras, que além de suas atividades rotineiras têm que incorporar esse monitoramento do WhatsApp a suas tarefas cotidianas.

Ao não conseguir sequer ler os conteúdos enviados pela audiência, a relação entre os jornalistas do telejornal e a audiência do JMTV acaba gerando uma frustração da audiência, que ao ser “provocada” para interagir não compreende quando a sua contribuição não é aproveitada pelo telejornal. Um exemplo dessa falta de diálogo, retratado na fala da produtora e reiterado pela chefe de redação, é sobre as inúmeras reclamações desses colaboradores, que enfatizam que a TV Mirante “pede para mandar mensagens, mas não responde”. Essas entrevistas iniciais sinalizam para um entendimento preliminar de que o JMTV pretende estabelecer uma relação com a audiência, na qual a audiência atue como fonte de

informação. Sem nenhum indicativo de uma busca pelo diálogo.

Esse quadro leva a uma necessidade urgente de reflexão. O que as empresas buscam nessa interatividade com a audiência? Pois ao mesmo tempo que acenam com estratégias de aproximação, não possuem estrutura profissional para lidar com essa audiência potente, que se envolve com o jornalismo. Abrir canais de diálogo com a audiência e não ter como manter essa conversa pode ser mais danoso para a imagem da empresa do que não ter o canal.

É importante que as empresas jornalísticas não subestimem essa audiência, para que não haja uma relação tão unilateral de uma audiência com potencialidade de interagir, mas que é vista tão somente como fornecedora de conteúdos, os quais as empresas por motivos diversos não conseguiram obter. Como já pontuamos, a pesquisa ainda se encontra numa fase inicial e essas são algumas das muitas questões que possibilitarão que os estudantes, desde a graduação, reflitam sobre as diversas mudanças que estão afetando o campo jornalístico e exigindo diversas análises.

8. Referências Bibliográficas

ADGHIRNI, Z. 2012. **Mudanças Estruturais no Jornalismo: travessia de uma zona de turbulência**. In: F. PEREIRA; D. MOURA; Z. ADGHIRNI (Org.). *Jornalismo e Sociedade Teorias e Metodologias*. Florianópolis: Insular, p. 61-79.

BAUER, M. & GASKELL, G. 2002. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Vozes, 516 p.

BOURDIEU, P. 1997. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 143p.

CUNHA, E. **Entrevista concedida pela chefe de redação da TV Mirante à autora do artigo**. São Luís, 21 de julho 2017.

LOPES, F. **Entrevista concedida pela produtora da TV Mirante à autora do artigo**. São Luís, 21 de julho 2017.

MESQUITA, G. 2014. **Intervenho, logo existo: a audiência potente e as novas relações no jornalismo**.

Recife PE. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, 195p.

_____, G; VIZEU, A. 2014. **A audiência potente e as novas relações no jornalismo**. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Vol. 11, n.2: p. 596-607.

_____, G; CERETTA, K. 2017. **Reflexões sobre a “participação” da audiência na TV Globo Nordeste e na TV Mirante do Maranhão**. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, XIX, Fortaleza, 2017. Anais. Fortaleza, Intercom. 1-15.

MOLOTCH, H.; LESTER, M. 1999. **As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos**. In: N. TRAQUINA. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 196 p.

ROST, A. 2006. **La interactividad en el periódico digital**. Barcelona, ES. Tese de doutorado, Universidade Autônoma de Barcelona- UAB, 473p.

SIQUEIRA, F. 2013. **O efeito de participação do real representado e o surgimento de um novo valor-notícia: o flagrante único de coprodução no telejornalismo**. Recife, PE. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, 248p.

_____, F; VIZEU, A. 2014. **Jornalismo em transformação: as escolhas dos formatos das notícias na TV**. In: I. COUTINHO; E. MELLO; F. PORCELLO; A. VIZEU. *Telejornalismo em questão*. Florianópolis: Insular, p. 53-75.

VIZEU, A; MESQUITA, G. 2011. **O Cidadão como mediador público: um novo agente no jornalismo**. *Revista Estudos em Comunicação*. Vol. nº9, p. 329-340.

_____, A; SIQUEIRA, F. **O telejornalismo: o lugar de referência e a revolução das fontes**. In: I. COUTINHO; E. MELLO; F. PORCELLO; A. VIZEU. *Telejornalismo em questão*. Florianópolis: Insular, p. 83-99.

YIN, R. 2001. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, p.173.



O TURISMO REVALORIZANDO E INTEGRANDO O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E AMBIENTAL NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL

DEMERSON DE SOUSA LIMA¹

RESUMO

Nas últimas décadas o patrimônio histórico cultural da porção sul da Amazônia passa a ser valorado pelo poder público e privado como produtos para oferta turística e o desenvolvimento do turismo regional. O processo intensifica-se após a conclusão da Estrada do Pacífico interligando por via terrestre a região da tríplice fronteira do Brasil, Bolívia e o Peru com a América Latina, abrindo perspectivas do desenvolvimento e integração do setor turístico regional e internacional. A busca de compreender as relações entre o patrimônio histórico-cultural e ambiental e a relação com oferta turística no Estado do Acre, vislumbrando as potencialidades e perspectivas do turismo focadas no patrimônio histórico-cultural e da valorização de suas paisagens para o turismo é o foco de análise deste ensaio. A metodologia além da revisão bibliográfica, referente às temáticas analisadas e de informações in loco obtidas de órgãos governamentais foram somadas a vivências e experiências de campo que possibilitaram as análises conclusivas. Os principais resultados demonstram que esta região de fronteira, a par do valioso patrimônio histórico-cultural, composto por sítios arqueológicos, unidades de conservação, festas religiosas, espaços e produtos rurais e urbanos, elenco de atrativos que é ofertado como produto para o consumo do turismo em todo Estado do Acre e demais mercados emissores, possibilita a preservação histórico-cultural e territorial ali existente.

Palavras-Chave: Turismo. Patrimônio. Território.

TOURISM REVALUING AND INTEGRATING HISTORICAL-CULTURAL AND ENVIRONMENTAL HERITAGE IN THE SOUTH-WESTERN AMAZON

ABSTRACT

In the last decades the historical cultural patrimony of the southern portion of the Amazon comes to be valued by the public and private power as products for tourism offer and the development of regional tourism. The process is intensified after the conclusion of the Pacific Highway, connecting the region of the triple border of Brazil, Bolivia and Peru with Latin America by land, opening prospects for the development and integration of the regional and international tourism sector. The search to understand the relationship between historical and cultural heritage and the relationship with tourism in the State of Acre, looking at the potential and perspectives of tourism focused on historical and cultural heritage and the appreciation of its landscapes for tourism is the focus of this essay. The methodology in addition to the bibliographic review, referring to the topics analyzed and information in loco obtained from government agencies and experiences and field experiences made possible the conclusive analysis. The main results show that this border region, along with the valuable historical and cultural patrimony, is composed of archaeological sites, conservation units, religious festivals, rural and urban spaces and products, a list of attractions that are offered as a product for the consumption of tourism in every State of Acre and other emitting markets, enables the historical-cultural and territorial preservation existing there and protects it to some extent.

Keywords: Tourism. Patrimony. Territory.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade de Brasília (UNB), mestre em Desenvolvimento Regional, geógrafo e economista pela Universidade Federal do Acre. Membro do Grupo de Pesquisa do CNPQ Turismo, Território e Cultura (Linha de pesquisa: Turismo de fronteira) da Universidade Estadual do Ceará - UECE, e também do Grupo Mídias e Territorialidades Ameaçadas (Linha de Pesquisa Turismo de Base Comunitária e Sustentabilidade) da Universidade Federal do Tocantins - UFTO. Email: dermeson.lima@ac.gov.br

1. Introdução

A região amazônica tem nos seus aspectos históricos e culturais vínculos diretos com o meio ambiente natural desde sua formação. Aliás, a Amazônia é um dos maiores patrimônios de floresta tropical do planeta. A relação homem e natureza foi determinante sua formação socioterritorial, assim como, para sobrevivência humana, e a formação cultural e histórica dessas populações é o resultado desse intercâmbio multicultural. A formação do patrimônio amazônico é fruto de uma relação dialética entre o homem e a natureza, pois para a sobrevivência humana o uso do meio ambiente foi essencial para sobrevivência humana. Assim, a historicidade da região amazônica está embricada com o seu patrimônio histórico-cultural e ambiental que são repletos de identidades materiais e imateriais e formam uma cultura única. Estes aspectos passam na contemporaneidade a serem adequadas a exploração das atividades de turismo e de lazer.

A região amazônica, um território fronteiriço rico em biodiversidade e cultura, que no meio acadêmico e científico na sua porção sul no extremo ocidente é denominado de Amazônia Sul-Occidental que é o recorte territorial analisado neste artigo. Neste fragmento territorial estão os Estados do Acre, Rondônia e sul do Amazonas no Brasil estendendo-se também para os países vizinhos do Peru e da Bolívia. No Peru os Departamentos de Madre de Dios e Ucayali, e na Bolívia, o Departamento de Pando. Nos países vizinhos existem os departamentos que são divisões políticas administrativas equivalentes aos Estados no Brasil. Nesta região se situa o Estado do Acre, unidade federativa do Brasil, objeto de estudo deste artigo. O Acre está inserido no grande ecossistema amazônico, localizado no extremo oeste na região norte do Brasil, fazendo fronteira com os Estados amazônicos do Amazonas e Rondônia e internacional com os países da Bolívia e do Peru.

A Amazônia Sul-Occidental que, de forma geral, preserva um rico e diverso conjunto de elementos representativos à sua formação histórica e cultural tem forte influência no Ciclo da Borracha, que atraiu várias levas de imigrantes, principalmente de nordestinos que foram somados ao patrimônio ali existe como ambiente natural formado ecossistema florestal e vasta rede hidrografia formaram sua identidade regional única e diversa que formaram seu patrimônio natural, histórico e cultural. Nesse interim, estes elementos socioculturais e históricos se

propagam em várias religiões, somadas aos saberes das populações tradicionais, a preservação de sítios arqueológicos são uma pequena amostra do patrimônio cultural que é ancorado pelos aspectos sinérgicos de uma materialidade premente da vastidão da floresta que formam o bioma amazônico.

2. A Dialética da Formação Histórica e Cultural da Amazônia Sul-Occidental

A região de fronteira da Amazônia Sul-Occidental que envolve os três países (Brasil-Bolívia-Peru), no início do século XX, esteve envolvida em conflitos territoriais e geopolíticos que em escala regional, nacional e internacional pela falta de definição das fronteiras. A região foi configurada pelos primeiros colonizadores pelos grandes vazios demográficos, dada a baixa densidade demográfica, sem considerar a ocupação dispersa e a cultura de seus habitantes nativos, os indígenas. Outrora, a região foi vista como um celeiro de recursos naturais à disposição do sistema capitalista, como a borracha que abastecia as metrópoles mundiais europeias e norte-americana impulsionada pelos avanços tecnológicos da Revolução Industrial.

A colonização do período da borracha no final do século XIX e início do século XX alavancaram frentes pioneiras e ciclos migratórios para região amazônica, principalmente, para servir de mão de obra nos seringais nativos para produção da borracha. Novas sociabilidades impostas pela lógica do mercado se solidificaram a partir da exploração capitalista da borracha que lança a modernização dos processos produtivos do extrativismo e insere novos elementos humanos na Amazônia. (BECKER, 2013). O principal elemento humano deste ciclo econômico foi o nordestino, a saga migratória desse povo foi preponderante para formação sociocultural da região, pois ao buscar a adaptação da floresta, foi decisiva para a configuração dos atuais elementos culturais da região amazônica.

A colonização do período da borracha no final do século XIX e início do século XX alavancaram frentes pioneiras e ciclos migratórios para região amazônica, principalmente, para servir de mão de obra nos seringais nativos para produção da borracha. Novas sociabilidades impostas pela lógica do mercado se solidificaram a partir da exploração capitalista da borracha que lança a modernização dos processos produtivos do extrativismo e insere novos elementos humanos na Amazônia (BECKER, 2013).

O principal elemento humano deste ciclo econômico foi o nordestino, a saga migratória desse povo foi preponderante para formação sociocultural da região, pois ao buscar a adaptação da floresta, foi decisiva para a configuração dos atuais elementos culturais da região amazônica. Os conhecimentos das populações indígenas também ocupam um papel significativo para novas territorialidades ali existentes, e foram compondo características culturais dos amazônicas, ocorrendo uma aculturação e a formação de uma identidade sociocultural definidora do povo da Amazônia Sul-Occidental. A simbiose de saberes e identidades formaram um legado cultural peculiar, necessários para a adaptação do nordestino ao meio ambiente rústico da floresta, mais pela necessidade de sobrevivência, como a alimentação e trabalho do que por opção e, ao mesmo tempo, a floresta foi à base sócio-identitária regional para esse episódio (LIMA, 2003).

A ocupação regional foi entrelaçada pelos atores locais, como os indígenas e imigrantes de um lado a população indígena que foi se miscigenando com os migrantes, gerando novos tipos humanos que deram justificativas para a ocupação do espaço e para a construção de identidades. Do outro lado da fronteira, na miscigenação de imigrantes vindo dos altiplanos andinos da Bolívia e Peru prevaleceu a forte descendência indígena. Valcuende e Arruda (2009) também refletem que as identidades religiosas e culturais que são repletas de mitos e lendas da floresta, durante o ciclo da borracha, também se ancoram pela necessidade de sobrevivência, o amparo para vencer as adversidades da floresta. As relações de miscigenação marcam esse processo sociocultural, o que caracterizaram a existência de um gênero de vida peculiar associado aos seus primeiros habitantes, os indígenas com culturas típicas e adaptadas ao meio natural com forte relação com a floresta e os rios para alimentação e circulação. Os hábitos alimentares, como a caça e a pesca fortaleceram essa relação, ainda movida principalmente pela necessidade de alimentação, sobrevivência, locomoção e fornecimento de bens matérias de habitação e transporte, foram os responsáveis pela aculturação.

A região amazônica e o Estado do Acre por sua extensão territorial e isolamento físico dos médios e grandes centros urbanos passa a preservar uma variedade de aspectos biofísicos e socioeconômicos locais e regionais. Estes aspectos propiciaram aos investidores, como os governos e empresários em

diversas escalas diversos ganhos financeiros que seguiram uma lógica territorial que se espalharam por rede hidrográfica que adentaram os lugares mais longínquos, na qual, os grandes seringais cresceram e tornaram-se centros da produção gomífera. As vilas transformaram-se em vilarejos, cidades e sedes municipais, novos elementos foram incorporados a esse patrimônio efetivo da Amazônia na busca da valorização e exploração territorial, que conjugados a redes técnicas, como a navegação a vapor, casas aviadoras (casas comerciais) e bancos de créditos, urbanização das principais cidades que, de forma geral, tiveram o pano de fundo os reflexos financeiros da economia da borracha (BECKER, 2013).

Os processos de ocupação foram dispersos e contraditórios nos seus aspectos territoriais e socioeconômicos, pois, acentuaram as discrepâncias entre as áreas rurais e urbanas. A produção da borracha seguia uma hierarquia de circulação concentrando os ganhos em pontos com melhor infraestrutura de apoio a atividade, como grandes seringais, casas aviadoras, áreas urbanas em expansão sempre concentradas nas margens dos rios. “[...]. O resultado desse processo foi que as inversões resultantes do ‘desenvolvimento’ das gomas elásticas não foram revertidas nessas áreas fronteiriças”. (VALCUENDE; ARRUDA, 2009, p. 87). Os territórios da borracha mais desenvolvidos concentraram bancos de créditos, capital e portos, etc., enquanto, o interior que fornecia matéria prima permaneceu no isolamento físico e social. Citamos como exemplo, núcleos estratégicos que se consolidaram nas capitais e metrópoles regionais, como Belém-PA e Manaus-AM. Os lucros e as benesses da economia da borracha foram revertidos em obras suntuárias, destacam-se nessas cidades o Teatro da Paz, em Belém-PA e Teatro Amazonas, respectivamente, que seguiram os padrões arquitetônicos europeus, com lucros e dividendos da economia da borracha.

3. A Formação Cultural da Amazônia e os Novos Ciclos para Patrimônio Histórico Cultural

A bacia hidrográfica que banha a região da Amazônia Sul-Occidental tem suas principais nascentes nos países vizinhos da Bolívia e Peru, no Brasil segue na direção sudoeste desaguando no grande Rio Amazonas, e posteriormente ao Oceano Atlântico. Os aspectos hidrográficos na Amazônia foram a grande via arterial de circulação desse processo de ocupação, transporte e comunicação.

No caso do Acre, as maiores demandas de migrantes eram de cearenses, em menor número estavam presentes amazonenses e paraenses. Somavam-se a estes em números menores imigrantes bolivianos e peruanos, assim como, de comerciantes portugueses, sírio-libaneses que se dedicavam ao comércio pelos rios, ficando conhecidos como mascates e regatões. Nas margens dos rios também se formaram as principais cidades tendo suas origens os antigos seringais para exploração do látex para produção da borracha e entrepostos comerciais. Enquanto, outras cidades se destacaram como pontos de apoio da produção gomífera e palcos da Revolução Acreana, como a cidade de Xapuri. Os municípios mais antigos, como Xapuri resguardam um patrimônio histórico que reporta seu passado histórico, preservando arquitetura, sítios históricos, portos, museus e espaços de memória, datas e festas comemorativas que retratam a história do município. Xapuri foi considerado como a “Princesinha do Vale do Acre”, pela infraestrutura urbana conquistada no ciclo da borracha alçada desenvolvimento do comércio. A cidade desponta pelo patrimônio histórico e cultural preservado, para o turismo e lazer (LIMA, 2003).

Desta forma, a formação da cultura acreana possui um vínculo direto com a miscigenação de imigrantes com indígenas e populações andinas, estes atores tiveram na rede hidrográfica seus primeiras vias de circulação, tendo por todo seu percurso a formação das principais cidades a localização nas margens dos principais rios e junto com os elementos da floresta a sua formação etnocultural que retratam e vivenciam suas experiências cotidianas, reforçam suas identidades e vivências socioculturais. A decadência da exploração da borracha após a década de 1950 incentiva a exploração de novas atividades socioeconômicas, entre estas a agropecuária. Assim, no Estado do Acre o novo processo de rearranjo cultural com o ciclo da agropecuária passou a ser implantado em meados dos anos 60-70 e 80 do século passado. Neste novo processo de transformação socioeconômica e ambiental é impulsionado pela implantação da pecuária e da agricultura impulsionando novos fluxos migratórios que foram oriundos da região centro-sul foram intensificados, graças à desarticulação da atividade extrativista vegetal e a implantação de projetos agropecuários e infraestrutura rodoviária em direção a região da Amazônia Sul-Occidental. Este processo foi reflexo das políticas da colonização

oficial voltadas à expansão da fronteira agrícola, sendo os principais atores o Estado, em todas as esferas e contou com a efetivação de empresários do setor agropecuário (LIMA; COSTA, 2008). A agropecuária no Acre modificou de maneira significativa a paisagem, o território e a estrutura fundiária da região, pois, os antigos seringais extrativistas passaram a dar lugar aos pastos para criação de gado, após grandes derrubadas da floresta e queimadas pelos empresários do setor agropecuário. Este processo de desmate e queima de forma geral expulsou os antigos moradores, os seringueiros, ocasionado o êxodo rural e conflitos de terra. Somam-se como principais problemas, a especulação fundiária, desmatamentos, concentração de terras, que foram acompanhados da propagação de grandes conflitos sociais pela posse de terra no campo. Estes aspectos redesenha um novo capítulo na histografia acreana, pois os antigos moradores dessas áreas, seringueiros, índios e posseiros se organizaram e enfrentaram os novos atores para defender a floresta seu principal meio de sustento.

Bezerra (2016) reconhece que a luta que se desenvolveu no Acre não foi apenas econômica, mais, também, social, ideológica e cultural, para a autora a floresta se insurgiu através dos seus atores sociais. A luta dos seringueiros contra os fazendeiros, em decorrência da expansão da pecuária e defesa da floresta é um fenômeno de resistência que caracteriza as divergências econômicas. A agropecuária “se fundamentou numa atividade que passava a ocupar espaço no mercado, na economia, e que apresentava conotações ideológicas e culturais” (BEZERRA, 2016, p. 259). A organização social dos seringueiros foi fortalecida com o apoio da igreja católica, organização de sindicatos de trabalhadores rurais, apoio de intelectuais e a imprensa alternativa. O movimento ficou conhecido como, “a união dos povos da floresta”. Após muitas perdas, obtiveram importantes conquistas para preservação de identidades territoriais com o reconhecimento do poder público de seus direitos territoriais reconhecidos legalmente por meio da criação das Reservas Extrativistas (RESEX) e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE). O resultado desse processo foi à criação de diversos projetos de assentamentos e áreas de preservação ambiental (Quadro 1) em diversas partes do Estado do Acre, o que tem possibilitado a democratização das terras para as populações tradicionais e agricultores familiares, atenuando vários conflitos pela terra (LIMA; COSTA, 2008; LIMA 2003).

Quadro 1. Áreas Naturais Protegidas e de Uso Sustentável do Estado do Acre (Fonte: ZEE/AC, 2006 apud ACRE, 2010)

I - Proteção Integral				
Nº	NOME	ÁREA (ha)	% Estado	MUNICÍPIO SEDE
1	Estação Ecológica (ESEC) Rio Acre	84.387	0,51	Assis Brasil
2	Parque Nacional (PARNA) da Serra do Divisor	844.636	5,14	Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves
3	Parque Estadual (PE) Chandless	693.366	4,22	Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano e Sena Madureira
Sub-Total		1.622.389	9,87	
II - Uso Sustentável				
4	Floresta Estadual (FLOE) Rio Liberdade	125.080	0,76	Tarauacá
5	Reserva Extrativista (RESEX) Cazumbá-Iracema	742.410	4,52	Sena Madureira
6	Floresta Nacional (FLONA) Macauã	177.047	1,08	Sena Madureira
7	Floresta Nacional (FLONA) Santa Rosa do Purus	228.861	1,39	Santa Rosa do Purus e Feijó
8	Reserva Extrativista (RESEX) Alto Juruá	527.831	3,21	Marechal Thaumaturgo
9	Reserva Extrativista (RESEX) Riozinho da Liberdade	326.810	1,99	Tarauacá
10	Reserva Extrativista (RESEX) Alto Tarauacá	151.537	0,92	Tarauacá e Jordão
11	Floresta Nacional (FLONA) São Francisco	21.142	0,13	Sena Madureira
12	Floresta Estadual (FLOE) Mogno	140.624	0,86	Tarauacá
13	Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes	931.834	5,67	Sena Madureira, Rio Branco, Capixaba, Xapuri, Brasília, Epitaciolândia e Assis Brasil
14	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Seringal Nova Esperança	2.909	0,02	Epitaciolândia
15	Floresta Estadual (FLOE) Antimary	65.824	0,40	Bujari e Sena Madureira
16	Floresta Estadual (FLOE) Rio Gregório	212.948	1,30	Tarauacá
17	Área de Proteção Ambiental (APA) Raimundo Irineu Serra	908,74	0,005	Rio Branco
18	Área de Proteção Ambiental (APA) Igarapé São Francisco	30.004	0,18	Rio Branco e Bujari
19	Área de Proteção Ambiental (APA) Lago do Amapá	5.208	0,03	Rio Branco
Sub Total		3.690.978	22,47	
Total de Unidades de Conservação		5.313.367	32,35	
III - Terras Indígenas				
Terras indígenas do Estado do Acre		2.446.361	14,89	
IV – Projetos de Assentamentos Diferenciados				
Proj. de Assen. Diferenciados (PAE, PAF, PDS)		13.155	3,73	
Total de áreas/territórios com potencial para o desenvolvimento do turismo		8.372.883	50,98	
Área total do Estado do Acre		16.422.163,05		

No Estado do Acre, estes elementos e valores estão diretamente associados às relações do homem e meio ambiente, brotando elementos de sua cultura, história, religião, hábitos e costumes do homem da floresta miscigenado com elementos de territorialização impostos por seus colonizadores e imigrantes. Assim, políticas públicas estatais buscam ferramentas de proteção e gestão destes territórios, criando unidades de conservação de uso sustentável e de proteção integral na busca de atenuar conflitos do homem com o meio ambiente, seu uso sustentável, conservação e proteção.

O território acreano é ocupado por mais de 47 % por áreas naturais protegidas (unidades de conservação e terras indígenas), no qual, muitos municípios que tem sua maior parte da extensão territorial ocupados por essas áreas, como é o caso do município de Marechal Thaumaturgo (92,14%), Assis Brasil (84,38%), Mâncio Lima (65,04%), Sena Madureira (63,67%), Jordão (57,06%), Xapuri (55,17%), Manuel Urbano (54,69%) e Porto Walter (52,29%). Ressalta-se que estas áreas ambientais têm grande valor histórico-cultural e ambiental para o desenvolvimento de atividades ligado ao turismo, sendo que neste percentual não foram computados os projetos de assentamentos diferenciados que absorvem estas mesmas características ligadas ao patrimônio, meio ambiente e turismo (ZEE/AC, 2010).

A esta discussão anterior é possível efetivar-se através da gestão do territorial e o turismo, associando-se a questões ligadas a regionalização e ordenamento territorial, buscando a interação do homem e o meio ambiente, e conseqüentemente visando o manejo de recursos naturais propagadas pelo zoneamento territorial e ambiental. Assim, o ato de zonedar está associado a analisar regionalmente o melhor uso do território de forma sustentável através de atividades socioeconômicas de baixo impacto ambiental.

Diante desse quadro, a região fronteira do Acre teve seu povoamento efetivo associado aos interesses econômicos ligados à “economia da borracha”, com apropriação e expansão de novos territórios e miscigenação indígena com novos migrantes nordestinos, principalmente de cearenses. O processo produziu diferenças étnicas, culturais, saberes e identidades, que são a base histórica, social e cultural da sociedade acreana. O que não podemos deixar de mencionar é que todos esses processos de povoamentos efetivos não ocorrem sem o processo

de depredação do meio ambiente, iniciados com a exploração da floresta, que perdura por todo século passado e que se intensificou nos dias atuais.

4. A Cultura na Amazônia Sul-Occidental como Patrimônio e Oferta Turística

As junções da cultura indígena com nordestina, e posteriormente agricultores do centro-sul, fez da miscigenação a base da cultura acreana retratando uma configuração social diversa, formando novas identidades, culturas e hábitos alimentares. Dos primeiros habitantes, os indígenas, herdaram o cultivo de raízes como a macaxeira (mandioca ou aipim) e o milho, que foi praticado progressivamente como base de subsistência dos migrantes que aos poucos foi se tornando a base alimentar regional.

O consumo da macaxeira é mais comum na forma cozida, assada ou frita, sendo a farinha de mandioca seu principal subproduto, ainda produzido de forma artesanal, por agricultores familiares; o desenvolvimento socioeconômico permitiu que as famílias fossem incorporando novos hábitos alimentares, influenciados pelos intercâmbios culturais. Além da macaxeira e seus subprodutos como a goma de tapioca, farinha de tapioca, beiju (tipo de tapioca), caldo de tucupi, maniçoba, quibe de macaxeira e o tacacá são bastante apreciados como alimento na culinária regional acreana.

Destaca-se uma bebida de origem indígena, a caiçuma (beberagem feita da mandioca ou milho, somente pelas mulheres, que cozinha e mastigam sua raiz cozida para que a saliva possibilite a fermentação e possa causar embriaguez) que é utilizada no cotidiano e momentos de lazer das populações indígenas. Outro produto agrícola comum na base alimentar acreana de forte influência tanto indígena e nordestina é o milho. Além de serem apreciados cozidos e assados, muitos subprodutos são de sua origem, como cuscuz (pão de milho) base para outro prato típico acreano a “baixaria” (mistura do cuscuz com carne moída, ovos e verduras), canjicas, pamonhas, curau, mungunzá, mingau e bolo de milho. Vários pratos que tem matéria prima o milho, tem forte influência da culinária nordestina.

A cana de açúcar introduzida também pelos nordestinos está presente nos hábitos alimentares acreanos, como o caldo de cana ou garapa, mel de cana, a rapadura, alfenim, e açúcar gramixó conhecido também como açúcar mascavo.

Somam-se a estes hábitos alimentares a influência de outros países na culinária acreana, como do Oriente Médio (árabes e sírio-libaneses) que migraram para região impulsionados pelo comércio que introduziram e adaptaram pratos como charuto (feito com folhas de couve por não existe videiras na região) que são recheados com arroz e carne moída, quibes (adaptados para quibes por serem de macaxeira e arroz), pastas e molhos picantes. Dos países vizinhos como a Bolívia, adotaram a saltenha (iguaria frita ou assada à base de batata e frango picante) e do Peru ceviche (peixe cru marinado no suco de limão, cebola e condimentos).

São comuns na cultura do Acre, manifestações religiosas festejos em datas comemorativas dos santos padroeiros dos municípios acreanos, tendo destaque São Sebastião padroeiro do município de Xapuri e Epitaciolândia, Nossa Senhora da Glória padroeira do município de Cruzeiro do Sul e Nossa Senhora de Nazaré padroeira da capital Rio Branco como as maiores e mais antigas manifestações que atraem romeiros de várias parte do Estado e de outras regiões para comemoração das datas festivas religiosas. Nas festas são realizadas missas, romarias, procissões, cortejos, arraiais e novenários organizados pelos segmentos católicos e munícipes. Enquanto os segmentos “profanos” realizam encontros, feiras/comércio, festas e forrós em comemoração aos seus santos padroeiros fortalecendo contatos culturais. Conforme Almeida (2012) as festas rurais e urbanas, religiosas ou profanas por estarem nos calendários de eventos locais, e serem realizadas em datas específicas, períodos cíclicos, são também caracterizadas como turísticas por atraírem diferentes públicos. Estes públicos não só usufruem do patrimônio histórico-cultural, mas toda a infraestrutura de hospedagem, alimentação, transportes e de lazer. Os bens culturais inerentes à população nativa passam a ser reinventados pelo turismo e são mercantilizados para os turistas no Acre e municípios interioranos. No caso de Xapuri as festividades do “20 de janeiro” como é mais conhecida, tem seus festejos realizados desde 1902, ano de fundação da cidade, atraindo anualmente romeiros, peregrinos, comerciantes e turistas tanto interno como externos, como turistas estrangeiros.

Em Xapuri, somam-se aos aspectos culturais e religiosos os santos da floresta, as lendas e tradições das populações ribeirinhas dos índios e seringueiros, as peregrinações e pagamento de promessas a São João do Guarani em Xapuri e Santa Raimunda da Alma de Bom Sucesso em Assis Brasil que são caracterizados como santos da floresta, considerados por seus devotos como os guardiões da floresta, ambas manifestações religiosas estão localizadas na Reserva Extrativista Chico Mendes (LIMA, 2003; SILVA, 2015). Loureiro (2003) argumenta que a doutrina é fundada nos princípios da harmonia, amor, verdade, e justiça – e através da bebida sagrada, o “Santo Daime” e seus seguidores obtêm visões espirituais, recebendo e transmitindo para os demais as instruções dos seres divinos, que se exprimem num sistema de crenças, o mais enraizado na tradição mítica do Acre (LOUREIRO, 2003, p. 34-45). Uma manifestação cultural própria do Acre é a doutrina do Santo Daime, evento que tem sua origem na miscigenação da cultura de nordestinos, indígenas e povos andinos da Amazônia Sul-Occidental que Acre fazem o uso do chá da ayahuasca². A ayahuasca é uma bebida usada desde os tempos do Império Inca em rituais religiosos para cura de enfermidades, chegou pelo contato desses povos e diz que as visões e aparições daqueles que consomem o chá foram atreladas à religiosidade do povo nordestino, surgindo uma doutrina.

Segundo Loureiro (2003) e Silva (2015), a doutrina do Santo Daime retrata a confluência da herança indígena retratada na utilização do chá da ayahuasca somados aos saberes espirituais nativos da floresta com os princípios doutrinários e ritualísticos de seus codificadores oriundos do nordeste somados aos saberes indígenas, vindo para região para o trabalho no extrativismo da borracha no início do século passado. Neste contexto destacam-se os primeiros organizadores da doutrina os maranhenses Raimundo Irineu Serra, Antônio Costa e André Costa, que possibilitaram a fundação da doutrina espiritual típica acreana com princípios indígenas, espíritas e do catolicismo.

² Chá de origem vegetal e indígena resultado do cozimento em água dos cipós jagube e a folha da chacrona que são espécies típicas da flora Amazônica, o chá da ayahuasca é bebida

utilizada nos rituais religiosos e espirituais da Doutrina do Santo Daime e na cultura indígena originária no Estado do Acre, que na atualidade está propagada em diversas partes do mundo.

Outros segmentos que fazem do uso da ayahuasca foram se disseminando no Acre e outras partes do mundo, como a “União do Vegetal recriada por José Gabriel da Costa, e Barquinha, por Daniel Pereira de Mattos” (SILVA, 2015, p. 23).

A influência do patrimônio cultural e ambiental na religião também se faz presente nos hábitos religiosos e de saúde das populações tradicionais na Amazônia Sul-Occidental e no Acre. A presença de parteiras, benzedeiras, curandeiros, pajés e pais de santo com o uso de ervas e plantas medicinais retratam uma valiosa riqueza cultural e espiritual para o homem da floresta.

Loureiro (2003) diz que o costume de usar ervas para a cura de doenças advém das raízes acreanas utilizadas pelos povos da floresta, principalmente os índios, que são considerados cientistas da floresta, tais conhecimentos foram transmitidos aos nordestinos que adquiriram as técnicas de domesticação e uso para lidar com ervas, plantas e cascas, tanto que a utilização delas na fabricação de remédios permanece um costume ainda bem vivo na vida de grande parte da população regional.

As ervas são facilmente encontradas nas feiras e mercados e quintais domésticos, que são passadas pelas mãos dos raizeiros e benzedeiras, que fornecem ainda o modo de fazer, conselhos e recomendações sobre o uso, adicionando rituais de benzimentos, simpatias e orações. São usadas em infusões, emplastros, chás, xaropes, lambedouros e banhos (LOUREIRO, 2003, p. 37).

No final do século XIX e início do século XX, a nova configuração cultural marcada pela miscigenação já estava com suas bases sócio-identitárias formadas, consolidando-se a identidade acreana. A territorialidade historicamente construída por atores locais e externos são frutos de sociabilidade e interação de identidades, saberes e culturas do homem com o meio amazônico. As trajetórias históricas e culturais retratadas nas relações sociais com o meio ambiente formaram suas identidades fruto de “uma sociedade multifacetada que, mais do que uma síntese das diferenças, realiza e atualiza a noção regional a partir de sua interação” (BEZERRA; NEVES, 2010, p. 37).

Cabe ressaltar, que nesse debate anterior nas últimas décadas o poder público vem interferindo com mais ênfase na organização do patrimônio histórico e

cultural do Estado do Acre, por meio de órgãos específicos para o setor e políticas públicas. A região que compõe a Amazônia Sul-occidental possui um rico e variado patrimônio histórico-cultural e ambiental para o desenvolvimento turístico. No Estado já existem algumas ações que visam consolidar o turismo como um dos eixos de desenvolvimento regional e local, e a integração com os países vizinhos, no qual, destacamos as rotas turísticas regionais que já estão em estágios avançados de consolidação, as pousadas ecológicas que trabalham com o turismo de base comunitária, o etnoturismo indígena nas comunidades indígenas que realizam festivais de culturas indígenas, o turismo histórico-cultural ligado a Revolução Acreana e ao líder ambientalista Chico Mendes e nos últimos anos a sítios arqueológicos que divulgam os geoglifos como atrativos turísticos.

Sendo que estas últimas pesquisas e estudos estão catalogando estes sítios analisando os que mais se adequam para receber toda a infraestrutura de visitação, além de torres de observação buscando incentivar o turismo comunitário em propriedades rurais. Pois, este patrimônio tem atraído investimentos da iniciativa privada com ampliação da rede hoteleira, serviços de apoio e produtos consolidados que disponibiliza serviços como roteiros com passeios e pacotes passeios de balão e sobrevoos de avião para observação de geoglifos. Portanto, tanto o patrimônio histórico-cultural e ambiental da Amazônia Sul-occidental desaponta para o desenvolvimento e a consolidação do turismo regional e integrando a região de fronteira do Estado do Acre.

5. Considerações Finais

Na abordagem teórica que realizamos sobre os aspectos culturais e patrimoniais do Acre e da Amazônia Sul-Occidental nos permite admitir que esta região de fronteira, pelo seu valioso patrimônio histórico-cultural, composto por sítios arqueológicos, unidades de conservação, festas religiosas, espaços e produtos rurais e urbanos, formam um elenco de atrativos que é ofertado como produto para o consumo do turismo em todo Estado do Acre e demais mercados emissores, o que tem possibilitado a preservação histórico-cultural e territorial ali existente, ou seja a atividade turística abre possibilidades para a promoção e a proteção em certa medida do impacto causado pelo crescimento e urbanização territorial.

O principal efeito dessa interferência na valorização do patrimônio é a consolidação de produtos que passam a ser caracterizados como oferta turística, exemplos são a revitalização de mercados públicos, prédios de valor arquitetônico e cultural, parques ambientais, festivais de cultura, celebrações religiosas, igrejas, museus, teatros, espaços gastronômicos e de lazer, sítios históricos e arqueológicos, além de infraestrutura de apoio ao turismo.

Portanto, as relações do homem com o meio florestal amazônico formaram valores culturais e históricos repletos de identidades ligados à cultura indígena, nordestina, amazônica e de outros lugares que reportam os portugueses, árabes, bolivianos e peruanos. Esses elementos formam o patrimônio cultural, paisagístico e histórico e arqueológico refletido nas suas crenças, danças, lendas, culinária, músicas, folclore e religião.

Na cultura acreana prevaleceram os costumes indígenas e nordestinos tanto na composição étnica cultural, assim como na forte influência socioambiental, no modo de vida desses indivíduos. Os elementos e identidades etnoculturais, a base do patrimônio histórico cultural da Amazônia Sul-Occidental, do Estado do Acre que vem passando por um contínuo processo de valorização se adequa cada vez mais ao mercado do turismo.

6. Referências Bibliográficas

ACRE. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Zoneamento ecológico-econômico Fase II: documento síntese – Escala 1:250.000.** Rio Branco: SEMA, 2010.

ALMEIDA, M. G. de. Sentidos das Festas no Território Patrimonial e Turístico. In: COSTA, E. B.; BRUSADIM, L. B.; PIRES, M. do C. (Org.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder.** São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 157-171.

BEZERRA, M.J. **Invenções do Acre: um olhar social sobre a história institucional da região acreana.** Rio Branco-AC: EAC Editor, 2016.

BEZERRA, M.J.; NEVES, M.V. **Trajetórias Acreanas – Índios, seringueiros, ribeirinhos, sírio-libaneses e sulistas como atores da formação do Acre.** In: ACRE, Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre. **Livro**

Temático IV - Cultural político: memórias, identidades e territorialidades. Rio Branco-AC: SEMA, 2010. p. 12-39.

BECKER, Bertha K. **A urbe Amazônica: a floresta e a cidade.** Rio de Janeiro-RJ: Garamond, 2013.

LIMA, Dermeson de S. **Turismo e o desenvolvimento sustentável:** as potencialidades e o perfil da demanda turística de Xapuri-AC. Rio Branco-AC: DEGEO/UFAC, 2003a. (Monografia de Graduação em Geografia).

VALCUENDE, José M. (Coord.). **História e memória das três fronteiras:** Brasil, Peru e Bolívia. São Paulo-SP: Ed. EDUC, 2009.

SILVA, R.D. **Espaços de peregrinação:** a devoção nas estradas da seringa. Porto Velho-RO: Universidade Federal de Rondônia-UNIR, 2015. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

LIMA, D. S.; FRANCO, C. A. da C. Dinâmica Populacional do Projetos de Assentamentos da Regional do Baixo Acre. In: **Anais XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2008, Rio Branco - AC. Anais do XLVI SOBER, 2008.

LOUREIRO, A.J. **Cadernos de Cultura do Acre.** (Projeto Poronga). Rio de Janeiro-RJ: Fundação Roberto Marinho, 2003.